

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
“CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE”
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Movimentos migratórios em cidades médias:
o caso de Uberlândia-MG
(1970-2000)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental.

Orientador: Armando Pereira Antônio
Orientanda: Karla Rosário Brumes

Presidente Prudente, 2003.

EPÍGRAFE

...”E partiu Abraão sem saber aonde ia, pela fé peregrinou na terra da promessa como em terra alheia,... porque aguardava a cidade que tem fundamentos, da qual Deus é o arquiteto e edificador”.

Hebreus 11:8-10

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro e mais sincero agradecimento, vai para aquele que é o autor da vida, autor de toda criação, aquele que esteve e esta ao meu lado nos momentos mais belos da minha vida e também nos mais difíceis, a Deus toda honra e toda a glória para sempre.

Aos meus pais Adelício e Geralda que me “paitrocinaram” nos meus primeiros meses de estadia em Presidente Prudente-SP, aos meus irmãos e sobrinhas que de certa forma me confortavam nos dias de tristeza.

Ao meu orientador Prof. Dr. Armando Pereira Antônio, por ter aceitado o desafio de me orientar, pela orientação baseada na liberdade, muito obrigada.

A professora Dra. Beatriz Ribeiro Soares, pelo auxílio nesta caminhada, pelas críticas que serviram para que eu tivesse um crescimento integral tanto nos estudos como na vida pessoal.

As melhores amigas que encontrei no curso Elaine e Márcia, sem elas não poderia ter passado por uma série de coisas, aprendi muito com vocês em todos os sentidos da minha vida e terão sempre minha amizade e carinho, e aonde quer que estejam sempre terei uma enorme consideração por vocês.

Aos colegas de curso em especial aos meus amigos Helton, Wallace, Firmino, João Márcio, Sílvia, Celso, Adriana Salas, que me proporcionaram momentos de crescimento intelectual, e também momentos de descontração.

Aos meus melhores amigos e irmãos em Cristo, Franciele, Nilton César, Salomão Júnior, Sandra Mara, que escolheram seguir um caminho pautado na verdade e na amizade, que mesmo durante a minha ausência, quando não pude conviver com eles por estar morando em outra cidade, nunca deixaram de telefonar, escrever, nunca se esqueceram de mim.

A minha amada Igreja Presbiteriana Central de Uberlândia, que me deu todo apoio espiritual o qual precisava, e a amada Igreja Presbiteriana Central de Presidente Prudente, que me recebeu como uma filha, obrigada pela preocupação com a minha estadia na cidade de Prudente, e em especial a dona Nivalda, seu Francisco e ao Reverendo Ismael.

A coordenação, aos funcionários e professores do Curso de Pós-Graduação em Geografia, pela dedicação em atender as minhas constantes interpelações em especial a secretária Márcia.

A todas as pessoas que entrevistei nesta pesquisa, migrantes, autoridades públicas, colegas do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, que me proporcionou os recursos financeiros necessários para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa de forma tranqüila.

Agradeço, do fundo do meu coração, a todos.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS	viii
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE FOTOGRAFIAS E FIGURAS	xi
LISTA DE MAPAS	xii
LISTA DE ABREVIATURAS	xiii
 INTRODUÇÃO	 14
 CAPÍTULO 1 MIGRAÇÕES INTERNAS: DINÂMICA E ESTRUTURAÇÃO	 19
1.1 Considerações teóricas no estudo das migrações internas	19
1.2 As limitações de uso das correntes e ou troncos teóricos que abordam a temática migração	28
1.3 O migrante no contexto das migrações	34
1.4 Redes sociais: estratégias para a inserção dos migrantes?	37
1.4.1 Uma nova abordagem no estudo da integração social dos migran.	39
1.5 Mobilidade social: um dos agentes impulsionadores dos processos migratórios no Brasil?	40
1.6 A redistribuição espacial da população e a urbanização brasileira	47
1.6.1 A questão espacial no processo de urbanização	47
1.6.2 O processo de evolução da urbanização brasileira	65
1.6.3 A população no contexto de urbanização brasileira	53
1.6.4 A importância das fronteiras no processo da urb. brasileira	56
1.6.5 A mudança na redistribuição espacial da população: mais um fator condicionante para a urbanização brasileira	60
1.6.5.1 Migração e urbanização	66
 CAPÍTULO 2 AS MIGRAÇÕES NO CONTEXTO DAS CIDADES MÉDIAS	 73
2.1 Cidades médias: conceitualização e análise	73
2.2 A questão da desconcentração financeira	90
2.3 Os fluxos migratórios nas cidades médias	99
2.4 O imigrante no mercado de trabalho das cidades médias	105

2.5 Pobreza da população: problema social que atinge até mesmo as proeminentes cidades médias	112
---	-----

CAPÍTULO 3 MIGRAÇÃO E CRESCIMENTO URBANO EM UMA CIDADE MÉDIA:

UBERLÂNDIA EM ANÁLISE **119**

3.1 A migração no Estado de Minas Gerais	119
3.2 O espaço urbano de Uberlândia e sua dinâmica migratória	131
3.3 A inserção social dos migrantes em Uberlândia-MG, através das redes sociais: O bairro Planalto em questão	143

CONSIDERAÇÕES FINAIS **150**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **157**

ANEXOS **175**

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELAS

Tabela 01	Taxas anuais de crescimento e participação do incremento absoluto regional no total nacional-população total%	55
Tabela 02	Brasil: taxas de crescimento populacional anual de 1960 a 1970 e 1970 a 1980, por estado e região	62
Tabela 03	Brasil: taxas de urbanização estaduais e reg.– 1970-1980	63
Tabela 04	Brasil: incremento populacional de 1960-1970 e 1970-1980, por região e situação urbana rural	64
Tabela 05	Saldo migratório para as cidades médias	100
Tabela 06	Cidades médias: imigrantes e saldos migratórios, segundo escalas espaciais selecionadas de 1981-1991	102
Tabela 07	Cidades médias: Imigrantes e saldos migratórios, segundo escalas espaciais selecionadas, 1991	103
Tabela 08	Brasil: população pobre nas regiões metropolitanas e cidades médias de 1970-1991	114
Tabela 09	Brasil: nível de pobreza nas regiões metropolitanas e cidades médias de 1970-1991	114
Tabela 10	Cidades médias: dimensão e evolução da população pobre segundo a localização regional de 1970-1991	115
Tabela 11	Cidades médias: dimensão e evolução da população pobre segundo a localização regional de 1970-1991	116
Tabela 12	Microrregiões mineiras: saldo de fluxos com ênfase no poder de retenção e tração de migrantes, 1980-1991	128
Tabela 13	Minas Gerais: migrantes e população total das localidades-pólo de 1980-1991	134
Tabela 14	Uberlândia: taxas de crescimento populacional, vegetativo e migratório, 1970-1996	135
Tabela 15	Uberlândia: motivo de imigração para cidade de 1998-2000	139
Tabela 16	Uberlândia: naturalidade dos imigrantes por região de 1998-2000	139
Tabela 17	Uberlândia: gênero e grau de instrução do imigrante de 1998-2000	141

Tabela 18 Uberlândia: procedência do imigrante por região de 1998-2000	142
---	-----

GRÁFICOS

Gráfico 01 População urbana e rural no Brasil	50
--	----

Gráfico 02 Brasil: estados com maior saída de migrantes, 1980	56
--	----

LISTA DE QUADROS

Organograma 01	Linhas explicativas do fenômeno migratório	29
Organograma 02	Minas Gerais: Divisão político - administrativo e regional, 2002	122
Diagrama 01	Classificação das cidades médias e regiões metrop. segundo taxas de imigração e emigração para a década de 80	104

LISTA DE FOTOGRAFIAS E FIGURAS

FOTOGRAFIAS

Foto 01 Situação do migrante na França	38
---	----

FIGURAS

Figura 01 Tipo de ocupação encontrada pela maior parte dos migrantes no contexto urbano brasileiro	41
Figura 02 Situação de moradia encontrada por grupos de migrantes	42
Figura 03 Evolução das taxas de população urbana no Brasil	51
Figura 04 Causas de movimentos migratórios no Brasil (século XVII-século XX)	57
Figura 05 Retratos da população do Brasil	74

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 Migração interna na década de 1950-1960	44
Mapa 02 Migração interna na década de 1960-1970	45
Mapa 03 Brasil: migrações internas nas décadas de 1940 a 1960	58
Mapa 04 Brasil: grau de urbanização, 1991	61
Mapa 05 Brasil: as grandes correntes migratórias de 1960-1980	68
Mapa 06 Brasil: hierarquia urbana, 2001	83
Mapa 07 Brasil: divisão político-administ. dos munic.de 1940-1990	93
Mapa 08 Brasil: Evolução das cidades com faixa de tamanho populacional entre 100.001-500.000 habitantes, 1970-1991	97
Mapa 09 Minas Gerais no contexto brasileiro, 2001	120
Mapa 10 Estado de Minas Gerais: microrregiões do IBGE, 2001	123
Mapa 11 Estado de Minas Gerais: mesorregiões do IBGE, 2001	126
Mapa 12 Regiões pólo de Minas Gerais, 2001	128
Mapa 13 Rede de lugares centrais e área de atuação de Uberlândia-MG	137
Mapa 14 Uberlândia-MG: localização do bairro Planalto, 2002-11-12	147

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABEP** Associação Brasileira de Estudos Populacionais
AGB Associação de Geógrafos Brasileiros
EDUFU Editora da Universidade Federal de Uberlândia
EDUSP Editora da Universidade de São Paulo
FAPESP Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
FCT/UNESP Faculdade de Ciência e Tecnologia/Universidade do Estadual de
São Paulo
FNUAP Fundo de População das Nações Unidas
FPM Fundo de Participação dos Municípios
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
IGUFU Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia
IPEA Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS Imposto Sobre Serviços
NEPO Núcleo de Estudos Populacionais
PND Plano Nacional de Desenvolvimento
SBPC Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
UFBA Universidade Federal da Bahia
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
UFU Universidade Federal de Uberlândia
UnB Universidade de Brasília
UNICAMP/IE Universidade Estadual de Campinas // Instituto de Economia

INTRODUÇÃO

A cidade de Uberlândia-MG e a região do Triângulo Mineiro sempre tiveram grandes representantes políticos no âmbito nacional, que contribuíram para o seu crescimento econômico. Este fato aliado a outros provocaram uma série de alterações no espaço urbano desta cidade visto que esse crescimento proporcionou-lhe condições e características distintas das demais cidades que a cercam.

Segundo SOARES e BESSA (1999), o contexto econômico de Uberlândia-MG destaca-se por sua modernização da agricultura e pela implantação de indústrias e agroindústrias modernas e competitivas; a expansão do setor terciário foi marcada pela ampliação do comércio atacadista e varejista, bem como pelos serviços de apoio. No campo uberlandense destacam-se as atividades agropecuárias e o extrativismo vegetal, que foram responsáveis por 0,27% da arrecadação de ICMS em 1997, segundo o Censo do IBGE de 1991.

“Assim sendo, ela se apresenta, na atualidade, como um centro altamente centralizador de uma área de aproximadamente trinta municípios, que recorrem à cidade para complementar as atividades de comércio, saúde, educação e serviços especializados que não possuem”.(SOARES, 1995: 260).

É sabido que grande parte da população da cidade de Uberlândia-MG é constituída de pessoas oriundas de vários lugares do Brasil com destaque especial para os oriundos dos estados de Goiás e São Paulo, e das regiões Nordeste Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Este processo deriva do resultado da urbanização e do crescimento econômico do interior do Brasil, que vêm se processando desde os anos 1970.

O número de migrantes em relação à sua população total acabou por também impulsioná-la ao que constituiu em um fator que reflete a força de atração exercida pelo município. Em Uberlândia-MG, essa atração foi mais evidente entre as décadas de 1970 e 1990, quando o crescimento migratório

respondeu, respectivamente, por 71,5% e 53,5% junto ao crescimento total, (IBGE, 1991).

Uberlândia-MG é uma cidade pólo regional, assim definida conforme regionalização da Fundação João Pinheiro de 2000, juntamente com mais 11 cidades mineiras. Nas últimas três décadas, a cidade entrou no *ranking* dos 50 maiores municípios brasileiros e está entre as três maiores do Estado de Minas Gerais. Nota-se que a cidade vem sustentando o mesmo poder de atração de migrantes das duas últimas décadas.

Neste sentido objetivo principal da pesquisa aqui proposta é analisar quais as mudanças que os movimentos migratórios ocasionaram e ocasionam na cidade de Uberlândia-MG (características; formas de ordenação do espaço urbano, as redes sociais), enquanto cidade média, bem como compreender quais são as forças que atraem ou que repelem os movimentos migratórios das áreas de origem dos migrantes, com enfoque especial para os períodos que correspondem ao final da década de 1970 e o início do ano de 2000, períodos de forte urbanização.

Na metodologia desenvolvida concomitantemente com todo o restante do trabalho, foram realizadas cerca de 30 entrevistas com migrantes e autoridades¹, como forma de apreender a percepção de pessoas que vivenciaram a migração em Uberlândia-MG ao longo das três últimas décadas. Por isto decidimos inserir ao longo de todo o trabalho, vários depoimentos de migrantes, o que enriquece o trabalho, na medida em que eles confirmam muitos dos aspectos abordados por estudiosos de migrações urbanas, tais

¹ Cerca de 30 migrantes foram entrevistados. Escolhemos a seguinte metodologia: em de faze-los responder a um questionário fechado, preferimos gravar uma conversa aberta e dali tirar as idéias centrais que cada um deles tem a respeito de migração e como pensam a mesma estando no caso a cidade de Uberlândia-MG, entre outras coisas. Para nós foi uma gostosa conversa, onde os migrantes puderam colocar todos os seus pontos de vista. O resultado foi, ao nosso ver, interessante, ao perceber que todos se consideram mais que meros migrantes. Para eles, eles são parte do processo que ajudou e ainda ajuda na formação do que é hoje a cidade de Uberlândia-MG. A escolha dos entrevistados se fez na tentativa de conhecer pessoas que foram para Uberlândia-MG em meados das últimas três décadas. Podemos dizer que os resultados das entrevistas estão diluídos ao longo de todo este trabalho. Tentaremos colocar com mais ênfase o resultado das entrevistas no capítulo dedicada à cidade de Uberlândia-MG. O objetivo deste trabalho não é saber quantos migrantes existem na cidade, até porque os dados dos censos nos fornecem tais respostas e sim saber como a cidade por ser uma cidade média, trata a questão migratória e se de alguma forma leva em consideração a forte presença migratória na elaboração de suas políticas públicas, por exemplo. De antemão a resposta parece ser negativa, já que em várias entrevistas realizadas em setores municipais (Secretarias Municipais de Ação).

como os problemas de contato, a dificuldade de inserção, a busca do novo, a saudade da terra natal, ou a felicidade que têm em terem vencido longe de casa.

Salientamos que havia um pequeno pré-roteiro nestas entrevistas, porém elas ocorreram na forma de depoimentos livres gravados, para extrairmos as informações mais relevantes para a pesquisa.

Trabalhar com o tema “migrações” em cidades médias levou-nos, em um primeiro momento, à busca de material teórico, busca esta que até então achávamos um tanto quanto difícil. O tema em questão tem sido estudado por vários pesquisadores. O nosso desafio é o de tentar entender o encontro desses dois temas, na perspectiva de uma abrangência maior deste estudo.

Encontrar uma bibliografia adequada e que subsidiasse as discussões propostas pela pesquisa, ou seja, as migrações no contexto das cidades médias, levou-nos à uma leitura de duas temáticas, a migração e sua inserção no meio urbano brasileiro. Essas leituras se constituíram numa primeira e importante etapa da pesquisa, o que nos permitiu um aprofundamento teórico sobre o tema.

Talvez as maiores dificuldades estejam na separação de textos que nos foram necessários na pesquisa. Muitos escrevem sobre migrações, como, economistas, sociólogos, geógrafos, demógrafos, entre outros. Em um primeiro momento, isto poderia parecer bom, pois a bibliografia é extensa. Entretanto, cada um escreve levando em consideração sua área de abrangência, e suas perspectivas são diferenciadas de acordo com sua área de atuação e de conhecimento.

O mesmo pode ser dito a respeito dos estudos que envolvem as temáticas urbanas. Existe uma bibliografia vasta, da qual separamos aquilo que era mais conveniente para a pesquisa, pois seria um tanto quanto difícil abordar a questão das migrações urbano-urbanas sem se ter um entendimento acerca do contexto urbano brasileiro.

A partir das leituras realizadas e principalmente dos apontamentos realizados por inúmeros autores², constatamos que o estudo das migrações,

² Os autores os quais aqui se refere estão citados nos capítulos subseqüentes contidos neste trabalho, bem como suas idéias.

especificamente, passa por uma série de variáveis, ou seja, existem perspectivas diferenciadas para sua definição e entendimento. Encontramos, especialmente de início, três fortes correntes teóricas que norteiam a grande maioria dos trabalhos que são realizados a respeito de migrações.

Essas correntes, em alguns momentos, divergem uma da outra, e em outros se complementam. Assim, enquanto uma diz que a migração acontece porque o indivíduo decide por vontade própria migrar, outra argumenta que a vontade individual é subjugada pela vontade imperante dos meios de produção. Estas abordagens de temáticas diferenciadas para os estudo das migrações perfizeram o primeiro capítulo deste trabalho.

No segundo capítulo do trabalho abordamos as migrações no contexto das cidades médias, ou seja, como os movimentos migratórios se inserem na realidade destas cidades que no momento vem apresentando dinâmicas e mecanismos que as tem colocado em destaque diante do quadro urbano apresentado pelo Brasil nas últimas décadas. Para tanto foi consultada uma variada bibliografia a respeito das cidades médias, bem como acontecem os fluxos migratórios no interior das mesmas.

Isto se fez necessário uma vez que o presente trabalho tinha como objetivo discutir a inserção de migrantes no interior de uma cidade média, mas como fazer isto sem antes abordar a própria temática de cidades médias. Buscamos desta formar compreender o porque estas cidades são tão apregoadas ultimamente. Conseqüentemente após a leitura de vasta bibliografia a respeito de cidades média, tivemos maior suporte teórico para analisar a questão migratória no interior das mesmas.

A questão migratória na cidade de Uberlândia, bem como a intensificação de suas redes de solidariedade vistas em um estudo de caso a partir de entrevistas com moradores de um bairro da cidade, deram o tom da pesquisa no terceiro último capítulo deste trabalho, que também buscou fazer um rápido estudo das características da questão migratório no interior do estado de Minas Gerais. É neste capítulo específico que pretendíamos mostrar até que ponto a questão migratória tem importância para as autoridades da cidade, como os migrantes se inserem no espaço de uma cidade que é tida

como pólo regional e tem merecido inúmeros destaques na mídia nacional nos últimos anos.

Através de inúmeras entrevistas com os vários sujeitos da história migratória em uberlandense, bem como através das leituras, trabalhos de campos buscamos contribuir também com uma discussão que ainda promete produzir muitos trabalhos, acerca de migração, urbanização, cidades médias e como se dá a mistura de temáticas abrangentes a ponto de causar grandes diferenciações nos estudos já apresentados. Entretanto, é notório que as diferenciações de estudos apresentados vem dando suporte ao enorme debate teórico que se faz a cerca de cidades médias e migrações.

CAPÍTULO 1 MIGRAÇÕES INTERNAS E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL: DINÂMICA E ESTRUTURAÇÃO

1.1 Considerações teóricas acerca de migrações internas

A discussão acerca do conceito de migrações internas no Brasil, bem como estas se relacionam com os diversos setores da sociedade nos quais estão inseridas, é cercada por uma complexidade que dificulta, e muito, uma melhor compreensão deste fenômeno, uma vez é notória a forte relação desses movimentos com as grandes mudanças apresentadas na estrutura econômica do país. Esta complexidade está ligada à própria concepção do que vem a ser a migração e como o conceito é definido. O estudo das questões migratórias, nos últimos tempos ampliou-se tanto no nível das pesquisas, da produção acadêmica realizada por estudiosos a respeito de população e/ou áreas correlatas, como nos meios de comunicação no geral.

Os desafios encontrados, tanto por estudiosos como por setores oficiais através das políticas públicas na definição não só do conceito, mas também dos processos que a questão migratória envolve, têm gerado alguns impasses quanto à teoria das migrações. As divergências encontradas entre aqueles que buscam definir a migração são justificadas, uma vez que os processos sociais que possuem relação com este conceito aparecem também de forma heterogênea.

A variabilidade de movimentos migratórios observados nos dias atuais não constitui em uma novidade sem precedentes, uma vez que ao longo dos anos várias têm sido as tentativas de traçar certas regularidades que fundamentariam formulações teóricas a respeito dos movimentos migratórios. Só para se ter um exemplo, em virtude da forte influência de Ravenstein³, em meados da década de 1980, os estudos sobre migrações tinham como características preponderantes as análises das dualidades origem-causa e destino-efeito, desprezando assim as etapas migratórias, uma vez que este tipo de análise destaca os movimentos de caráter definitivo.

³ E. G. Ravenstein é tido como um dos primeiros estudiosos que sistematizaram estudos clássicos a respeito de migração.

A migração assume características diferentes de acordo com o grupo social no qual está inserida, e também das condições históricas, econômicas, culturais e políticas que estiverem subjacentes à predominância de determinados tipos de deslocamentos populacionais. Ela também recebe qualificação específica, dependendo do tipo de movimento e da movimentação no espaço ao qual se refere. Daí se tem migração circular, contínua, intra-regional, pendular, entre tantas outras, conhecidas.

A *UNITED NATIONS* (1970) já afirmava que a temática migratória era um fenômeno de difícil compreensão, ou seja, até aquele momento ainda não havia uma unanimidade entre os estudiosos acerca do entendimento sobre migração, migrante ou simplesmente mobilidade, bem como a compreensão de como seriam os fluxos ou correntes migratórias, nomadismo, evasão populacional, movimentos sazonais, áreas de origem e de destino, delimitação geográfica, limites entre o rural e o urbano, áreas sócio-espaciais, migração e intervalos de tempo.

Há que se ressaltar que, para o estudo das migrações, as condições históricas, econômicas, culturais e políticas devem ser levadas em consideração, pois todos esses fatores, em virtude de suas complexidades e variabilidades, tornam o tema bastante complexo.

A partir de análises realizadas, variadas definições surgiram, no sentido de aprofundar os estudos a respeito das migrações, visto que apenas o estudo do número de pessoas envolvidas em cada deslocamento, ou o estudo dos movimentos que acontecem de A a B e vice-versa, não conseguem defini-las e nem colocá-las em magnitude, como o exemplo exposto anteriormente sobre as dualidades.

Os vários estudos que vêm sendo realizados por diversas ciências, entre elas a Geografia, no que se refere à questão migratória, já apresentam em seu bojo questões como as levantadas por HARVEY (1992), que falam a respeito das *“propriedades de acessibilidade e distanciamento, que se referem ao papel da fricção da distância nos assuntos humanos, onde a distância é tanto uma barreira como uma defesa contra a interação humana”*.

É no âmbito da Geografia que a questão do território⁴ deve ser inserida na abordagem das migrações. Nelas se podem observar as diferenças que são acarretadas na passagem de um território para outro. No que diz respeito ao território fica iminente o fato de que ocorra, neste sentido um forte processo de desterritorialização, desde que o deslocamento aconteça com algum nível de ruptura na vida cotidiana e até mesmo temporal de um grupo social, inclusive no seu processo de trabalho.

Entretanto, não é em todos os deslocamentos migratórios que pode ser observada uma desterritorialização. Alguns grupos indígenas se inserem neste contexto, segundo OLIVEIRA FILHO (1996).

SINGER (1997) chega a afirmar que *“quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e destino”*.

Com relação a mobilidade da força de trabalho as várias análises estruturais, ao darem ênfase aos processos da reprodução do capital, levam a uma metodologia para a compreensão dos fatores que interferem na reprodução da sociedade, ou seja, em suas classes e até mesmos nos grupos sociais. Neste contexto, os fluxos migratórios que são classificados em detrimento à *direção-distância-volume e forma* são os que ganham maior abrangência e aparência⁵.

Os estudos que abrangem tais características, entretanto, com certa frequência desconsideram os estudos que envolvem movimentos camponeses, e os movimentos que acontecem dentro das metrópoles, os intermunicipais, os deslocamentos temporários, além de ignorar os movimentos compulsórios, bem como os gravíssimos efeitos de muitas políticas que restringem a migração.

⁴ O conceito de território neste trabalho aborda (espaço físico e social) como domínio de modos de vida, que uma vez sofrendo mudanças estariam prestes a apresentar situações propícias ao deslocamento.

⁵ Segundo MENEZES (2001:2-3), são os dados censitários os fatores que alimentam formas de tipologias, pois são informações baseadas em dados quantitativos relacionados, principalmente à periodização e locais de partida dos migrantes, e é desta maneira que são construídas matrizes de origem destino e saldos migratórios. No caso específico das migrações internas problemas estão relacionados ao controle do fluxo intercensitário, o que acaba comprometendo os fluxos de curta duração, sazonais e intra-municipal, já que a unidade territorial de referência é o município.

As discussões a respeito do conceito de migração aparentam convergir-se a uma mesma direção no que se refere à definição. No entanto, VAINER (1984:9) afirma que *“por trás da aparente unanimidade dos vários discursos sobre o conceito migração, parece não haver qualquer unidade plausível”*.

De qualquer forma, com a variedade de discursos presentes, os debates se aprofundam e servem para a busca de uma definição conceitual a respeito de um tema tão amplo e importante para a compreensão de uma série de fenômenos que ocorrem nas sociedades atuais. A este respeito VAINER (1984) conclui que

“cada discurso mostra-se extremamente cioso em demarcar sua especificidade ao definir um objeto que lhe é próprio - a sua migração, distinta da migração dos outros - mas isto não impede que as polêmicas se estabeleçam, que correntes de opinião se estruturem, que as políticas sejam formuladas, propostas, contestadas”.

A partir da dificuldade de conceitualização a respeito do que vem a ser a migração e como esta se manifesta no espaço, várias teorias surgiram, com o intuito de esclarecer o conceito. Vários conceitos, porém, privilegiam alguns aspectos da sociedade em detrimento de outro, fazendo com que o conceito criado nunca abranja as várias possibilidades de ocorrências das migrações.

Podemos constatar que os discursos e teorias a respeito das migrações têm em comum o fato de afirmarem que estes fluxos têm origem nos desequilíbrios espaciais de natureza econômica; contudo, é fora desta natureza justamente que as contradições existem, ou seja, elas parecem no acúmulo das necessidades, nos desejos, nos sofrimentos e nas esperanças pessoais. Os enfoques são diferentes nas origens desses desequilíbrios, no tipo de abordagem, pressupostos ideológicos, interpretação dos fatores, bem como nas conseqüências que eles produzem. SORRE (1967:32) afirma que *“o impulso migratório raramente é um fato simples; resume-se num acúmulo de necessidades, desejos, sofrimentos e esperanças”*.

RAVENSTEIN explicitou, em 1885, o que para ele se constituíam em “leis de migração”, dando início a uma longa trajetória de análises acerca dos

movimentos populacionais, em que se marcava a associação entre as atividades econômicas e deslocamentos espaciais de grupos sociais específicos, e a regularidade de tais movimentos (buscada nas estatísticas oficiais da Inglaterra daquele momento e ampliada, posteriormente, com evidências de outros países europeus).

O referido autor, através da sistematização de diversas evidências empíricas, formulou determinadas proposições que perduraram nos estudos a respeito dos fluxos migratórios por mais de cem anos, e que ainda hoje perduram em muitos estudos. Suas análises estavam voltadas à compreensão da influência das distâncias, migrações por etapa, configuração de correntes e contracorrentes.

Ainda com referência ao estudo das migrações dentro dos pressupostos geográficos, estes se relacionam com os aspectos históricos, ou seja, a Geografia acompanha esse fenômeno desde a antiguidade até os dias atuais. A compreensão do próprio fenômeno de povoamento não é possível sem a análise das questões migratórias.

Todos os campos de enfrentamento de posições políticas e metodológicas a respeito da migração compõem a chamada política migratória⁶, que não se restringe, à intervenção sobre um fato empiricamente evidente, mas estende-se à própria construção do conceito de migração.

Nos estudos a respeito das migrações três grandes troncos teóricos⁷ aparecem, nos quais grande parte da produção teorizada a respeito das migrações se enquadra. Com relação à produção empírica, esta também pode se situar nesses troncos, já que por vezes faz uso de concepções a respeito das migrações⁸.

⁶ A este respeito VAINER (1956:13) afirma que a política migratória pode ser definida como a questão que informa e justifica um terreno de atuação do Estado, ou seja, é a política que, de forma explícita e direta, gera avaliações, objetivos e práticas relativas à contenção, geração, estímulo, direcionamento, ordenamento e acompanhamento de deslocamentos espaciais de trabalhadores.

⁷ Expressão utilizada por SALIM (1992:122), que caracteriza os substratos comuns de múltiplas subdivisões e significações, o que permite falar em escolas, correntes e variantes de um mesmo tronco.

⁸ Uma melhor compreensão acerca dos estudos a respeito das migrações pode ser observada nas seguintes propostas, com seus respectivos autores: modelos neoclássicos contemporâneos e mobilidade da força de trabalho, GAUDEMAR (1976); análises empiristas e escola histórico-estrutural, GONZÁLES (1979); análise sociológicas derivadas do enfoque histórico-estruturalista e da modernização, OLIVEIRA & STERN

De início podemos destacar, como tronco teórico, a *concepção neoclássica*⁹ do espaço e das migrações, na qual um número considerável de autores baseia suas concepções. Nesta visão, a migração não tem uma expressão apenas demográfica, mas principalmente econômica, representando deslocamentos espaciais de trabalhadores no espaço geográfico, ou seja, há uma preocupação com a economia do espaço e a gestão capitalista da mão-de-obra.

Segundo RACZYNSKI (1983), correspondem à perspectiva neoclássica pelo menos três pressupostos básicos sobre migração, ou seja, os diferenciais de salário e de oportunidade de emprego entre áreas distintas; o cálculo racional do indivíduo em face de outros custos e utilidades entre a permanência e a mudança; as correntes migratórias como somatória das decisões individuais.

A visão neoclássica coloca os espaços como locais “equilibrados ou desequilibrados”, segundo PÓVOA NETO (1997), já que leva em consideração a combinação de fatores quando estão mais ou menos próximas de um determinado “ótimo”. O indivíduo é a unidade de análise e a sua propensão natural ao movimento é um pressuposto.

As teorias neoclássicas lidam com a questão do equilíbrio econômico e da função do trabalho nesse equilíbrio. EVERETT LEE (1966) fala das questões “fatores de atração” e “fatores de expulsão”, tão comumente utilizados na literatura dos dias atuais. Este autor destacava que havia uma generalização pretendida em todas as sociedades urbano-industriais, em que a decisão de migrar estava sempre vinculada a uma escolha racional entre os fatores positivos e negativos nas áreas de origem e nas áreas de destino dos fluxos migratórios, mediatizados, pela maior ou menor força dos chamados

(1980); as perspectivas demográficas, econômicas, sociológicas – incluindo a teoria da modernização – e histórico-estrutural, RACZYNSKI (1983); estudos quantitativos, micro e macro sociológicos, ARAMBURU (1983).

⁹ A evolução histórica do capitalismo permitiu que principalmente as teorias neoclássicas admittissem as relações entre mercado e trabalho e bens salários como fatores de deslocamentos migratórios em função da busca de emprego e renda. Seria dentro desta abordagem a industrialização um dos fatores explicativos para a migração para as cidades; a espacialização do desenvolvimento e o diferencial de renda das migrações inter-regionais. MENEZES (2001:3)

fatores intervenientes entre essas duas áreas. Esta teoria ainda é bem aceita nos dias atuais.

A visão neoclássica privilegia a livre decisão do indivíduo; nela há uma mobilidade perfeita do trabalho, que só se apresenta, segundo SALIM (1992), como determinação às variações em torno do comportamento do que se convencionou chamar de “capital humano”¹⁰.

A visão neoclássica é entendida por FERREIRA¹¹ (1986) como visão “comportamentalista”, uma vez que enfatiza as atitudes possíveis de indivíduos que, ao migrar, atendem aos apelos do mercado capitalista.

Quando se adota a visão neoclássica no estudo das questões migratórias, o fato que é levado em consideração - deixando de lado o papel da história - é a vontade dos indivíduos, que ao migrar buscam uma melhora em suas condições de vida a qualquer preço, através de melhores ganhos financeiros.

Um segundo tronco teórico presente nos estudos realizados a respeito das migrações é a chamada concepção *histórico-estrutural*. Esta ao contrário da primeira, leva em consideração tanto os contextos históricos como os geográficos, ou seja, a migração não é vista aqui como ato de soberania por parte dos indivíduos, e sim como um fenômeno.

BALAM *apud* SALIM (1992:125) relaciona o fenômeno social migração a outros fenômenos sociais que historicamente são determinados e que se relacionam a processos de mudança na estrutura da sociedade, da economia e da política, que contextualizam sua dinâmica.

Entretanto, ao analisar a migração como um fenômeno social, esta visão acaba por desvalorizar a realização de pesquisas junto a migrantes, visto que os indivíduos não trazem, apesar de serem fonte de informação, explicações a respeito dos processos pelos quais passaram.

Os paradigmas marxistas são bem difundidos por esta visão, visto que as transformações nas relações de produção são abordadas a todo instante.

¹⁰ Estas afirmações podem ser mais bem compreendidas com as leituras de KUZNETS (1968), YAP (1978), que falam da questão macroeconômica, bem como por SJAASTAD (1962), SCHULTS (1962), *apud* SALIM (1992), que falam da questão levando em conta a estrutura microeconômica. Estes autores pertenciam à chamada Escola de Chicago.

¹¹ FERREIRA (1986) trabalha com as correntes psicologizantes face à concepção comportamental-racionalista e correntes estruturais, com enfoques da modernização e histórico-estrutural.

Desta forma, os estudos regionais ganham notoriedade, pois ao se analisarem as características estruturais das áreas de origem pode-se encontrar, por exemplo, explicações até certo ponto plausíveis para a compreensão de deslocamentos que ocorreram no passado, bem como no presente.

Apesar de este tronco teórico dar prioridade às relações existentes nos fenômenos sociais, onde a questão migratória ganha um sentido mais amplo e também assume um papel, esta visão tem dificuldades para conciliar os níveis macro e micro, pois os indivíduos que antes estavam inseridos em estruturas sociais tradicionais agora se vêem obrigados a se conduzirem ao mercado de trabalho dito capitalista. Esse fato era minimizado pela visão neoclássica, que conseguia apresentar, de acordo com sua vontade, uma coincidência entre os interesses dos sujeitos da migração e a dinâmica da economia.

Não se pode negar, contudo, que essa visão evoluiu em relação à neoclássica, uma vez que trouxe para análise outros pontos para discussão sobre migração. Aqui há uma generalidade e uma abrangência da unidade de análise que são concebidas em termos de grupo sócio econômicos, ou classes, contextualizados empiricamente em áreas geográficas e podendo também combinar ou alterar análise e nível agregado, desagregado, ainda que raramente, até mesmo em nível individual (motivos, por exemplo), segundo SALIM (1992).

Um terceiro tronco teórico apresentado é a chamada *mobilidade da força de trabalho*. O seu estudo baseia-se especialmente na teoria marxista do trabalho¹². A análise aqui leva em consideração a relação capital/trabalho, produção e reprodução ampliada desta relação.

Enquanto os dois primeiros troncos analisam as conseqüências ou os reflexos das correntes migratórias, nesta visão a migração passa a atuar como um grande agente de transformação. A dimensão espacial, que era traduzida como conjunto de relações sociais, dá lugar a uma análise das formas concretas de mobilidade da força de trabalho.

¹² Seu principal expoente GAUDEMAR (1977) salienta que este enfoque pretende ser muito mais uma crítica às teorias da migração do que a tentativa de propor um novo enfoque.

Segundo PELIANO (1990), a atenção às migrações conduz necessariamente às condições em que ocorre a produção e se estruturam as relações de trabalho, em um determinado espaço.

Ao propor este conceito, GAUDEMAR (1976) chama a atenção para uma dimensão maior da teoria marxista, a qual ela considera subestimada. Mostra que, a partir do século XVIII, as formas de mobilidade surgem como fenômenos marcadamente estruturais, por isto critica a mobilidade de forma homogênea.

Ao analisar a obra de Karl Marx, GAUDEMAR (1976) designa como mobilidade do trabalho a qualidade que permite o uso capitalista dos corpos dos trabalhadores, nas localizações de intensidade e ritmos de produção requeridos para a máxima produção de valor.

A condição estrutural da qual emerge a mobilidade seria a acumulação de capital como relação social, que vai se desenvolver tanto quantitativamente como qualitativamente. Esta mobilidade estará extremamente ligada à produtividade e à expansão física do capital, apresentando-se como uma condição e consequência do desenvolvimento das forças produtivas, segundo SALIM (1992).

A liberdade individual para escolher migrar, tão difundida na visão neoclássica, neste enfoque não existe, pois o deslocamento como estratégia de sobrevivência seria o fator impulsionador para a migração. Um outro ponto é que, enquanto na visão histórico estrutural os problemas estruturais seriam os causadores dos deslocamentos, neste tronco teórico o enfoque é dado ao processo de acumulação capitalista.

No caso do estudo das políticas migratórias¹³ adotadas no Brasil, seu entendimento fica mais completo quando se leva em consideração o enfoque da mobilidade do trabalho, uma vez que as iniciativas oficiais direcionaram, contiveram, estimularam e monitoraram grandes fluxos migratórios. Também outras iniciativas podem ser encaradas como pertencentes às políticas migratórias brasileiras, como a colonização e ocupação de fronteiras, as de

¹³ Ver na nota 8 a definição apresentada para política migratória.

urbanização, implementação de grandes projetos (hidroelétricos), entre outras¹⁴.

Portanto, os estudos a respeito da migração que consideram a mobilidade da força de trabalho estão situados entre o crescimento da riqueza e a expansão do excedente populacional, que segundo SALIM (1992) apresentar-se-iam como reserva de força de trabalho imediatamente disponível, tendendo a ampliar-se com o processo de acumulação.

Os estudos realizados a respeito do conceito de migração muitas vezes são superficiais e tratados de forma comum. Estes três troncos teóricos, aqui apresentados de forma sucinta, mostram o quanto este fenômeno é complexo. A análise do que vem a ser a migração e como ela se processou e ainda se processa no interior das sociedades deve conter uma série de interfaces que lhe possam dar suporte. As diferentes abordagens estão presentes nas análises atuais, mas elas possuem limitações que devem ser levadas em consideração, no momento da escolha para abordar uma dada realidade.

1.2 As limitações de uso das correntes e ou troncos teóricos que abordam a temática migração

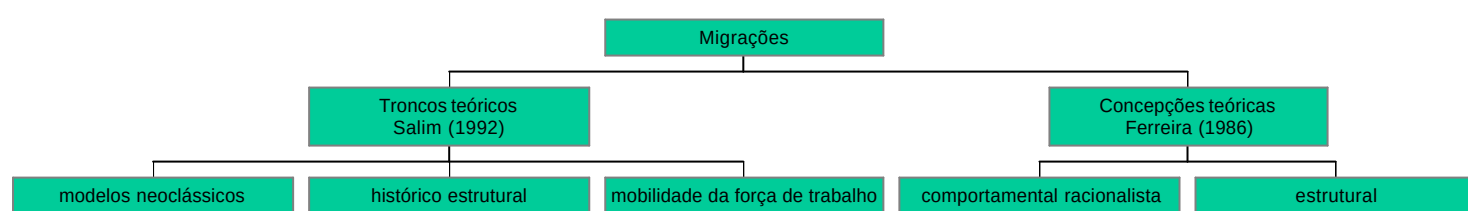
Na tentativa de melhor esclarecer a conceitualização a respeito da temática migração, vários foram os pesquisadores e estudos que surgiram nos últimos tempos. A partir desta gama de interpretações muitas também são as tentativas de colocá-las em uma mesma modalidade, a fim de auxiliar todos os que estudam tal problemática.¹⁵

Desta maneira, autores como FERREIRA (1986) e SALIM (1992) procuraram, ao seu modo e cada qual dentro de perspectivas diferenciadas de estudo, estabelecer uma discussão crítica das linhas explicativas do fenômeno migratório, conforme pode ser visto no *organograma 01*.

¹⁴ Nos trabalhos de BENETTI e VAINER (1988) e em PÓVOA-NETO (1994), encontra-se uma ampla caracterização a respeito das políticas migratórias brasileiras.

¹⁵ Estas modalidades, modelos, concepções, troncos, entre outros são conhecidas há bastante tempo. Os autores aqui citados, SALIM (1992) e FERREIRA (1986), apresentam suas contribuições a estes estudos. Eles também colocam as limitações encontradas em cada uma das abordagens. Portanto, não são eles os criadores da visão neoclássica, estruturais etc; apenas às apresentam de forma estruturada, a fim de contribuir com os estudos que são realizados a respeito das migrações. PATARRA (1997) também apresenta estudos neste sentido.

Linhas explicativas do fenômeno migratório



Organograma 01

Como pode ser observado, estes dois estudiosos trabalham a partir de suas discussões teóricas, com nomenclaturas diferenciadas; SALIM (1992) com troncos teóricos e FERREIRA (1986) com concepções teóricas¹⁶. Tal fato, porém, não invalida nem um nem outro estudo, pois os dois respaldam muitos trabalhos. Estes, no entanto, são apenas dois exemplos de sistematização, já que existem inúmeros trabalhos realizados por outros estudiosos da questão migratória.

Contudo, tanto no caso das discussões críticas como em outras existentes, pode-se perceber que elas possuem determinadas limitações que fazem com que os estudos a respeito de migrações com base nestas perspectivas possuam em seu interior uma certa dose de conteúdo crítico.

A *visão neoclássica* de SALIM (1992), também chamada por FERREIRA (1986) de *comportamental racionalista*, apresenta o indivíduo como sendo o detentor da decisão de migrar e esta é, para muitos, a principal limitação deste modelo. Ao centralizar suas análises no ato puramente individual, as compreensões científicas do processo são postas de lado, uma vez que não são observadas e, por conseguinte analisadas as causas estruturais do processo de migração, ou as sociais dos deslocamentos.

Ao considerar que o indivíduo possui a decisão soberana no ato de migrar, os condicionantes da estrutura na qual ele está inserido deixam de ser apontados, e a esses condicionantes SINGER (1973) chama de fatores de expulsão.

Outro ponto limitante destes modelos seria o fato de eles afirmarem que a migração seria o fator impulsionador da diminuição de desigualdades regionais. Para muitos estudiosos é notório o fato de que em muitos casos a inserção de fluxos migratórios acabou por desestruturar os locais de chegada e também os de partida, uma vez que se notou inchaço de algumas localidades e esvaziamento de outras.

Os problemas da estrutura à qual se inserem os fluxos migratórios não são colocados de forma clara por esses modelos de interpretação. A forma como é apresentada a economia que vivenciam, as relações de classe, o

¹⁶ Tais discussões teóricas são assim definidas especialmente quando se pretende realizar e entender os estudos a respeito de migrações internas.

suposto equilíbrio gerado pela migração, a mobilidade perfeita do trabalho, segundo GAUDEMAR (1976:179), são formas de justificar todas as políticas de mobilidade forçada.

A limitação apresentada até aqui seria o fato de que esta liberdade individual nada mais seria do que mais uma vontade imperante do mercado. Essa modalidade de estudo da migração, que tanto enaltece a liberdade individual, pensada em termos práticos não dá tanta liberdade assim, uma vez que o simples fato de decidir migrar para um país não é garantia de que o indivíduo vá conseguir, uma vez que existem obstáculos, como os fronteiriços, impostos por parte de muitos países, como é o caso, por exemplo, dos Estados Unidos. Desconsidera, ainda, os vários fatores imperantes nas estruturas nas quais os fluxos migratórios se inserem, em que a migração internacional e intra-regional são colocadas em um mesmo nível de entendimento, por exemplo.

Entretanto, a discussão crítica das linhas explicativas do fenômeno migratório demonstra que estas abordagens apresentam também contribuições. SALIM (1992:131) afirma que

“mesmo com as críticas gerais, não se pode ignorar que os modelos neoclássicos, ao avançar nas manipulações de variáveis e hipóteses de acordo com os procedimentos da pesquisa empírica, podem contribuir para uma relativa compreensão dos acontecimentos ao nível do indivíduo, como i) motivação, características e mobilidade do migrante, ii) os custos da migração a nível econômico, psicossocial, da distância física e por oportunidades intervenientes”.

As discussões críticas das linhas explicativas do fenômeno migratório também apresentam as limitações da análise *histórica estrutural*, assim designada por SALIM (1992). Esta análise também é conhecida, segundo FERREIRA (1986), por *concepção estrutural*, e se subdivide em enfoque da modernização e enfoque histórico-estruturalista.

Esta abordagem tem sido considerada, por muitos estudiosos, como aquela que apresenta os enfoques mais progressistas, fato que, entretanto, não atenua suas limitações que se apresentam de modo bastante significativo. Assim sendo, os estudos que evidenciam esta abordagem apresentam hipóteses

frágeis, uma vez que reduzem sua abordagem à esfera econômica. A análise vai evidenciar os estudos das áreas de “destino/atração”, em detrimento da análise das áreas de “origem/expulsão” dos fluxos migratórios.

A partir da análise de como se conduzem os estudos migratórios, percebe-se a impossibilidade de se retificarem as hipóteses a respeito das causas dos muitos fluxos migratórios e é justamente este aspecto que acaba por criar uma forte limitação a esta abordagem, ou seja, ela possui uma base empírica fraca, uma vez que seu suporte passa a ser ilustrativo; nela, o tratamento dispensado aos dados demográficos se apresenta de uma forma bastante simplista.

Com base nesta constatação, refutar tal abordagem é tarefa que se apresenta de maneira difícil, visto que as hipóteses que são levantadas a respeito dos fluxos migratórios raramente são testadas. SALIM (1992:132) exemplifica tal situação discorrendo um pouco a respeito da situação que se observa na migração rural-urbana, onde, segundo ele,

“a maioria dos estudos, ao gerar maior conhecimento das estruturas agrárias pela inserção da migração no bojo do processo de acumulação via mecanização e mudanças nas relações sociais de produção, tende a privilegiar explicações sobre migração rural-urbana, comprometendo assim a compreensão global das características dos diversos fluxos em termos de natureza e destino”.

Também tende a limitar o uso desta abordagem o fato de ela apresentar resultados que demonstram simplificações frequentes em seus argumentos, qual seja o fato de desagregar e relativizar os níveis desagregados. *“A simples correlação, entre a migração de categorias sociais específicas e as condições materiais objetivas de um mesmo espaço rural, por exemplo, pode ser diferenciada, se se considerar separadamente assalariados, posseiros, etc. e não o conjunto da população residente ou todo o pessoal ocupado no campo”.* SALIM (1992:133).

Contudo, a limitação mais aludida por estudiosos acerca desta abordagem encontra-se no fato de ela afirmar que o fator que transforma uma estrutura pode operar em diferentes níveis dentro de uma mesma realidade, ou seja, ela não possibilita uma análise mais adequada entre uma estrutura micro

e uma estrutura macro. Como aqui a migração é considerada um fenômeno social e não individual, uma questão como a do custo/benefício também é deixada de lado, uma vez que esta questão é tida como fator gerador do fluxo migratório.

Mesmo diante de tantas importantes limitações, esta abordagem traz também consigo contribuições, uma vez que foi a partir dela que os estudos das migrações passaram a dar mais ênfase aos fatores estruturais que determinam a natureza coletiva do fenômeno, bem como a importância do contexto histórico. Um outro ponto a ser colocado é que esta abordagem possibilitou uma maior interdisciplinaridade, uma vez que aspectos econômicos, sociológicos e demográficos, entre outros, são apresentados de forma constante.

A abordagem que se refere à *mobilidade da força de trabalho* surge da oposição entre os que defendem uma explicação da migração em termos de níveis de salários (visão neoclássica ou comportamental racionalista) e os que privilegiam os aspectos estruturais (visão histórico-estrutural ou concepção estrutural).

A partir desta oposição surge uma apreensão real do significado que busca analisar os fluxos migratórios com forte ênfase nas estruturas sociais capitalistas. Segundo SALIM (1992), sua limitação mais séria estaria no fato de esta abordagem estabelecer uma base empírica confiável para o estudo das diversas manifestações de mobilidade. Aqui ela traduz, sem separar, mobilidade espacial em migração, mobilidade setorial e/ou profissional em migração profissional.

A outra limitação está no fato de que, para os defensores desta abordagem, existe uma correlação entre mobilidade da força de trabalho e grau de desenvolvimento, onde a mobilidade, no caso dos países desenvolvidos, seria o principal agente motivador de desenvolvimento.

Mesmo sendo indiscutível a nítida separação entre a abordagem neoclássica e a concepção de mobilidade da força de trabalho, é louvável a capacidade desta última em contribuir para o alargamento das perspectivas da análise histórico-estrutural, especialmente no Brasil, onde ela vem se desenvolvendo de forma ampla e significativa.

1.3 O migrante no contexto das migrações

Os estudos existentes a respeito das migrações analisam, entre outros aspectos, as manifestações destes fluxos, conceitos, influências, a fim de melhor situar aqueles que analisam esta problemática. A partir desta gama de investigações, estudos referentes ao papel do migrante também aparecem, uma vez que este pode ser considerado o sujeito mais importante na análise.

O migrante, enquanto sujeito, se vê inserido em uma estrutura social e econômica que o coloca em trânsito, não só de um lugar para outro, mas também de um tempo para outro. Ele, ao se inserir em um novo espaço, sofre os chamados problemas de contato, vive contradições, ou seja, está diante de espaços geográficos diferenciados, em que suas relações sociais vão se estabelecer de forma bastante diferenciada daquela com a qual estava acostumado a vivenciar.

Jussara Silva¹⁷, 42 anos, doméstica com primeiro grau incompleto, chegou à cidade de Uberlândia-MG há 30 anos atrás. Ali formou família e adquiriu amigos. Sua família ainda mora em Patos de Minas-MG, mas ela já se sente uberlandense e nem gosta de ser chamada de migrante. Segundo ela, *“quando cheguei aqui em 1971 tudo parecia estranho, custei a fazer amigos o povo daqui nem ligava muito para mim e minha irmã, mas aos poucos fomos nos acostumando, mas não tivemos a oportunidade para estudo, mas meus filhos estudam, eu faço questão disso.”*

No caso do migrante temporário, MARTINS (1988:45) afirma que *“migrante é aquele que vai e volta e o processo social que ele vive é o de sair e retornar”*. Percebe-se claramente que nos, primeiros momentos de inserção, há também uma nova realidade geográfica, à qual o migrante apresenta dificuldades para se adaptar. Suas relações sociais ficam até certo ponto marginalizadas perante esse novo quadro.

Em um primeiro momento o migrante é sempre visto como mais um, ou seja, como o outro, e nunca como um sujeito, o que faz com que vivencie uma situação de duplicidade, uma vez que não se desfaz, pelo menos

¹⁷ Em 01/08/2001, moradora do bairro Tibery na cidade de Uberlândia-MG.

provisoriamente do processo social no qual se inseria antes da migração, e nem se insere na nova realidade social que lhe é apresentada.

O migrante, enquanto sujeito, na maior parte das vezes se vê obrigado a sair do local em que vive inserido, no intuito de encontrar melhores condições para se reproduzir. O modelo capitalista adotado no mundo faz com que a força de trabalho esteja quase sempre localizada em local diferenciado de onde se encontra a produção e a própria reprodução do capital.

Ao se analisar, por exemplo, as causas da migração rural-urbana, que já foi bastante acentuada em décadas anteriores (1950-1970), percebe-se que foi justamente a separação e a criação de lugares geográficos distintos para o trabalho e a reprodução da força de trabalho, da produção e reprodução de capitais os principais fatores impulsionadores dos grandes deslocamentos humanos observados nas áreas dos grandes latifúndios canavieiros do Nordeste¹⁸, ou ainda nas grandes fazendas de café de São Paulo.

Alguns migrantes nem sempre conseguem perceber que muito é perdido no processo de migração, como os laços familiares; outro, mesmo percebendo esta triste realidade preferem migrar a padecer nos lugares onde estão inseridos, os quais em sua opinião já não oferecem condições de sobrevivência; muitos ainda até compreendem que a migração não será fator preponderante para sua mudança na escala social, uma vez que a mobilidade social será na maior parte das vezes muito pequena ou nenhuma, diante do quadro no qual se estabelecerão. Mesmo assim estão prontos para buscar novas relações sociais, estão aptos a aceitarem passivamente a exploração da estrutura econômica imperante e supressora, mesmo assim estão prontos para buscarem novas relações sociais.

O migrante vai, a partir daí, tentar se lembrar e fazer do lugar de origem como o lugar da festa, e o lugar de inserção como local de trabalho. MARTINS (1988:61) apresenta o momento em que o migrante no processo de migração vai estar inserido totalmente em uma nova localidade. Segundo ele,

¹⁸ A este respeito ver ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239p., que retrata a luta do povo nordestino frente os problemas fundiários, expropriação da terra. Ver também MARTINS, José de Souza. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 44-61.

“a migração será definitiva quando a festa também migrar. Quando o reencontro desses dois momentos se der no mesmo espaço e a festa, camponesa, anual, da padroeira, sair de seu ciclo cósmico e entrar no ciclo linear do descanso semanal remunerado, do cinema, do futebol”.

No caso de Jussara Silva, ela nos disse que não se arrepende de ter saído de sua cidade, pois pelo menos naquele momento era o havia de melhor para se fazer. Segundo suas palavras ela preferiu “tentar novos horizontes a ficar em um lugar que parecia que nada de novo acontecia”.

O sujeito que migra pode ser considerado como um dos participantes da estruturação de determinados espaços somente se observada a questão fundamental de permanência no novo espaço por um período fixo. PAVIANI (1993) afirma que o migrante somente possui condições para uma efetiva participação nos processos regionais de produção quando se fixa definitivamente em um dado espaço geográfico.

Além dos familiares, que muitas vezes são deixados para traz no processo de migração, o migrante também deixa a cultura local que herdou para se inserir em um espaço que não ajudou a criar, lugar o qual não conhece a história. Todavia, dotado de uma alta capacidade de adaptar-se, ao migrar aos poucos se articula, pois possui lembranças e experiências suficientes para enfrentar as lutas do dia-a-dia.

As barreiras que vai enfrentar são muitas, mas ele é capaz de criar o que SANTOS (1999) chama de “espírito alerta”, que permite que o migrante se refaça, reformule suas idéias de futuro, a partir do momento em que entende melhor a nova realidade que o cerca. O novo cotidiano no qual o migrante se insere passa a ser reaprendido, e suas relações sociais pouco a pouco vão sendo criadas; seu conhecimento do entorno cresce juntamente com seu desligamento do local de onde migrou, uma vez que, segundo SANTOS (1999), *“a memória do migrante olha para o passado, e sua nova consciência olha para o futuro”.*

1.4 Redes sociais: estratégias para a inserção dos migrantes?

Existem inúmeros estudos que visam encontrar fundamentos teóricos e evidências empíricas para elaboração de modelos a respeito da integração social dos migrantes. Para fazer frente aos modelos mais utilizados (macro, - centrados nos mercados de trabalho e efeito das políticas de imigração - e micro - que enfatizam as atitudes e identificação cultural dos indivíduos), muitos estudiosos têm proposto o estudo de enfoques que levam em consideração o nível médio, ou seja, que consideram o entorno material e social em que se produz a inserção social do migrante.

Esta perspectiva coloca como variáveis centrais os contextos concretos da migração (modalidades da área da residência, tipo de organizações no âmbito em que o migrante trabalha) e a densidade das redes sociais (associação e relação).

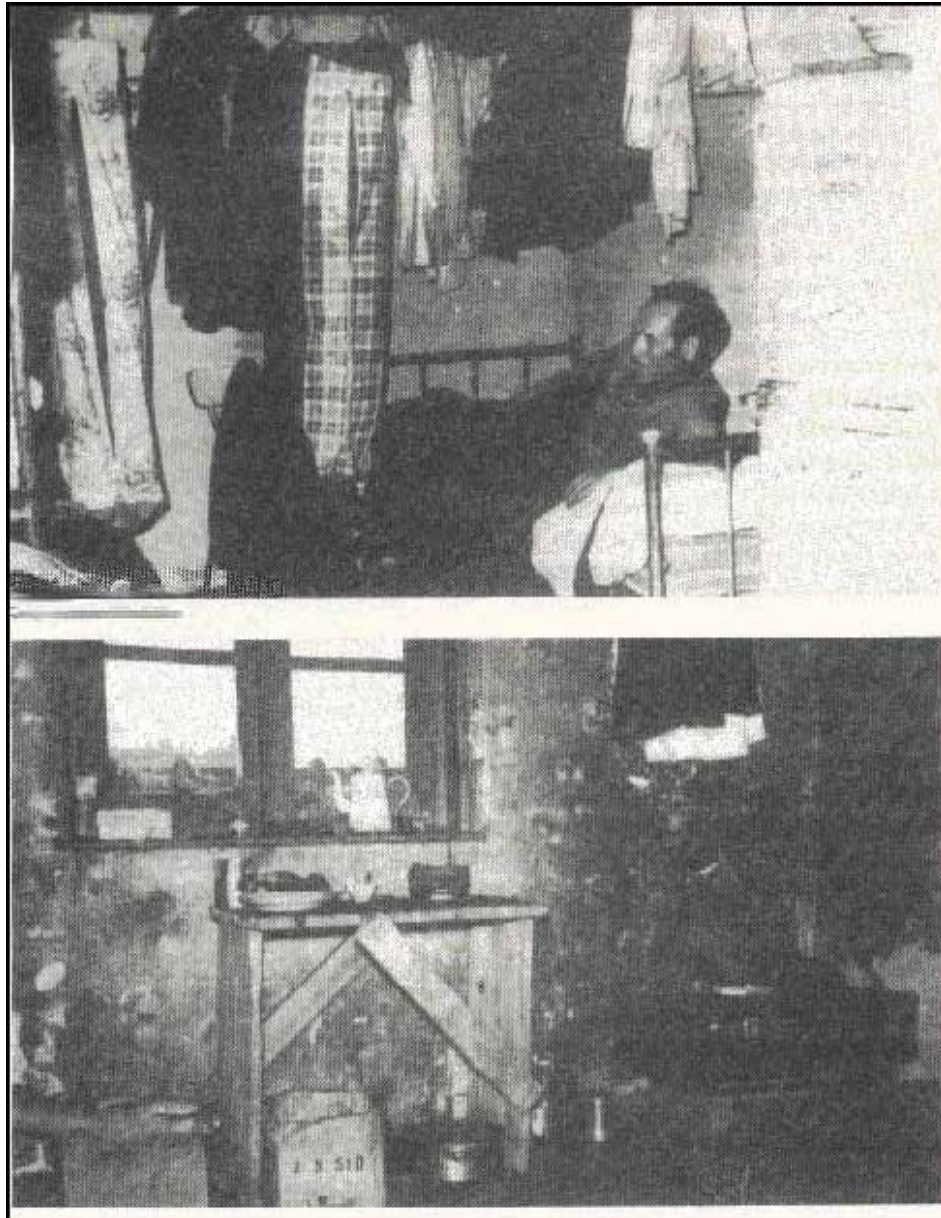
Os primeiros antecedentes da investigação do contexto da integração social dos migrantes podem ser encontrados nos enfoques da ecologia humana da Escola de Chicago¹. A partir deste marco, foram formulados os postulados da formação de guetos, da desconcentração espacial, devido à troca de *status* sócio-econômico nas gerações sucessivas de migrantes. Todavia, este enfoque tem sido alvo de fortes críticas empíricas, uma vez que ele sustenta o fato de que o aumento da concentração de pessoas, em um determinado espaço, é bom.

No entanto, o que se pode observar nestes espaços de grande concentração de migrantes é que estes locais podem ser extremamente segregados, com uma forte tendência a decair mais ainda, com o incremento de mais migrantes. Isto pode ser é claramente evidenciado, por exemplo, nos

¹ EUFRÁSIO (1999), em “Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago” (1915-1940) discorre a respeito do que foi esta importante corrente sociológica Norte Americana de estatura internacional entre as duas grandes guerras mundiais, além de seus principais pressupostos.

guetos que se formam em Paris, com a presença de migrantes oriundos de suas ex-colônias (Argélia, Marrocos). *(Foto 01)*

Foto 01: Quarto ocupado por um migrante de origem árabe, no Norte de Paris, que retrata a dura realidade enfrentada por migrantes nos guetos.



Fonte: SAYAD, 2000.

Ao se analisar a primeira residência desses migrantes, percebe-se que muitas vezes ela é determinada pelos empregadores, que são os responsáveis pelos alojamentos dos trabalhadores e é aí, a partir deste momento que ele acaba por entrar em contato com migrantes oriundos de uma mesma e localidade, onde ele começa a formar sua rede de fluxos de informações.

Esta maneira de inserção de muitos migrantes demonstra o quanto se faz necessário um maior aprofundamento a respeito da integração no contexto de redes. Muitos têm sido os estudiosos da Geografia atual que têm posto menos ênfase no componente intencional, que considera os determinantes da estrutura da ação (estrutura de classe da sociedade receptora). A nova abordagem dá importância não só à dimensão social das redes, como também à dimensão espacial.

1.4.1 Uma nova abordagem no estudo da integração social dos migrantes

O estudo dos níveis médio, de inserção migrante através das redes tem permitido uma maior compreensão a respeito dos efeitos sobre as atitudes e comportamentos desses sujeitos, já que temas como a variabilidade contextual do clima social são abordados de forma mais explícita.

Este clima social pode ser medido a partir da agregação das atitudes individuais, pois o tamanho de uma unidade analisada afeta a confiabilidade da mediação, ou seja, maior tamanho, menor interação e menos variação entre o grupo e o indivíduo.

Quanto mais homogênea é uma rede de integração, mais influência ela vai exercer sobre os indivíduos que a compõem. Desta maneira o migrante, quanto mais vive em um ambiente em que muitas redes estão interconectadas (em um bairro, por exemplo), e estabelece muitas relações de amizade com vizinhos, menos apresenta problemas com a ociosidade.

No estudo da inserção social dos migrantes através das redes é de suma importância uma análise dos vários contextos dos fluxos migratórios. Há que se observar o tipo de zona e bairros de localização dos migrantes, o tipo de contexto organizativo do lugar de trabalho da população migrante e o que determinará sua visibilidade.

Outro ponto importante é a observância de como os migrantes se inserem nesses contextos e de como estes modulam os distintos tipos de redes sociais entre os migrantes e o resto da população já inserida nestes espaços.

1.5 Mobilidade social: um dos agentes impulsionadores dos movimentos migratórios no Brasil?

Analisar o conceito de mobilidade tem sido o trabalho de diversos pesquisadores nas últimas décadas. Sua compreensão muitas vezes é dificultada, devido à sua abrangência, podendo se falar em mobilidade social, populacional, espacial, entre outras.

É importante ressaltar que as várias categorias de mobilidade acabam se interligando, tornando seu estudo mais abrangente. Por sua vez, essa interligação faz com que a compreensão de determinadas variantes possam ser melhor apresentadas, como no caso da migração.

A migração tem sido meio de ascensão social para os migrantes e, segundo JANNUZZI (2000:5), seria esta mobilidade social² *“um fator estruturalmente importante para explicar a intensa mobilidade social ascendente no Brasil nos últimos 50 anos”*.

A mobilidade social ascendente acompanhou de forma notória a formação da sociedade urbana-industrial no Brasil. Isto pode ser observado quando se analisa a mudança, por exemplo, no panorama ocupacional do brasileiro. Nota-se a formação de uma classe média, que teve seu tamanho acentuado nos últimos anos.

Durante muito tempo, as atividades dos brasileiros estiveram pautadas em ocupações não qualificadas, conforme a *figura 01*. Entretanto, este quadro vai se modificando à medida que as atividades ocupadas pelos brasileiros tomam o rumo daquelas ligadas ao meio urbano, com maior participação de ocupações não manuais.

² Mobilidade social é referida, aqui, como os estudos da área subentendem, como a mobilidade expressa pela mudança de ocupações, com *status* sócio-ocupacionais diferentes.

Figura 01: Tipo de ocupação encontrada pela maior parte dos migrantes no contexto urbano brasileiro.



Fonte: Martins & Vanalli, 2001.

Estes fatores seriam os característicos de uma mobilidade social vivenciada pela população brasileira, demonstrada por PASTORE (1979:178) em um dos primeiros trabalhos realizados a respeito de mobilidade social no Brasil. Segundo suas palavras:

“O quadro geral da mobilidade no Brasil revela uma sociedade bastante dinâmica ao longo do século XX. Nesse período, o país passou por inúmeras transformações que tiveram marcantes repercussões na estrutura social. Dentre elas, a passagem de uma sociedade rural para urbana constituiu um dos fenômenos de maior impacto para a transformação da estrutura social brasileira e para o surgimento de uma classe média bastante razoável (...). Apesar da forte expansão dos empregos do baixo terciário nas zonas urbanas, as ocupações de classe média para os chefes de família aumentaram substancialmente ao longo de todo o século XX. Tais ocupações simplesmente inexistiam no tempo de nossos pais e nossos avós. No período considerado o Brasil iniciou e consolidou seu processo de industrialização e com ele emergiu um grande número de ocupações industriais. Mais importante que isso foi a enorme expansão das ocupações periféricas à própria industrialização no setor de serviços e, ainda, a intensa ampliação das atividades do comércio ligadas não só à industrialização como à própria aglomeração urbana”.

PASTORE (1979), analisando estas afirmações, conclui que a maior parte da população economicamente ativa do país realizou mobilidade social ascendente, tanto em relação às gerações passadas, quanto às primeiras posições ocupacionais quando de sua entrada no mercado de trabalho.

Processo igual a este também foi observado em outros contextos latino-americanos, já que os países integrantes também saíram de um perfil ocupacional de base agrícola, para uma estrutura setorial urbana, onde tanto a produtividade como a remuneração são maiores. Entretanto, muitos nem mesmo condições de habitação satisfatória conseguiram obter, conforme a *figura 02*, passando a viver em péssimas condições, especialmente nas grandes metrópoles.

Figura 02: Situação de moradia encontrada por grupos de migrantes.



Fonte: Martins & Vanalli, 2001.

Vários estudiosos observaram a mobilidade social no interior da sociedade brasileira; entretanto, muitos questionaram a mobilidade social observada¹. O questionamento surge com a não concordância de que a

¹ Ver mais sobre os índices de mobilidade social no Brasil em: CEPAL (1989); VALLE SILVA, (1979,1981); BALTAR, DEDECA&HENRIQUE (1997).

mobilidade social tenha vindo acompanhada de melhoria nas condições de vida, ou de que ela tenha diminuído as desigualdades sociais de um grande contingente de trabalhadores, especialmente aqueles oriundos do campo, para os quais o modo de inserção no modo de vida urbano não lhes garantiu uma ocupação adequada, nem uma renda suficiente para melhor viverem, em uma estrutura econômica pautada no consumo, segundo BALTAR, DEDECCA&HENRIQUE (1997:89):

“...apesar de o desenvolvimento econômico ter gerado amplas e novas oportunidades ocupacionais, em especial nas atividades urbanas e que possibilitaram uma expressiva mobilidade social ascendente, há duas questões básicas que condicionam aquela reprodução. A primeira questão diz respeito ao volume e velocidade significativos de êxodo rural e suas conseqüências sobre a estruturação do mercado de trabalho urbano (...). A segunda questão diz respeito, propriamente, ao tipo de geração de emprego e renda urbana (...).

A mobilidade social também não contribuiu para a redução das desigualdades sociais. Aliás, da forma como ela processou, acabou por aumentar ainda mais o padrão de desigualdade entre as pessoas, visto que os benefícios do grande desenvolvimento econômico que o mundo conheceu, especialmente no período pós-guerra, não foram aproveitados de forma igual por todos. A este respeito PELIANO (1992:138) observou:

“Essas evidências do grande dinamismo da pirâmide social brasileira, notadamente em sua base, pouco interfere na estrutura das desigualdades. A mobilidade ascendente observada se caracteriza por um movimento marcadamente segmentado: muitos sobem pouco e poucos sobem muito. Os pequenos ganhos ascensoriais da maioria são largamente superados pelos ganhos da minoria situada nos estratos ocupacionais médios. Esse o padrão do mecanismo estrutural que determina o perfil social no Brasil”.

A mobilidade social identificada seria também conseqüência da intensa migração rural-urbana vivenciada no país nos últimos 50 anos. É muito importante relacionar que, ao final do longo período de mobilidade, o país se transformou em um país intensamente urbano, uma vez que de 1940 a 2000 a

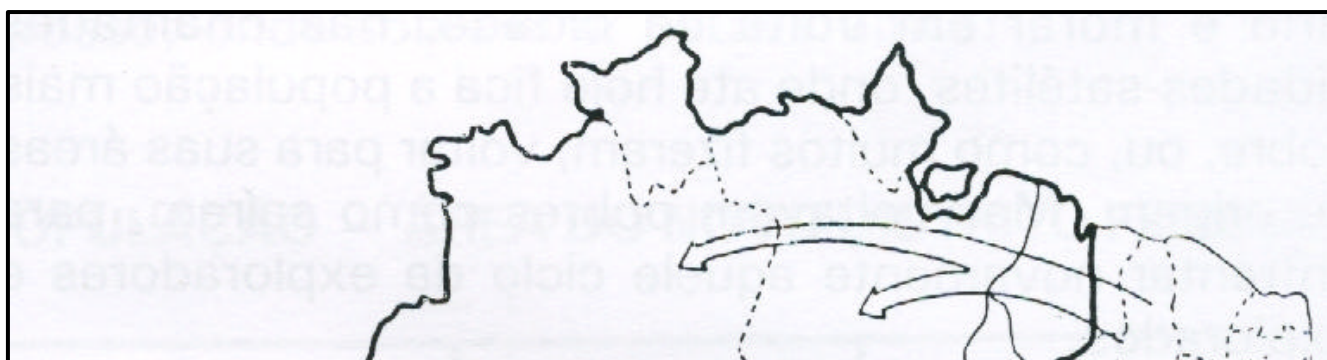
urbanização passou de 31% para cerca de 81%. Do campo saíram grandes contingentes populacionais, como pode ser observado nos *mapas 01* e *02*, que consolidaram fluxos migratórios importantes, como os do Nordeste para o Sudeste, responsáveis pela forte expansão urbana de São Paulo e Rio de Janeiro.

Mapa 01



Fonte: Martins & Vanalli, 2001.

Mapa 02



Fonte: Oliveira apud Martins & Vanalli, 2001.

PASTORE (1979) evidenciava o fato de os migrantes interestaduais terem ascendido socialmente muito mais do que os naturais das regiões de destino. Em seus levantamentos entre os migrantes analisados, 57% teriam ascendido sócio-ocupacionalmente em relação a seus pais e 62% com relação a seu primeiro emprego. Já entre os moradores naturais das regiões onde os migrantes se inseriram, o crescimento apresentou valores menores, ou seja, 43 e 50% respectivamente.

A cidade de São Paulo, devido a seu dinamismo econômico, e também por ser destino dos maiores fluxos migratórios, especialmente na década de 1970, apresentava, segundo CANELAS (1980), cifras mais elevadas de mobilidade social ascendente entre os migrantes; cerca de 80% dos migrantes haviam subido na escala socioocupacional em relação a seus pais. Já entre os naturais, apenas 32% apresentaram mobilidade ascendente.

Esses dados demonstram o quanto no processo de migração podem ser analisados também outros tipos de mobilidade, especialmente a social, que

também é tida como um dos principais fatores condicionantes para uma efetiva migração. No entender de PASTORE (1986) a migração seria, neste sentido, benéfica aos indivíduos e ao país, uma vez que ela proporcionaria mobilidade social e também reduziria as históricas desigualdades regionais e sociais do Brasil².

Esse argumento, levantado pelo autor, todavia, já foi bastante refutado por inúmeros estudiosos que questionam o fato de a migração se apresentar como fator equacionador das diferenças regionais no Brasil, ou em qualquer parte do mundo³.

A partir da década de 1980, muitos autores apresentam novas perspectivas a respeito desta relação, ou seja, começa a haver uma diminuição das cifras de mobilidade, uma vez que o processo de migração bem como o da mobilidade social, acaba por ser influenciado diretamente pela estrutura econômica brasileira dos anos 1980⁴, década considerada como uma “década de imobilidade social”.

Analisar a relação entre migração e mobilidade social tem sido o objeto de estudo de muitos autores, que visam apresentar mais pontos para discussão no mundo das migrações. Esses estudos são bastante importantes para caracterizar algumas manifestações do fenômeno migratório interno brasileiro.

Ao nosso ver, como a migração se apresenta com uma gama de estudos e teorias, quando se tenta fazer a relação da migração com a mobilidade

² Muitos são os autores que possuem estudos e teorias relevantes a respeito da migração e sua função de reduzir as desigualdades regionais e sociais entre regiões. Entre eles: RAVESTEIN (Leis de Migração) e LEE (Teoria da Migração).

³ VALLE SILVA (1979), BALTAR, DEDDECA&HENRIQUE (1997), PELIANO (1992), MARTINE (1980), BIANCHI (1983) são exemplos de estudiosos que apresentam trabalhos onde a migração não é vista como um fator que diminui as desigualdades sociais entre regiões. Segundo eles a mobilidade social apresentada pelos migrantes não reduziu as desigualdades sociais; em muitos casos, ela serviu até para aumentar estas desigualdades. Ainda para esses autores, a relação virtuosa entre mobilidade social ascendente e migração deve ser bastante relativa.

⁴ Os anos 80 são tidos por muitos como a década perdida. A crise econômica de 81-83 mudou completamente o quadro até então favorável à mobilidade estrutural e, por extensão, às perspectivas de mobilidade social ascendente no país. A queda na taxas de crescimento do Produto Interno Bruto - 7% a.a, entre 1975 e 1980 para 1% no quinquênio seguinte -, com a consequente diminuição no ritmo de criação de postos de trabalho no setor formal, aumento da rotatividade da mão de obra, contratação das vagas na Indústria de Transformação e na Construção civil nas Regiões Metropolitanas acabaram limitando as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho e as possibilidades de progressão funcional. JANNUZZI (2000).

social encontram-se vários argumentos diferentes entre si. Entretanto, as mais variadas visões chegam a um ponto comum, ou seja, os migrantes são socialmente mais móveis que os naturais das cidades.

A relação entre migração e mobilidade social deve abarcar mais do que a análise das questões dos desequilíbrios regionais de oferta de emprego; deve analisar outras questões, como *“menores custos de habitação, melhor oferta de serviços públicos e privados, mais proximidade da família, melhor qualidade de vida etc.”* ANTICO (1997).

1.6 A distribuição espacial da população e a urbanização brasileira

1.6.1 A questão espacial no processo de urbanização

A concentração de determinadas atividades no interior da sociedade passa, em primeiro lugar por uma questão da análise espacial. No caso da migração esta tem sido integrada aos discursos teóricos como um componente demográfico chave para a análise e descrição da dinâmica econômica espacial das sociedades onde se inserem. *“O deslocamento espacial seria de certa forma a expansão do capital e do trabalho excedente”*, segundo MENEZES (2001:3).

O capital também tem sua participação no processo de formação do espaço, uma vez que ao se reproduzir e valorizar-se vai rompendo barreiras tanto espaciais como regionais, com o intuito claro de aumentar suas relações e impor sua lógica. Desta forma, esse capital acaba por também por homogeneizar, acima de tudo, os espaços, ou seja, vai promover a produção em grande escala. Podemos falar, neste caso, de novos espaços, dentro dos quais a produção capitalista possa prosseguir no crescimento, tanto do comércio quanto dos investimentos diretos, além de novas possibilidades de exploração da força de trabalho.

Tanto a distribuição dos recursos naturais como os populacionais no espaço geográfico são indispensáveis no estudo da formação de estruturas espaciais concentradas. A própria história do espaço coincide com o processo

que converte os atributos naturais do espaço em atributos da sociedade, segundo DAMIANI (1999).

Existe, de certa forma uma, complexidade das atividades sociais e o sentido econômico predominante inclui internamente, o espaço cada vez mais objeto, produto e mercadoria, o que define o sentido do espaço no plano da prática social.

MATOS (1995) afirma que é inegável que a dotação de recursos naturais constitui um dos fatores de maior relevância na gênese do crescimento econômico, vis-a-vis o processo de concentração espacial.

A questão da localização espacial dos recursos naturais e populacionais no Brasil influenciou a formação de várias economias regionais, uma vez que foi através da exploração de muitas riquezas naturais que o país pôde se inserir em vários segmentos da economia mundial.⁵ Além dos recursos naturais, a população é um outro fator que induz à concentração da produção, mas assim como os recursos naturais, não de forma determinante. Segundo MARTINE (1992:5), *“a distribuição populacional costuma acompanhar, grosso modo, a distribuição espacial das atividades econômicas; esta determina a localização das melhores oportunidades de trabalho e, portanto das melhores condições de renda”*.

Quando se discute a questão da concentração-desconcentração, é fundamental compreender que as cidades são áreas fundamentais, dentro desta temática, já que constituem em capital fixo e funcionam como grandes unidades de produção.

A cidade de Uberlândia-MG⁶, neste contexto, merece destaque, uma vez que ao possuir uma posição geográfica privilegiada – possui eixos rodoviários que a ligam a várias capitais do país, por exemplo -, recebeu uma série de investimentos dos diversos setores econômicos do país, além de um número considerável de população, ganhando assim destaque enquanto cidade média.

⁵ SANTOS (1995:68), é enfático ao afirmar que é importante ter em mente que o meio natural não deve ser visto como o fator mais decisivo na organização espacial, porquanto “lugares dispondo de condições naturais semelhantes não foram explorados ao mesmo tempo, nem serviram de base ao mesmo tipo de produção”.

⁶ As características econômicas, localização geográfica bem como outras informações a respeito de Uberlândia serão melhor analisadas nos capítulos que se seguem.

As cidades, segundo MATOS (1995), contribuem para o crescimento econômico ao gerarem grandes mercados, ao permitirem uma maior especialização na produção e distribuição das mercadorias e ao facultarem o surgimento dos fatores espaciais, sobretudo na forma das economias de aglomeração.⁷

As mudanças estruturais brasileiras, juntamente com seu atual momento de transição, vêm esboçando as características dos movimentos migratórios do Brasil, segundo MARTINE (1994:56)

“... o atual cenário econômico, fortemente dominado pelas forças da liberalização, pode imprimir uma nova dinâmica à relação entre concentração de atividades econômicas, população e eficácia relativa dos esforços produtivos... Este fato torna a reflexão em torno de perspectivas migratórias futuras um exercício bastante especulativo. Dado que a redistribuição espacial é filha da reordenação das atividades econômicas sobre o espaço, precisamos tentar entender como esse novo modelo globalizado afetará a redistribuição espacial da economia e da população”.

Desta maneira, o autor vem salientar a forte influência da redistribuição da população brasileira permitiu que várias áreas competitivas surgissem no país. É desta maneira que a interiorização, devido à alta mobilidade populacional que vem acompanhando a estruturação urbana do país, vem contribuindo significativamente para que a constituição da rede urbana seja formada, conforme MARTINE (1994:56), por cerca de 560 cidades, que se espalham pelo vasto território do país.

Podemos colocar que é nesta rede urbana que se encontram muitos migrantes, que não mais configuram o chamado exército de reserva, pois as mudanças substanciais na estrutura interna do país (precariarização do trabalho, desemprego, falta de leis específicas para novos postos de trabalho que surgem em função das transformações da tecnologia, entre outros

⁷ As economias de aglomeração são conhecidas na literatura como vantagens aglomerativas, que ajudam a entender as relações de causalidade recíproca entre as atividades econômicas e o ambiente urbano, ou seja, neste sentido os fatores econômicos são atraídos para as cidades e, simultaneamente, as cidades condicionam o crescimento econômico. MATOS (1995).

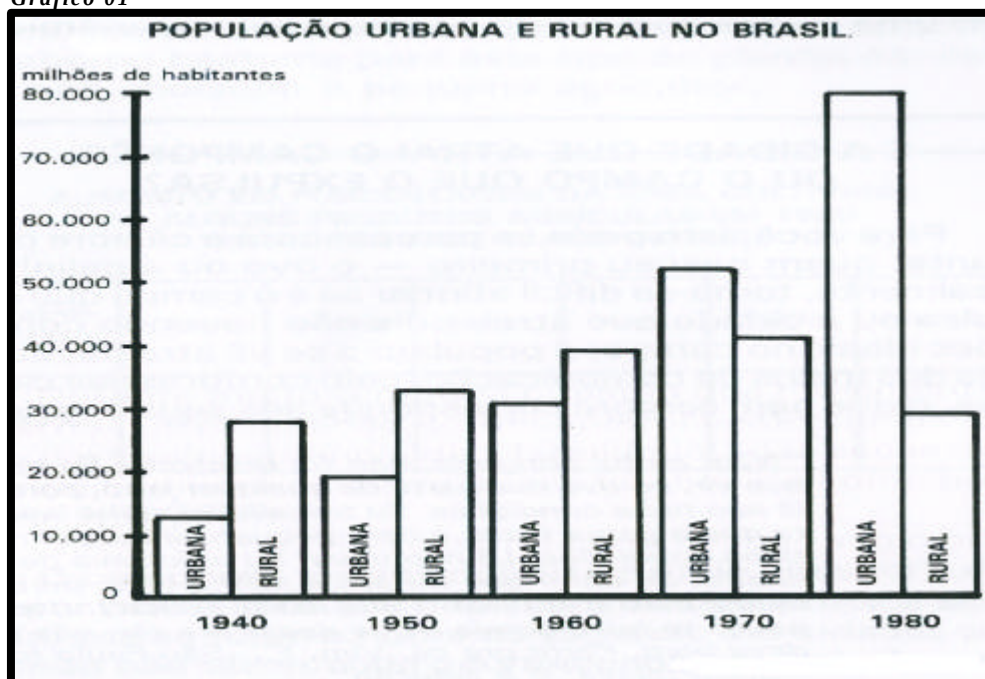
fatores), têm contribuído para que se tornem um exército de excluídos, presentes na configuração espacial do sistema urbano brasileiro.

1.6.2 O processo de evolução da urbanização brasileira

O processo de urbanização da sociedade há muito vem sendo analisado, uma vez que esta temática assumiu características diferenciadas, de acordo como o momento histórico no qual ela se inseria. O Brasil, neste contexto, apresenta também suas particularidades, uma vez que seu processo de urbanização a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, tomou rumos e proporções nunca antes observados, como pode ser observado no *gráfico 01* e na *figura 03*.

As mudanças observadas no país, no contexto da urbanização, foram influenciadas, sobretudo, pela inserção do país na divisão internacional do trabalho, como as 2ª e 3ª Revoluções Industriais. A partir de 1970, as cidades brasileiras aumentaram em número e tamanho, e também modificaram os papéis que desempenhavam na divisão internacional do trabalho.

Gráfico 01



Fonte: IBGE, 1980.

Figura 03: Evolução das taxas de população urbana no Brasil.



Fonte: Martins & Vanalli, 2001.

O modelo de urbanização crescente que o Brasil começava a adotar, nesse período possuía claras evidências e características comuns às de outras áreas em processo de urbanização, as quais, segundo SPOSITO (1999:84), *“se expressavam pelas localizações das atividades, pelos adensamentos, pelas concentrações, onde eram colocados para reflexões os pares interior/exterior, centro/periferia, aquém/além das cidades”*.

Até o início da década de 1950, o sistema de transporte, bem como a rede urbana brasileira apresentavam em cada região, uma cidade junto ao litoral ou próxima a ele, que polarizava as demais regiões, tornando-as pontos de convergência entre todos os caminhos. Esta forma estrutural na qual se apresentava o território brasileiro era influenciada pelo modelo primário de exportações que o país ainda apresentava, ou seja, ciclos produtivos de monoculturas de açúcar, algodão e especialmente café.

FARRET *apud* TASCHNER e BÓGUS (1986:96) comentam que, mesmo possuindo esta estrutura agro-exportadora, no que se refere às localidades, houve em nível regional, no começo do último século, um apreciável sistema de cidades-pólo, ou seja, *“as cidades constituíram-se no mercado para a primeira onda de industrialização decorrente da substituição de importações”*.

O desequilíbrio regional vigente no país até 1930 era em grande parte reforçado pela atuação do Estado naquele momento, pois além de não estipular políticas territoriais para o país era o grande representante das oligarquias rurais, uma vez que adotava fortes políticas de subsídio à agricultura e à infra-estrutura física e econômica. O destino dos lucros extraídos das atividades rurais brasileiras eram as cidades que começavam a se desenvolver como importantes centros administrativos e também locais de moradia da classe dominante e produtora rural.

Em 1930, o Brasil acenava com um movimento contra a oligarquia rural do café que vinha em baixa em virtude da quebra da bolsa de Nova Iorque no ano anterior¹. O país neste contexto de quebra da economia mundial, também tinha que operar mudanças internas, mudanças na sua forma de capitalista, que seriam “*as raízes do segundo estágio de desenvolvimento do capitalismo agro-exportador*”, conforme (FARRET *apud* TASCHNER e BÓGUS 1986:96).

Burguesia industrial e oligarquia rural têm um pequeno período de coexistência, uma vez que os interesses da primeira aos poucos começam se sobressair. O novo padrão de urbanização imposto pela economia industrial vai promover no país um maior desenvolvimento do mercado nacional e maior intercâmbio entre as regiões, uma vez que se fazia necessária uma unificação do mercado interno e sua articulação, ou seja, “*o que era uma sociedade fragmentada em economias regionais muda para uma economia nacional regionalmente localizada*”. (TASCHNER e BÓGUS 1986:96)

As regiões brasileiras passam, a partir de então, a terem funções específicas. O Sudeste lidera o novo centro econômico com São Paulo e Rio de Janeiro, o Nordeste se transforma em área fornecedora de mão-de-obra, o Centro-Oeste e o Norte são tidos como áreas de fronteiras agrícolas não ocupadas.

O processo de localização e concentração das indústrias vai surgir nos centros urbanos com certa densidade populacional e facilidades

¹ WEFORT (1989), afirma que este movimento de 30 de longe foi uma revolução burguesa, ou seja, ele foi apenas uma reforma que associou os interesses da indústria e do café, lançando as bases para o chamado “pacto populista” que prevaleceu entre 1930 e 1964.

administrativas ligadas à exportação. Estes centros urbanos aproveitam-se das estruturas das cidades agromercantis, que já possuíam mercados e populações bastante interessantes para serem aproveitadas.

A população brasileira entra em franco processo de urbanização, e o governo passa a adotar políticas como o Plano de Metas. Este, que por um lado, acentuou o desequilíbrio regional, uma vez que os capitais investidos se destinavam quase que exclusivamente às regiões Sudeste e Sul; por outro lado, foi nesse plano que se deu a construção de Brasília-DF, que permitiu uma migração acentuada para o Centro-Oeste, incentivada pelo governo, numa tentativa de se rearticulação do sistema urbano nacional.

1.6.1 A população no contexto de urbanização brasileira

Observando-se a população brasileira desde o século passado até o atual, pode-se afirmar que ela sofreu profundas modificações no que tange a questões como fecundidade, taxas de nascimento e mortalidade perfil, migratório, entre outros fatores.

O censo de 2000 dava conta de que, dos 169,5 milhões de habitantes em primeiro de agosto daquele ano, 91% perfaziam a população urbana e mais ainda, dentre estes 18% habitavam em apenas duas cidades, São Paulo e Rio de Janeiro.

Esses dados demonstram o quanto a população brasileira aumentou em menos de cinco décadas, uma vez que em 1940 a população era formada por apenas 41 milhões de habitantes, onde 80% eram das áreas rurais ou viviam em cidades com menos de 20 mil habitantes. Assim, podemos entender que a população brasileira mudou seu local de moradia de uma forma marcante devido a uma série de ingerências. Da década de 1940 até 1996, a mortalidade geral apresentou um rápido declínio, que se sustentou posteriormente.

Esta queda na mortalidade passou a ser responsável entre outros fatores, pela variação no ritmo de crescimento da população brasileira até, 1970.

A década de 1940 apresentava uma taxa média de crescimento da população brasileira de 2,4% ao ano. Na década de 1950, a população apresentou uma taxa de crescimento de cerca de 3,1%, o que segundo muitos estudiosos é tido como o índice mais alto já atingido durante todo o período do qual se tem informações². Durante a década de 1960, começa a ocorrer um significativo processo de desconcentração populacional no país, fato que acabou por favorecer muitas regiões brasileiras, uma vez que a população se concentrava, sobretudo, na Região Sudeste, como demonstrado na *tabela 01*.

Entretanto, a década de 1970 vai ser marcada por uma forte intensificação da concentração populacional, novamente na região Sudeste, já que cerca de 46% do incremento nacional ali se localizava. Da década de 1980 até o início dos anos 1990 o Brasil conhece um período de estagnação em vários setores de sua economia. Os anos 1980 ficam conhecidos como a década perdida, onde o país sofre uma forte recessão³.

Essas alternâncias nas taxas de crescimento populacional, em diferentes décadas no Brasil, começavam a demonstrar uma forte tendência de desconcentração, não só das indústrias como principalmente das populações. Foram décadas em que o brasileiro saiu em busca de melhores oportunidades de trabalho, fossem elas onde fossem. Regiões como Centro-Oeste e Norte, conforme *tabela 01*, durante as décadas de 1950 a 1970, tiveram a sua participação aumentada no total nacional, devido a um crescimento populacional mais expressivo.

² Essa década se caracterizou também por uma grande transferência inter-regional de população para as áreas de fronteiras, pois foi a época das construções da estrada Belém-Brasília, e da nova Capital Federal. Além da dinamização da indústria de base na região Sudeste, resultando em grandes movimentos migratórios para áreas metropolitanas e para a colheita de café em São Paulo e norte do Paraná. CAMARANO e BELTRÃO (2000).

³ Uma das conseqüências da crise da década de 80 foi a desmistificação do planejamento centralizado, que não se sustentava mais, devido às constantes manipulações de instrumentos financeiros, para manutenção da liquidez e da credibilidade do país.

Tabela 01

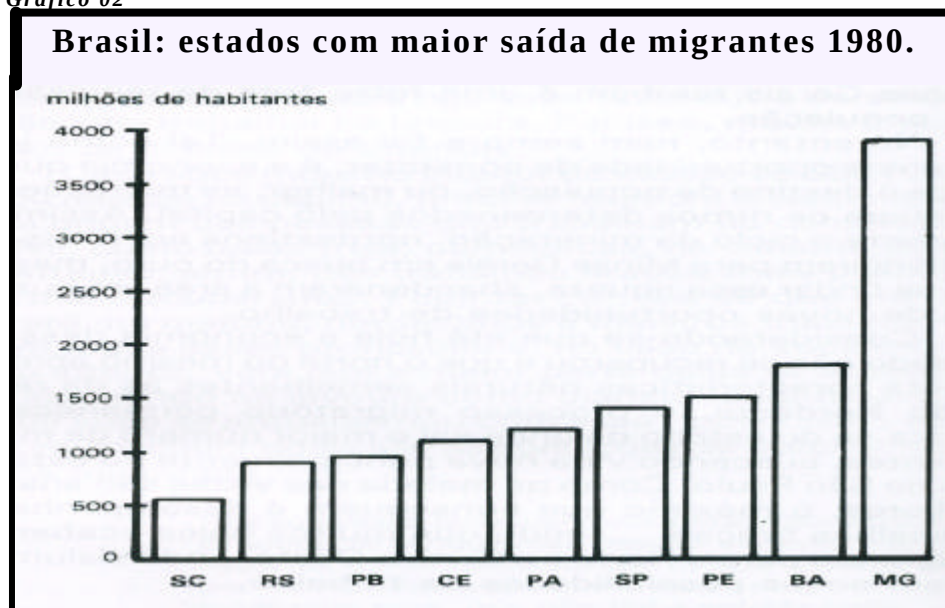
Brasil: taxas anuais de crescimento e participação do incremento absoluto regional no total nacional – população total% de 1950-2000.						
Grandes regiões	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/2000
Taxas anuais de crescimento						
Norte	2,4	3,6	3,6	5,0	3,8	3,0
Nordeste	2,3	2,2	2,5	2,2	1,6	1,5
Sudeste	2,1	3,2	2,6	2,7	1,6	1,5
Sul	3,2	4,2	3,4	1,5	1,2	1,2
Centro-Oeste	3,5	5,1	6,2	4,3	2,7	2,9
Brasil	2,4	3,1	2,9	2,6	1,7	1,8

Fonte: IBGE, vários censos demográficos apud CAMARANO e BELTRÃO (2000).

O Brasil, desta forma, vê-se frente a um processo que não pode parar: o da desconcentração populacional, influenciada em muitos casos pelas políticas governamentais implícitas e explícitas⁴, pela iniciativa privada e também pela desconcentração industrial, que teve início neste período, porém que só veio a ter impacto sobre a distribuição da população na década de 1980. Essas medidas de todos os setores do país eram necessárias para que este pudesse também se inserir em um processo maior, que ultrapassava as fronteiras nacionais. O *gráfico 02* traz a saída de migrantes, durante a década de 1980, das unidades da federação, onde o Estado de Minas Gerais aparece como destaque, este que durante algumas décadas foi tido com um estado de muita emigração.

⁴ A respeito da participação governamental no processo de desconcentração populacional, MARTINE (1994) afirma que o Estado teve e tem tido participação diferenciada em distintos momentos históricos, através de políticas implícitas e explícitas. Por “políticas explícitas” entendem-se as ações governamentais visando influenciar a distribuição da população sobre o espaço. As “políticas implícitas” referem-se àquelas ações governamentais com finalidades outras, mas que acabam tendo impacto sobre a redistribuição espacial da população.

Gráfico 02

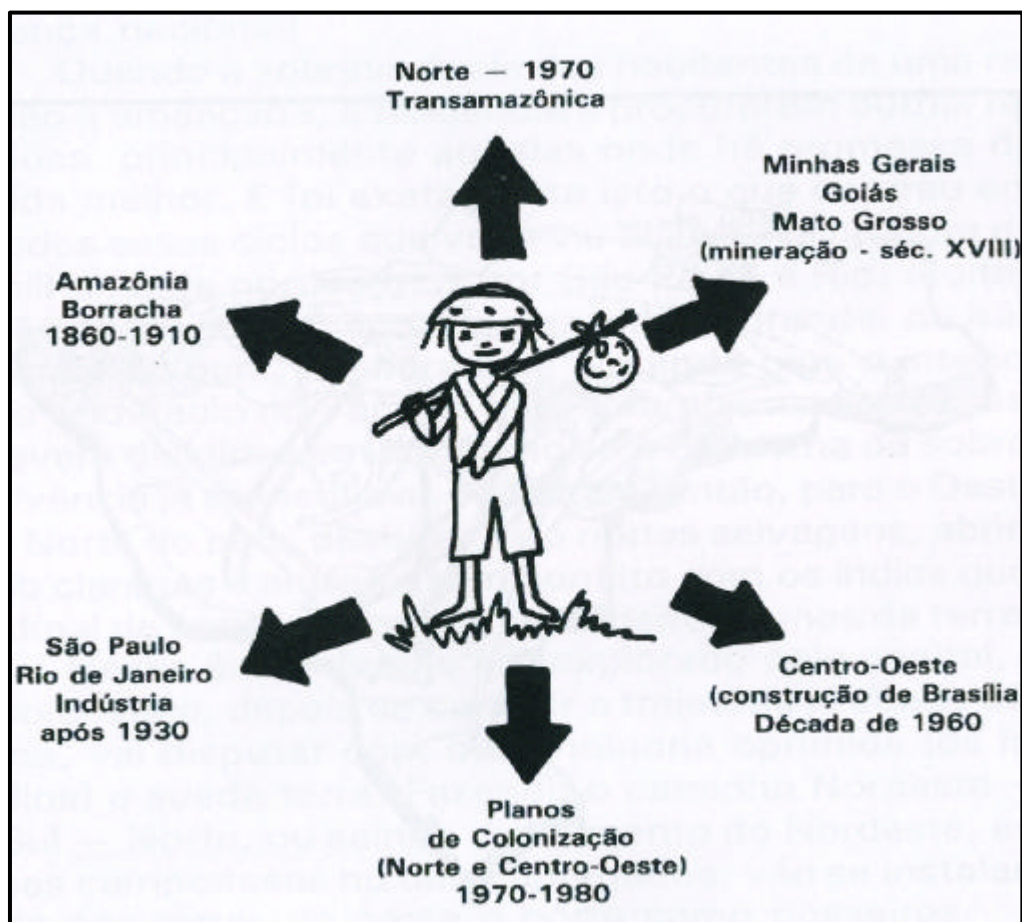


Fonte: IBGE 1981; CEM 1986.

1.6.4. A importância das fronteiras no processo da urbanização brasileira

Nas décadas anteriores à década de 1970, as características econômicas do país interferiam na distribuição da população sobre o território brasileiro, conforme a *figura 04*. MARTINE (1984) afirma que “os ciclos econômicos brasileiros eram voltados para o exterior e desarticulados entre si, não promoviam a integração econômica, além do que os mesmos não estimulavam trocas populacionais, muito menos a migração entre as distintas regiões do país”.

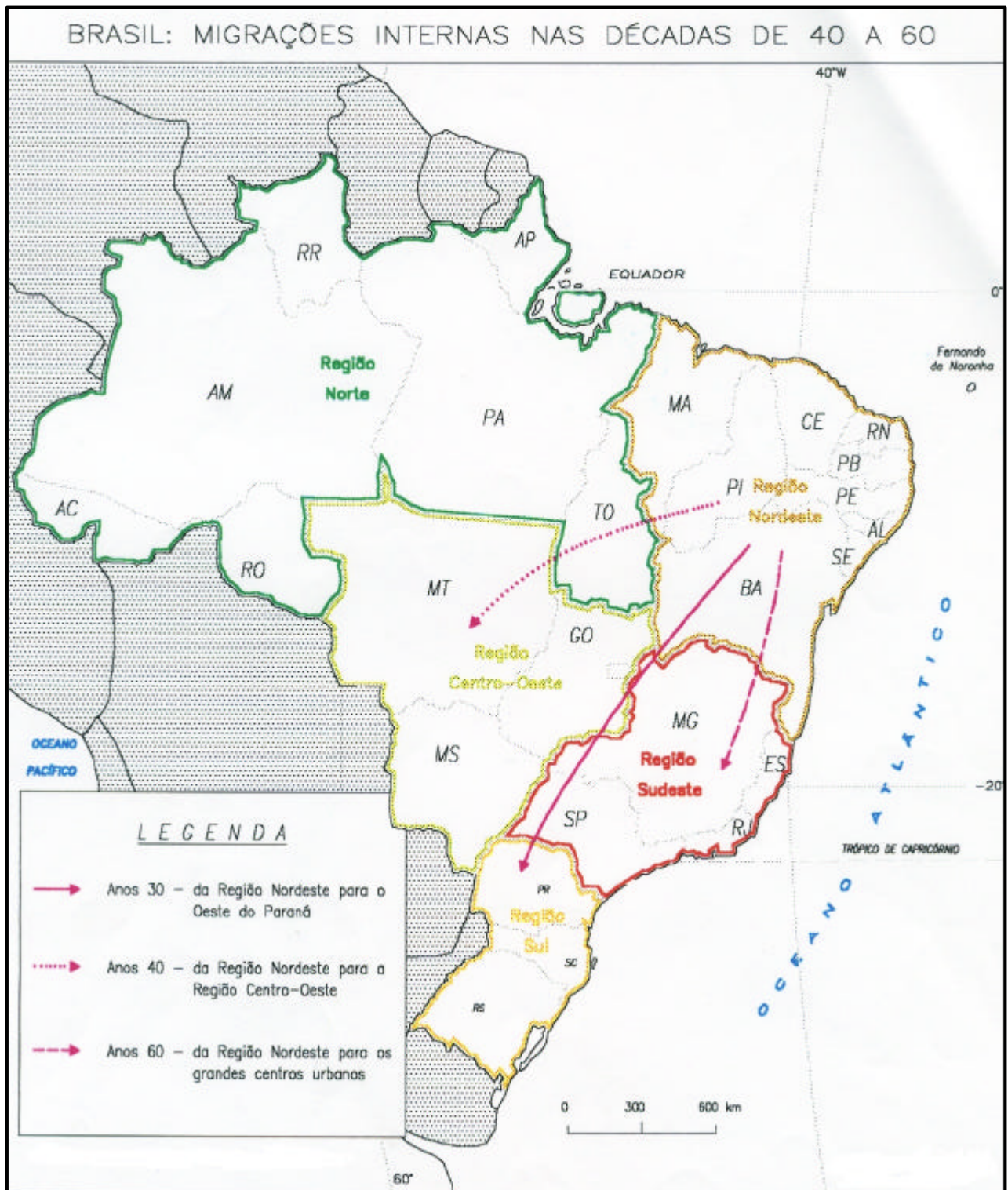
Figura 04: Causas de movimentos migratórios no Brasil (séc. XVIII – séc. XX).



Fonte: Martins & Vanalli, 2001.

Frente a uma diminuição de população nas áreas rurais, em virtude de uma série de problemas ocasionados no campo, bem como um novo padrão econômico adotado pelo país, nota um maior deslocamento da população originalmente rural para as grandes cidades além disto, há também um direcionamento dos fluxos migratórios de origem rural no sentido de ocupar áreas até então desprovidas de população, como nota-se na *figura 04*, onde aparecem os principais deslocamentos ocorridos no país desde o século retrasado. Contribuíram para este tipo de migração, entre outros aspectos, a expansão da fronteira agrícola, que pode ser analisada em três fases diferentes, conforme o *mapa 03*.

Mapa 03



Fonte: Interpretação de dados pela autora, 2001.
 Org.: Karla Rosário Brumes
 Dig.: Celso A. Siqueira

A primeira fase foi caracterizada pela ocupação do conjunto de áreas cobrindo o Oeste de São Paulo, o Norte e Oeste do Paraná, o Oeste de Santa Catarina e o Sudeste do então Estado de Mato Grosso, a partir da década de 1930 até meados dos anos 1960. Nesta fase, observava-se um aumento do número de migrantes nestas regiões em virtude do influxo de pessoas de origem e destino rural.

A segunda fase da fronteira ocorreu na região Central do país, abrangendo os Estados de Mato Grosso, Maranhão e Goiás. Ela aconteceu quase que ao mesmo tempo, da primeira da década de 1940 até 1960. Essa região conheceu a aceleração nas taxas de crescimento demográfico em função das levas de migração proporcionadas pelos esforços governamentais⁵, que visavam desenvolver a área, e também pela subsequente transferência da fronteira agrícola para esta região do país.

A última fase fronteira é a que se iniciou na vasta Região Amazônica, durante a década de 1970. A grande diferença das anteriores é que houve uma ingerência decisiva do Estado nas iniciativas e nas decisões de como realizá-la⁶.

Essas três fases do movimento fronteiro contribuíram e muito para a redistribuição populacional brasileira, propiciando e diversificando os pólos de crescimento do país e desconcentrando a população.

Entretanto, com o passar do tempo as fronteiras não conseguiram mais resolver as pressões sociais nas áreas agrícolas tradicionais, nem foram capazes de aumentar a produção agrícola do país. Esta perda significativa de “poder” da fronteira pode ser observada quando analisado o declínio da sua importância demográfica, uma vez que os fortes períodos de imigração começam a estagnar, ou ainda quando a produção agrícola de áreas de fronteira começa a contribuir pouco no PIB agrícola do país.

⁵ MARTINE (1994) cita os investimentos governamentais neste período: construção da nova capital em Goiânia; construção de estradas ligando o Centro-Oeste ao Sudeste; construção de Brasília e das estradas ligando a nova capital federal ao Centro-Sul e a Belém, juntamente com as promessas da exploração da Região Amazônica.

⁶ Segundo MARTINE (1994), as iniciativas do estado logo se transformaram numa ação de duplo sentido: atrair e/ou satisfazer as investidas do grande capital nas regiões anteriormente destinadas ao pequeno produtor e afunilar o fluxo migratório de pequenos agricultores para Rondônia e adjacências.

1.6.5 A mudança na redistribuição espacial da população: mais um fator condicionante para a urbanização brasileira

A partir da forte interiorização que marca o país, a partir da expansão da fronteira agrícola da década de 1930 até meados da década de 1970, o Brasil começa apresentar uma tendência rápida no que se refere à sua urbanização. Isto se deveu à relação que começava a se apresentar entre a distribuição espacial da população e as modificações na alocação de atividades econômicas sobre o espaço.

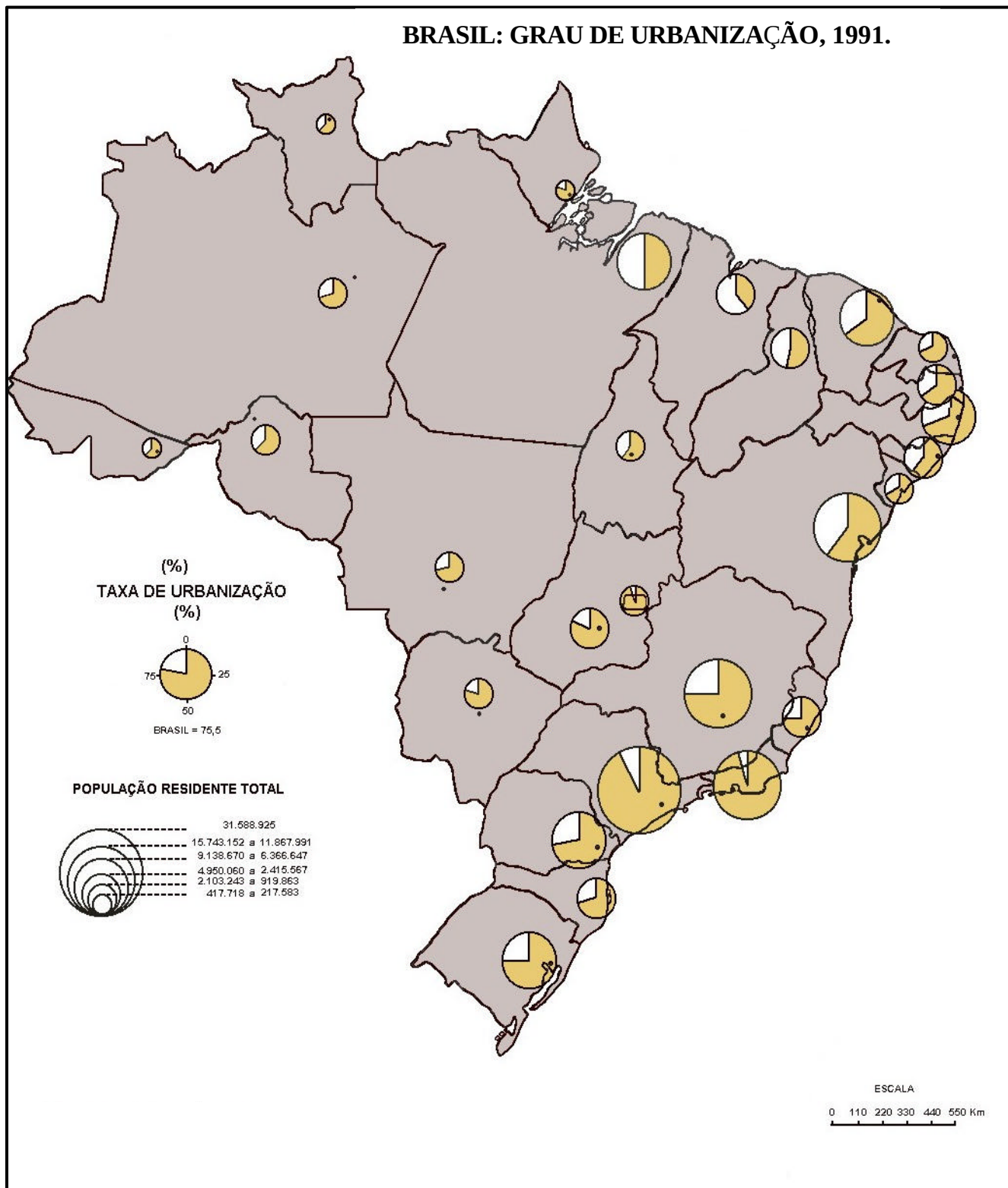
A sociedade brasileira vem passando, nas últimas décadas, por uma enorme modificação no que se refere à localização de sua população. Estas afirmações são mais bem visualizadas quando se analisam os censos, especialmente os da década de 1970 até aos dados apresentados no censo da década de 1990.

Os dados que levam em consideração a dinâmica de redistribuição da população brasileira apontam para um processo crescente de urbanização, o que ocasionou uma enorme alteração até mesmo na divisão técnica e territorial do trabalho.

As modificações que são encontradas no território brasileiro, como a distribuição espacial das populações, são frutos, em muitos casos, da intervenção do Estado, que através de políticas⁷ acabou por impulsionar muitos movimentos migratórios no interior do Brasil.

O *mapa 04* demonstra o grau de urbanização que a sociedade brasileira apresenta, muito influenciada pelo padrão migratório que se altera nas últimas décadas, onde a migração rural-urbana e urbana-urbana se apresenta de forma incisiva.

⁷ Desde o Programa de Metas do Governo Kubitschek, que acelerou o processo de industrialização com base na indústria automobilística, expandindo os transportes rodoviários e contribuindo assim para as mudanças na configuração espacial do país, aumentando a migração campo-cidade e acentuando, em nível regional, a primazia da região Sudeste, até a aplicação da legislação trabalhista no campo e políticas específicas de aplicações mais localizadas, como os programas de erradicação de cafezais anti-econômicos ou de incentivo à modernização da agricultura, segundo BERNARDES 1986:86, todas elas concorreram diretamente para promover violento esvaziamento do campo e aceleração da urbanização nas décadas de 60 e 70.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Sinopse Preliminar do Censo, 2001.

Embora a taxa anual de crescimento da população total do país, bem como a da população, tenha diminuído entre os anos de 1960 e 1970 (*tabela*

02), a taxa de urbanização nacional passou de 55,78% em 1970 para 67,59% em 1980, conforme (tabela 03).

Tabela 02

Brasil: taxas de crescimento populacional anual de 1960-1970 e de 1970-1980, por estado e região						
Estados	Urbana%		Rural%		Total%	
	60/70	70/80	60/70	70/80	60/70	70/80
Região Norte	5,28	6,44	2,09	3,70	3,40	5,02
Rondônia	6,88	14,39	2,66	17,69	4,69	16,03
Acre	5,87	8,34	2,21	0,81	3,09	3,42
Amazonas	5,54	7,76	1,40	0,43	2,94	4,12
Roraima	3,44	10,80	3,61	2,66	3,54	6,83
Pará	5,06	5,02	2,28	4,25	3,49	4,62
Amapá	5,89	5,21	4,55	3,26	5,26	4,36
Região Nordeste	4,52	4,10	1,14	0,53	2,41	2,16
Maranhão	5,43	5,25	0,97	2,04	1,91	2,93
Piauí	6,26	5,28	1,80	0,82	3,01	2,44
Ceará	4,90	4,67	1,68	-0,41	2,86	1,95
Rio Grande do Norte	5,60	4,22	1,32	-0,37	3,11	2,05
Paraíba	3,72	3,76	0,63	-0,44	1,81	1,52
Pernambuco	4,39	3,02	0,43	0,04	2,38	1,76
Alagoas	4,14	4,45	1,37	0,51	2,37	2,25
Sergipe	3,62	4,05	0,52	0,74	1,82	2,38
Bahia	4,18	4,21	1,31	0,84	2,39	2,35
Região Sudeste	5,14	3,99	-1,60	-2,00	2,76	2,64
Minas Gerais	4,56	4,01	-0,69	-2,08	1,71	1,54
Espírito Santo	6,91	6,00	-0,93	-1,82	3,18	2,38
Rio de Janeiro	4,17	2,75	-2,46	-1,63	3,07	2,30
São Paulo	5,90	4,51	-3,08	-2,04	3,32	3,49
Região Sul	5,17	4,98	2,23	-2,48	3,42	1,44
Paraná	6,69	5,97	4,13	-3,32	4,98	0,97
Santa Catarina	6,11	5,63	1,40	-1,16	3,14	2,26
Rio Grande do Sul	3,95	3,98	0,45	-2,08	2,15	1,55
Região Centro-Oeste	9,15	7,69	3,15	-0,81	5,57	4,05
Mato Grosso	7,03	8,69	5,29	0,23	5,99	4,62
Goiás	7,86	6,86	2,44	-1,53	4,36	2,76
Distrito Federal	19,31	8,24	8,40	5,88	14,42	8,15
Brasil	5,16	4,44	0,69	-0,62	2,93	2,48

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980.

Tabela 03

Brasil: taxas de urbanização estaduais e regionais-1970-1980.		
Regiões e estados	1970	1980
Região Norte	45,12	51,63
Rondônia	53,63	46,46
Acre	27,55	43,79
Amazonas	42,48	59,90
Roraima	42,76	61,57
Pará	47,16	48,98
Amapá	54,61	59,18
Região Nordeste	41,81	50,46
Maranhão	25,13	31,40
Piauí	31,93	41,97
Ceará	40,81	53,14
Rio Grande do Norte	47,57	58,73
Paraíba	42,06	52,31
Pernambuco	54,47	61,60
Alagoas	39,78	49,28
Fernando de Noronha	-	-
Sergipe	46,12	54,18
Bahia	41,18	49,29
Região Sudeste	72,39	82,81
Minas Gerais	52,76	67,14
Espírito Santo	45,14	63,91
Rio de Janeiro	87,90	91,82
São Paulo	79,67	88,64
Região Sul	44,27	62,40
Paraná	36,14	58,62
Santa Catarina	42,94	59,37
Rio Grande do Sul	53,31	67,53
Região Centro-Oeste	48,13	67,78
Mato Grosso sul	45,68	67,11
Mato Grosso	40,05	57,52
Goiás	41,86	62,20
Distrito Federal	96,02	96,78
Brasil	55,78	67,59

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1970 (Vol. I, Tabela 1.1) e 1980 (Vol. I, Tomo 3, tabela 1).

Outra constatação é de que houve um considerável esvaziamento do campo, que perdeu um volume de população de aproximadamente 2,5 milhões

de pessoas entre 1970 e 1980 *tabela 04*, segundo TASCHNER e BÓGUS (1996).

Tabela 04

Brasil: incremento populacional de 1960-1970 e 1970-1980, por região e situação urbana e rural*.						
Regiões	60-70					
	Urbano		Rural		Total	
	Número absoluto	%	Número absoluto	%	Número absoluto	100,00
Norte	654.269	63,87	370.149	36,13	1.024.418	100,00
Nordeste	4.200.301	70,53	1.754.842	29,47	5.955.143	100,00
Sudeste	11.41.130	120,02	-1.904.753	-20,02	9.512.377	100,00
Sul	2.891.821	61,33	1.823.040	38,67	4.714.861	100,00
Centro	1.421.644	66,94	702.126	33,06	2.123.770	100,00
Oeste						
Brasil	20.585.165	88,23	2.745.404	11,7	23.330.569	100,00

Regiões	70-80					
	Urbano		Rural		Total	
	Número absoluto	%	Número absoluto	%	Número absoluto	100,00
Norte	1.410.550	61,96	865.858	-9,62	2.276.408	100,00
Nordeste	5.812.827	86,77	886.608	38,04	6.699.435	100,00
Sudeste	13.875.480	116,79	-1.994.855	13,23	11.880.625	100,00
Sul	4.574.312	180,47	-2.039.643	-16,79	2.534.669	100,00
Centro	2.677.218	180,32	-205.582	80,47	2.471.636	100,00
Oeste						
Brasil	28.350.387	109,62	-205.582	9,62	25.862.773	100,00

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1960, 1970 (Tabela 2) e 1980 (Vol. I, Tomo 3).

*Aqui excluímos o antigo Território de Fernando de Noronha.

Este esvaziamento das áreas rurais foi bastante acentuado na década de 1990, ou seja, a taxa de crescimento por ano da população rural, entre as décadas de 60 e 70, foi apenas de 0,69%, acentuando-se a migração rural-urbana, fato observado na *tabela 01*. Em décadas anteriores este índice chegava a cerca de 1,5% ao ano. A Região Norte, entretanto, apresentava, nesse período, uma taxa de crescimento positivo, destacando-se em relação às demais com cerca de 3,70%, conforme a *tabela 01*.

Este fato acontecia devido à região possuir áreas consideradas como frentes de expansão, segundo MARTINE (1985), uma vez que eram capazes de atrair e reter contingentes populacionais provenientes de outras áreas já saturadas em termos de possibilidade de trabalho e emprego. A Região Nordeste também apresentou crescimento positivo de 0,53%, mas as demais regiões mostravam, através dos dados, que o país estava se tornando um país de base urbana, já que as taxas apresentadas eram de crescimento negativo da área rural.

No que tange à inserção dos fluxos migratórios, estes também têm sido muito influenciados pela desconcentração das atividades econômicas no espaço brasileiro, ou seja, a dispersão espacial é registrada pela dinâmica das concentração das atividades econômicas.

Os fatores para que esta mudança significativa no padrão migratório brasileiro esteja ocorrendo são apoiados em duas hipóteses lógicas, segundo MATOS (1995:51). A primeira hipótese seria a de que as áreas centrais receptoras poderiam estar favorecendo o deslocamento de parte de seus residentes para suas periferias, em consequência dos aumentos crescentes dos aluguéis e custo de moradia (preço de terrenos, impostos crescentes etc.), da elevação do custo de vida urbano, inclusive pelo aumento do tempo de deslocamento casa-trabalho, e da ampliação da violência, criminalidade e desemprego urbano.

A segunda hipótese está baseada no fato de que, ao se focalizar a área emissora, pode-se constatar ter havido diminuição da emigração, e mesmo retorno de antigos emigrados, como consequência da melhoria das condições de vida nesses lugares e da expansão dos meios de comunicação, que permitiram obter mais rapidamente informações acerca das condições adversas à fixação nas áreas tradicionalmente receptoras de migrante.

Atualmente, pode-se afirmar que o fenômeno inverso ocorre, pois é notória a desconcentração populacional dos grandes centros em favor de áreas que apresentem características como: altos índices de segurança, saúde, educação, ou seja, elevada qualidade de vida, a exemplo das cidades médias. Esta migração aparece unicamente quando se rompe o equilíbrio entre

população e subsistência, que se mantinha pela necessidade de ficar onde estava o trabalho/emprego.

1.6.5.1 Migração e urbanização

O processo de evolução do capitalismo no Brasil se configura em uma distribuição espacial da população, ao longo do último século.

As migrações internas entre áreas ou regiões do Brasil vêm ocorrendo desde a época colonial, embora se tenham intensificado a partir do início deste século, notadamente após a Primeira Guerra Mundial.

Os estudos sobre o fenômeno migratório brasileiro apontam para a migração urbana nos anos 1950 e 1960, já que tal fato é tido como altamente positivo, tanto para os indivíduos da época, quanto para o desenvolvimento nacional, pois se acreditava que esta mobilidade espacial refletia uma crescente expansão econômica.

Essa época foi marcada por ser um período que absorveu intensamente mão-de-obra urbana, em decorrência da política industrial de substituição de importações do Pós-Guerra, e da deflagração do Plano de Metas (1956-61) do Governo Juscelino Kubistcheck.

Os estudos realizados neste período, porém, subestimavam os fluxos, em especial o processo sócio-econômico que criava tais deslocamentos. Segundo BECKER (1997), as políticas eram formuladas para áreas de acelerada imigração urbana, mesmo sabendo-se que tanto áreas urbanas como rurais vinham apresentando progressiva deterioração nas condições de vida de suas populações.

MARTINE *apud* BECKER (1989) estimou que aproximadamente 3 milhões de pessoas (10% da população rural total) migraram da zona rural para a urbana, na década 1940-1950, em decorrência da introdução do processo de industrialização no país.

Os anos 1940 e 1950 foram caracterizados por intensos deslocamentos populacionais destinados às áreas urbanas mais capitalizadas do país (os eixos industriais São Paulo-Rio de Janeiro). Existia, entretanto, uma influência exercida pelo Estado na deflagração dos fluxos migratórios de

destino rural no período 30-50, quando promoveu a ocupação das áreas rurais do Oeste Paranaense (anos 1930) e direcionou migrantes para a Região Centro-Oeste (anos 1940).

A partir dos anos 1960, a concentração da atividade industrial urbana e o estímulo à modernização da agricultura foram fenômenos que caminharam juntos no país, produzindo outra fase de fluxos migratórios de grande magnitude direcionados para os contextos urbanos.

Nos anos 1970 também houve incentivo no que diz respeito à mobilidade espacial, de longas distâncias, como o Planalto Central, com a construção da nova capital Brasília (1960), e a Fronteira Amazônica dos anos 1970. A esperada "Marcha para o Oeste", em gestação desde o Governo Vargas, torna-se real, a nova capital federal a se constituir como ponto de partida para a expansão de novas áreas de fronteira: a Região Centro-Oeste, nos anos de 1960 e a Região Norte, no início dos anos de 1970.

Pode-se identificar no país três grandes correntes migratórias, nos últimos quarenta anos: do Nordeste para o Centro-Sul do país (especialmente São Paulo e Rio de Janeiro); do Nordeste para a região da Amazônia Legal; e uma terceira, mas recente e ainda não esgotada, do Sul do país (sobretudo do Rio Grande do Sul e do Paraná) para o Centro-Oeste e Norte do país. No caso desta última, os fluxos referem-se à expansão da fronteira agrícola. (*Mapa 05*)

Mapa 05

BRASIL: AS GRANDES CORRENTES MIGRATÓRIAS DE 1960-1980.



Fonte: Interpretação de dados pela autora, 2001.

Org.: Karla Rosário Brumes

Dig.: Celso A. Siqueira

Os últimos 20 anos, entretanto, foram marcados espacialmente por configurações relativas aos movimentos urbanos do país bastante diferenciadas daquelas apresentadas em anos anteriores, uma vez que tanto a mobilidade para os grandes centros como a movimentação entre cidades apresentou contornos bastante complexos, especialmente àqueles ligados aos movimentos migratórios. As principais mudanças nos movimentos espaciais urbanos no Brasil são os encontradas durante a década de 1980.

A movimentação da população neste momento se deu de forma diferenciada no sistema urbano brasileiro. As taxas de crescimento populacional entre os anos 80-90 foram praticamente nulas no Brasil e até mesmo negativas para São Paulo. Entretanto, houve regiões apresentando índices diferenciados dos apresentados pelo país, mostrando como a urbanização brasileira se generalizou em nível de território nacional⁸.

Nos anos de 1990 o setor industrial apresenta um novo fôlego, uma vez que na década anterior o país passou por um período de menor dinamismo em vários setores especialmente no industrial. Destaque, nesta década, fica com o setor terciário, que tem suas atividades espacializadas, em consequência da forte descentralização, também espacial, especialmente das atividades financeiras (que se estabelecem na nova rede urbana apresentada pelo país) com essa descentralização ocorre: informatização da economia; consolidação de outras áreas metropolitanas; expansão das telecomunicações; extensão da rede viária; reforço do papel dos pólos regionais de alguns centros; serviços pessoais e produtivos⁹.

Essa descentralização, guardadas as devidas proporções de ritmo e escala, segundo MENEZES (2001) também ocorreu na rede urbana dos

⁸ Isto pode ser entendido pelo fato de que os investimentos públicos no período, embora reduzidos, privilegiaram as regiões Norte e Nordeste. Isso decorreu de dois fatores principais: de um lado, da continuidade e maturação de grandes projetos ligados à base de recursos naturais destas regiões ou localizados nelas em razão de decisões macropolíticas (a usina Tucuruí; o Projeto Carajás; a maturação do pólo petroquímico da Bahia; a ampliação da Zona Franca de Manaus, etc.); de outro lado, as alianças regionais que fazem parte da lógica política do país conduziram a uma concentração dos investimentos públicos nas periferias – principalmente Nordeste - em atendimento maior em termos de crédito subsidiado, PACHECO (1992:152).

⁹ Para melhor compreensão do que foi esta descentralização ver Cano & Semeghini (1992), onde estes autores fazem toda uma abordagem desta fase descentralizadora que aconteceu no Brasil a partir da década de 90.

demais estados componentes do Centro-Sul, não ficando apenas no âmbito do Estado de São Paulo.

Toda esta discussão e constatação demonstram claramente o quanto existem fortes articulações entre mudanças da base produtiva e migrações urbanas, e o quanto a rede urbana formada exerceu papel preponderante para a viabilização da mobilidade de população, ainda, segundo MENEZES (2001:6), *“ora como consequência ora como causa da intensidade e direcionamento dos fluxos migratórios”*.

As regiões metropolitanas estão deixando de ser alvo dos constantes movimentos migratórios. As populações, no entanto, se estabelecem em locais próximos a essas áreas. No caso específico do Estado de São Paulo, pode-se afirmar que a migração continua acontecendo em direção àquele estado; entretanto, não mais tão intensamente para sua região metropolitana, e sim para o restante do estado, demonstrando uma dispersão da migração pelo interior paulista. Esta dispersão pelo interior, por parte dos movimentos migratórios, tem o importante papel de fortalecer a estruturas de algumas cidades como pólos regionais.

A partir desta redefinição é que se pode dar um destaque ao papel que vêm desempenhando as cidades médias no contexto urbano do Brasil. Elas estariam recebendo os fluxos migratórios oriundos das regiões metropolitanas, além de estarem também recebendo atividades econômicas.

Os censos de 1980 e 1990 e de 2000 indicam, neste processo de descentralização de atividades e de população uma supermacia dos municípios de grande porte, com população, superior a 50 mil habitantes, em detrimento dos municípios de pequeno porte, com população de até 10 mil habitantes (IBAM, 1996), uma vez que os primeiros apresentam em seu interior atividades urbanas que funcionam como condutoras de mobilidade espacial de população, enquanto o segundo tipo de município apresenta, entre tantos fatores expulsivos, redução de empregos, problemas fundiários, etc.

Os poderes públicos municipais encaram tais mudanças com certa desconfiança, uma vez que aqueles que perdem população têm como consequência a perda de aporte de verbas, que são repassadas tanto pelo governo estadual como pelo federal, o que tem impacto direto em suas

finanças públicas, nas áreas social e econômica. Isto não quer dizer que inserção de movimentos migratórios no interior de um município seja vista com bons olhos pelos poderes públicos destes municípios.

Em entrevista realizada na Prefeitura Municipal de Uberlândia¹⁰ (Secretaria de Planejamento e Ação Social), pode-se constatar que as principais preocupações, no que se refere a migração, são as mesmas apresentadas em outros municípios e em vários estudos a este respeito, ou seja, a forte migração pode causar no interior de um município: carência de infra-estrutura; déficit habitacional; aumento da criminalidade; diminuição de qualidade de vida; danos ao meio ambiente; subemprego; carência de serviços sociais; ocupação irregular do solo; carência de infra estrutura; desemprego; entre outros.

Ainda na entrevista, os fatores que são tidos pelo poder municipal como atrativos para a mobilidade populacional estão relacionados aos seguintes fatores: falta de políticas agrícolas nacionais, o que não seguraria parte de migrantes rurais no campo; a existência de indústrias no interior dos médios e grande municípios, que colocam à idéia de que nestes haja um número alto de empregos; além de uma “inquestionável qualidade de vida” que estes médios municípios poderiam oferecer.

Ora, até alguns anos atrás, por exemplo, esta visão não era assim tão difundida, pelo menos no caso de Uberlândia-MG, uma vez que muitas políticas adotadas nos anos de 1970 a 1990, como a divulgação da imagem da cidade em veículos de circulação de notícias nacionais, políticas de criação de novos bairros entre outras, foram responsáveis diretamente pelo grande número de migrantes que esta cidade acolheu neste período. Isto acontecia no momento em que o poder público municipal optava em fazer grandes propagandas, enaltecendo a cidade.

Os migrantes, neste contexto de “possível problema”, acabam passando por processos seletivos que descartam e segregam aqueles que não possuem mão-de-obra qualificada, ficando bem vistos aqueles migrantes que chegam nesses municípios para trabalhar em universidades (professores, técnicos),

¹⁰ O papel que esta importante cidade mineira vem desempenhando nesta organização espacial do país, de descentralização tanto populacional como das atividades econômicas, serão melhor abordado nos capítulos subseqüentes deste trabalho.

grandes empresas (diretores, executivos), profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros), entre outros trabalhos tidos como qualificados. Os migrantes acabam por criar uma estrutura urbana, se é que podemos falar assim, que vai lhes favorecer onde há formação de bairros específicos para classes sociais diferenciadas, a forma de inserção na vida social da cidade entre outras coisas que vão se formar à medida que se estabelecem.

O professor do ensino médio Natan Rodrigues¹¹, 38 anos, casado, pai de 3 filhos e natural de Feira de Santana-BA, se sente um migrante privilegiado. Morando na cidade há cerca de 10 anos, diz que resolveu trocar de cidade, quando se viu desempregado; hoje atua em colégios particulares e se considera um migrante que deu certo na cidade. Mesmo tendo parte de sua família em sua cidade natal, diz preferir morar em Uberlândia-MG, porque pode ter acesso a uma série de benefícios que não encontra em qualquer lugar. Ele se refere à questão de ensino, saúde, qualidade de vida. Entretanto, confidenciou-nos que *“a coisa mais difícil que passou como migrante foi o fato de ser de uma região do país que tem costumes diferentes, sentia falta das praias, da comida e me sinto triste quando alguém ri do jeito que falo, as pessoas acham que nordestino é tudo burro, eu me dei bem aqui porque sou formado, se não com certeza eu estaria trabalhando de pedreiro”*.

A situação aqui descrita revela o que já foi mencionado neste trabalho, que os problemas de inserção que a maioria dos migrantes enfrenta quando está em contato com a nova realidade, obrigados a se inserir nela no momento da migração. Contudo, estes migrantes logo se adaptam, pois só assim conseguem as intensas relações de vizinhança na nova cidade onde decidiram morar.

¹¹ Em 09/08/2001.

CAPÍTULO 2 – AS MIGRAÇÕES NO CONTEXTO DAS CIDADES MÉDIAS

2. 1. Cidades médias: conceitualização e análise

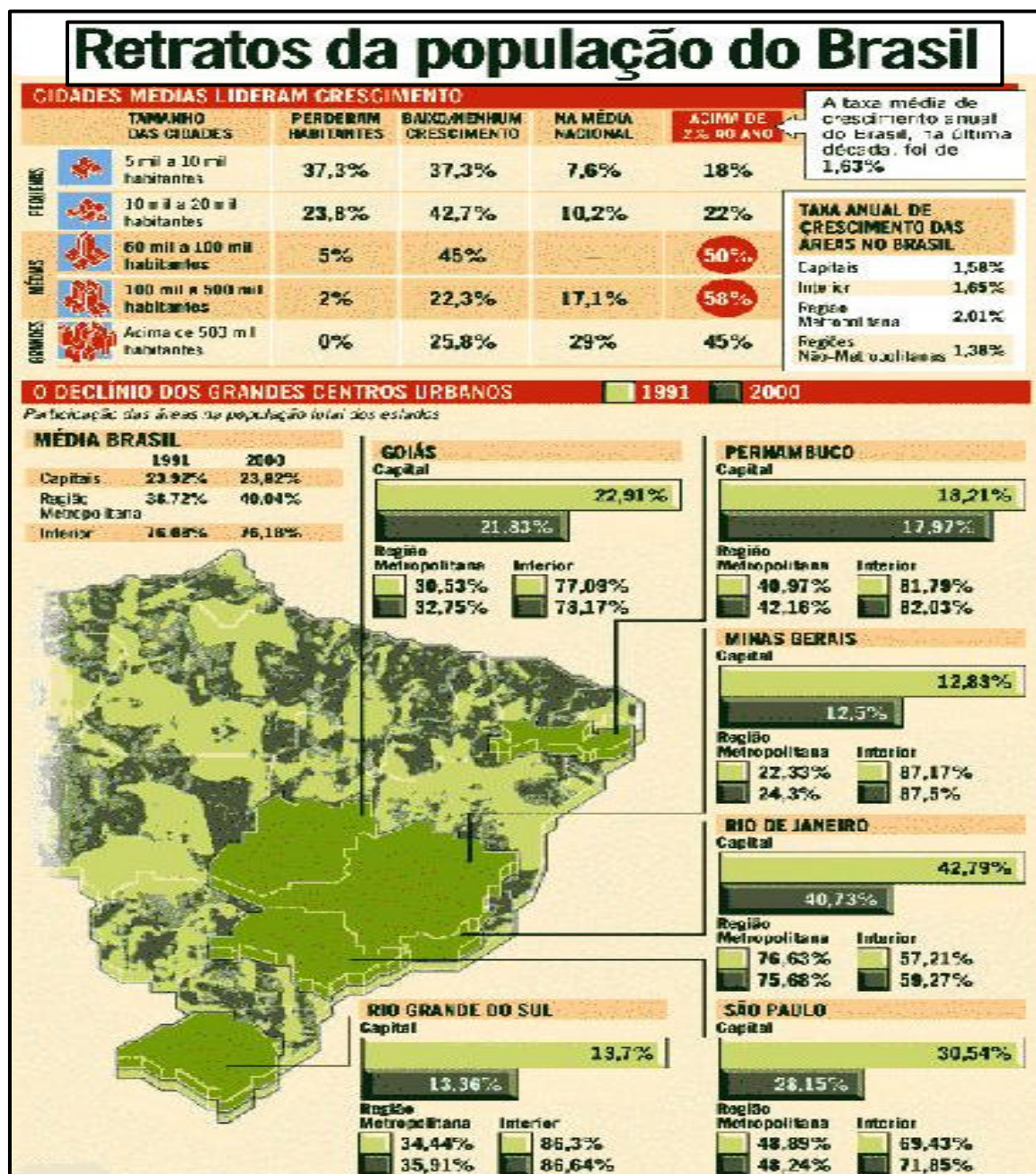
Dados preliminares do Censo 2000, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam um crescimento acentuado na participação da população habitante das chamadas cidades médias¹². Esses dados indicam que pelo menos 50% destas cidades tiveram um crescimento igual ou superior a 2% anuais, ou seja, acima da taxa média do país, que ficou em 1,63%, nos anos entre 1991 e 2000.

Outro dado apresentado pelo IBGE foi a constatação de que, no mesmo período, 74,6% das cidades entre 5 mil e 10 mil habitantes e 66,5% daquelas entre 10 mil e 20 mil perderam habitantes ou apresentaram baixo ou nenhum crescimento populacional.

Desta forma fica evidente o fascínio que as chamadas cidades médias vêm exercendo sobre os vários setores que formam a sociedade brasileira, especialmente as cidades do Sudeste do país, em detrimento dos grandes centros urbanos – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte – que deram claros sinais de saturação da capacidade de crescimento na última década. A *figura 05* traz o retrato da população do Brasil, desvendado pelo último censo, onde aparece em destaque o declínio dos grandes centros urbanos.

¹² Esta expressão tem sido objeto de reflexão por parte daqueles pesquisadores que trabalham com a problemática urbana, uma vez que têm como desafio maior dar conteúdo teórico conceitual a uma expressão bastante consagrada. (SPOSITO, 2001).

Figura: 05



Fonte: IBGE, 2000.

Destaca-se, nesses primeiros resultados do IBGE, o fato de o crescimento populacional mais exarcebado se ter dado nas cidades médias que gravitam em torno das metrópoles¹³ – como Duque de Caxias-RJ ou Guarulhos

¹³ Cabe aqui uma explicação: Existem cidades médias metropolitanas que são aquelas cidades caracterizadas como médias mais que se localizam em volta de grandes centros urbanos. São por isto influenciadas por estes grandes centros, sendo por vezes difícil a realização de estudos a respeito das mesmas isoladamente.

SP – ou em torno de novos pólos urbanos de desenvolvimento, como Ribeirão Preto-SP, Fortaleza-CE e Uberlândia-MG.

Mas qual seria o segredo dessas cidades médias? Seria a qualidade de vida? A oferta de empregos? O desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação (computadores/internet)? Por que os migrantes estariam se dirigindo com mais intensidade para essas cidades, em detrimento dos grandes centros? Entre os muitos fatores que podem ser considerados como dinamizadores ao desempenho demográfico das cidades médias, destacamos, as recentes mudanças nos padrões locais da indústria, as mudanças da questão migratória, a periferização das metrópoles, a ação governamental, a expansão da fronteira agrícola, além do desenvolvimento tecnológico e dos meios de comunicação.

Para se ter uma melhor compreensão do que seriam estas cidades se faz necessário remontar à década de 1970, quando o tema cidades médias começou a ser abordado mais veemente, tanto por parte do governo como por parte de instituições e pesquisadores.

Com o intuito de traçar, no nível das macrorregiões brasileiras, as melhores estratégias referentes aos centros urbanos de médio porte, no ano de 1975 o então governo militar do país lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (II PND), sendo que as estratégias eram implementadas de acordo com cada região brasileira.

Assim, na Região Sudeste, os objetivos eram relacionados a uma estratégia de contenção de crescimento das metrópoles, descentralizando indústrias, abrindo espaços nos centros periféricos de médio porte, que naquele e nos futuros momentos apresentassem potencialidades locais. Os investimentos nesses centros intermediários visavam dinamizar as funções urbanas e reforçar a sua infra-estrutura.

Os objetivos para a Região Sul giravam em torno de uma maior dinamização das atividades de planejamento integrado, infra-estrutura urbana e um melhor equipamento social.

Para o Nordeste, as estratégias do governo eram ampliar o crescimento das atividades produtivas, melhorar a infra-estrutura funcional e o equipamento social das capitais dos estados e o dos pólos secundários

regionais, além de dinamizar núcleos urbanos regionais, que teriam como papel fundamental o de contenção dos fluxos migratórios, que saíam freqüentemente dessa região.

Tanto para a Região Norte como para a Centro-Oeste, os objetivos traçados passavam pela necessidade, naquele momento, da promoção dos núcleos urbanos de ocupação, com atenção especial àqueles núcleos que se localizavam ao longo das grandes rodovias.

Neste contexto de traçar metas, o governo atuou como ponte de apoio para que uma série de estudos comesçassem a surgir, uma vez que a partir de então se fazia necessário conceituar o que eram cidades médias, como elas se estruturavam, entre outros fatores.

Segundo as diretrizes gerais do Programa Nacional de Capitais e Cidades Médias, oriundas do II PND, os centros intermediários apresentavam estruturação, funções e características diferenciadas. Assim, falava-se em centros com funções de desconcentração (alternativas para São Paulo e Rio de Janeiro) e centros com funções de dinamização (presentes nas regiões tidas com características desenvolvimentistas).

As cidades médias, naquele momento, receberam uma classificação que visava facilitar a compreensão do que se conhecia, uma vez que, segundo o professor Michel Rochefort, as cidades médias seriam centros urbanos em condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua hinterlândia, PONTES (2001).

Tinha-se então enquanto classificação, as cidades médias integradas à rede urbana das metrópoles e conseqüentemente de suas bases econômicas. Essas cidades médias estavam localizadas, em sua maioria, nas regiões Sudeste e Sul do país ou, em alguns casos, próximas a zonas litorâneas como Salvador-BA e Recife-PE. Três são os tipos de cidades médias que podem ser distinguidas segundo PONTES (2001):

- As cidades médias que recebem o impacto direto do atual crescimento industrial das metrópoles;
- As cidades turísticas e estâncias;
- As cidades médias complexas (classificadas segundo sua *inserção* no espaço urbano, ou quanto à sua *função*).

o *Inserção:*

- cidades médias complexas *fortemente integradas a uma* rede urbana (Ribeirão Preto-SP);
- cidades médias complexas *parcialmente integradas*, com sistema urbano ainda bastante organizado (Caxias do Sul-RS);
- cidades médias complexas que *permanecem à margem dos sistemas urbanos* ainda indefinidos (Blumenau-SC).

o *Função:*

- cidades médias como centros terciários das zonas de agricultura tradicional, com função básica de escoamento das atividades agropastoris da região, encontradas com maior frequência no Nordeste. Entretanto, podem ser encontradas em diversas outras zonas nas quais a economia agrícola conservou sua estrutura tradicional (Caruaru-PE, Feira de Santana-BA);
- cidades médias como pontos de apoio às atuais zonas de colonização agrícola, também com função baseada em atividades terciárias, como as anteriores, sem entretanto, ter em seu interior uma estrutura econômica preexistente, além de comportar um dinamismo ligado ao próprio avanço da frente de colonização;
- cidades médias essencialmente administrativas; são freqüentemente capitais de estados, cuja base econômica não conseguiu suscitar outras funções fundamentais (Cuiabá-MT).
- cidades médias que canalizam produtos básicos destinados à exportação. Esta é sua principal função, estando localizadas ao longo de todo o litoral brasileiro (Ilhéus-BA).

Essas classificações que surgiram a respeito das cidades médias brasileiras tiveram primeiramente, o intuito de demonstrar que elas tinham uma complexidade, ficando evidenciado o fato de que não se podem classificar as cidades médias apenas com base em uma categoria, pois existem cidades que podem aparecer em mais de uma categoria de análise. Um bom exemplo disto é cidade de Vitória-ES, que constitui um caso ambíguo, quando se analisa sua possível classificação.

Os papéis de uma cidade média vão variar segundo suas zonas de influência, recursos entre outros fatores, e não apenas em seu peso populacional.

A questão ainda persiste quando se tenta uma análise minuciosa dos critérios utilizados para se determinar a escolha de uma cidade média. O critério até então mais conhecido pela comunidade, assim se pode dizer, é o relacionado ao caráter demográfico, bastante utilizado pelo governo entre as décadas de 1960 e 1970, uma vez que naquele momento o comportamento demográfico apresentava-se estritamente vinculado à situação social e econômica do país. Por este critério as cidades médias, atualmente, são aquelas que apresentam uma população que varia entre 100.000 e 500.000 mil habitantes¹⁴.

O número de habitantes, evidente, traz consigo um referencial na análise de uma cidade média. Entretanto, não é mais, sozinho, suficiente para explicar o que acontece em muitas cidades, uma vez, que segundo SPOSITO (2001:611), *“estes mudam no decorrer do tempo ou variam segundo as redes urbanas, nacionais ou não às quais se aplique essa classificação”*.

Ainda com relação à utilização do critério demográfico para definição de cidade média, AMORIM FILHO (2001:1) afirma que

¹⁴ Andrade & Lodder (1979), ao se reportarem ao sistema de cidades brasileiras, consideravam como cidades médias aquelas que, em 1970, possuíam entre 50 mil e 250 mil habitantes. Pierre George (1961) afirma que as cidades médias seriam as que apresentam população entre 50 e 150 mil habitantes. Andrade & Serra (2001) apontam para uma população que vai de 50 a 500 mil habitantes com três intervalos (50 a 100 mil habitantes; 100 a 250 mil habitantes; 250 a 500 mil habitantes). A ONU, segundo Soares (1999), afirma que cidades médias seriam aquelas que contêm em seu interior uma população entre 100 a 1 milhão de habitantes.

“... o critério demográfico embora cômodo e não negligenciável é capaz apenas de identificar o grupo ou faixa que pode conter as cidades médias. [...]... o critério da classificação baseado no tamanho demográfico tem sido o mais utilizado para identificar as cidades médias, pelo menos com primeira aproximação. [...]... há em cada período histórico, coincidentes patamares demográficos definidores desse conjunto de cidades nas mais variadas regiões do mundo.”

Levando-se em consideração apenas o critério demográfico, o entendimento de cidades médias como um conceito seria difícil, uma vez que este componente nos daria apenas uma noção de cidade média segundo SPOSITO (2001), referindo-se à base empírica que este critério traz. SANTOS (1993) também destaca que a definição estatística deve ser questionada quando se refere à análise de cidades, uma vez que as cidades variam conforme o período e os modelos de consumo que adotam.

Relacionado a este critério demográfico pode-se analisar: as relações de comunicação que estes centros mantêm com outros; seus fluxos de informações; seu grau de acessibilidade (referindo-se aqui a localização geográfica e localização das cidades em face da rede rodo ferroviária); sua dinâmica econômica; seu comportamento regional.

A localização geográfica, ou situação geográfica é bem vista na análise de uma cidade média, porque pode ser a partir deste contexto que se encontrem fatores que identifica que um número considerável de cidades médias, mesmo existindo peculiaridades, em cada uma das situações, que devam ser analisadas.

Segundo SPOSITO (2001), haveria vários pontos que justificariam a análise das cidades médias, pelo critério da situação geográfica. Um primeiro ponto é o fato de que as cidades de porte médio, circunvizinhas das regiões metropolitanas, megapolitanas ou aglomeradas, não podem ser consideradas cidades médias, pois se do ponto de vista demográfico o são, por estarem tão próximas a esta rede de cidades, não permitiram, entretanto uma coleta de dados populacionais desvinculados dos das metrópoles.

Um segundo ponto estaria relacionado ao distanciamento das cidades médias em relação aos grandes centros urbanos, uma vez que poderia ser

analisado seu grau de importância, frente aos seus níveis superiores da hierarquia urbana, já que estando mais longe podem oferecer mais bens e serviços à sociedade.

As relações que essas cidades médias, estando distantes dos centros maiores, irão estabelecer com os espaços mais próximos e os mais distantes constituiria um outro ponto de análise. Essas relações estão intimamente ligadas a informações, valores, circulação de pessoas, mercadorias e até idéias¹⁵.

Os critérios de escolha de uma cidade como média têm que passar, necessariamente pelos critérios espaciais e históricos, e também pelos critérios intra-urbanos de nossa sociedade. Desta forma, como deixar que fora a análise de meios de transporte, posição estratégica (distância de outras aglomerações urbanas), proporção de migrantes, pobreza urbana, evolução urbana?

Os tipos de bens e serviços¹⁶ apresentados nessas cidades são outro fator que faz com elas possam atuar fora do seu espaço territorial, ou seja, para os consumidores que estão ou não presentes neste espaço de atuação, a distância desses centros, que concentram oferta para estes consumos não mais impedirá que eles não sejam realizados. Cidades como Uberlândia-MG, Londrina-PR, Ribeirão Preto-SP, entre outras, já atingiram o grau de ponto de rede, uma vez que se articulam com muitos pontos distantes do território; é a chamada descontinuidade territorial.

Luis Carlos¹⁷, 24 anos, estudante de Veterinária da Universidade Federal de Uberlândia, vive em Uberlândia-MG porque estuda lá; pretende se

¹⁵ Sposito (2001:628) afirma que os valores e idéias que constroem e se difundem são também essenciais para se compreender as relações, mesmo econômicas, que geram a constituição de uma área polarizada por uma cidade. A construção da idéia de pertencimento a uma região ou área de influência de uma cidade (média ou não) é, sem dúvida, um dos níveis de determinação do estabelecimento das relações que definem a sua existência.

¹⁶ Segundo Sposito (2001:628), pode ser lembrado o acesso a serviços como: a produção de conhecimento e tecnologia, organização da informação, transações financeiras, planejamento e marketing, avaliação de desempenho, avaliação e diagnose no campo da saúde, e consultorias e assessorias de diferentes naturezas – jurídica, informacional, financeira etc. No que concerne à aquisição de bens, são inúmeros os produtos que podem, atualmente, ser adquiridos por correio, telefone ou *Internet*, após consulta a catálogos, *telemarketing*, vendedores à distância etc.

¹⁷ Entrevista realizada em 08/08/2001, com um estudante da Universidade Federal de Uberlândia, atestando quais os principais pontos por ele destacados na escolha da cidade

mudar definitivamente para a cidade quando se formar e foi categórico ao afirmar que *“ter uma cidade como Uberlândia perto da cidade onde nasci me facilita e muito, pois além de poder estudar aqui ainda posso comprar roupas, ir a eventos, comprar livros, sem ter que sair para um lugar mais longe”*.

Mesmo com toda esta articulação, existem ainda aqueles tipos de bens e consumos¹⁸ que dependem da presença física do consumidor (como a ida a um dentista). Os deslocamentos, neste caso têm razões objetivas, fazendo diferença a maior ou menor proximidade em relação a um centro maior, estabelecendo o que a chamada contigüidade territorial.

Os deslocamentos que são realizados por razões subjetivas, são aqueles em que o consumo poderia ser realizado com um simples telefone, ou então com o uso da *Internet*, mas o simples fato de ir ao espaço do consumo demonstra o quanto ver e ser visto também está associado à questão do consumo. Pensando desta forma, a vendedora Sandra Leme¹⁹, 34 anos, moradora em Monte Carmelo-MG, cidade distante de Uberlândia-MG 128Km, afirma que *“venho a cidade para fazer compras, visitar amigos, ir a algum médico que não encontro na cidade onde moro, além do que eu acho muito bom poder sair da rotina; adoro o Shopping Center.”*

Os compradores ainda continuarão realizando grandes deslocamentos quando o objetivo de consumo que procuram estiver relacionado à questão de ambientes culturais, associados a conteúdos sociais de uma cidade, ou ainda a seu patrimônio histórico. Cidades que oferecem produtos ligados à memória urbana ou às imagens que dela se fazem, estão a cada momento ganhando mais mercado, mesmo em um mundo que muda tão rapidamente. Senão vejamos o exemplo de cidades como Paris, na França, Madrid, na Espanha entre outras.

para estudar. Esse estudante é natural de Araguari-MG, cidade distante 39km de Uberlândia-MG.

¹⁸ Segundo Sposito (2001:629), estes tipos de serviços estariam associados ao lazer e à cultura ou ao consumo de bens de preço elevado e/ou de luxo, consumo este que, dificilmente, os compradores estão dispostos a realizar à distância.

¹⁹ Entrevista realizada 19/08/2001, em um *Shopping Center*, para atestar o grau de influência da cidade de Uberlândia-MG, ante as cidades que estão ao seu entorno.

No momento de definição das políticas voltadas ao entendimento, à definição do que vinha a ser cidade média o Brasil, estas também apresentavam, em meados dos anos de 1970, mudanças em seu padrão urbano.

Por assim dizer conhecia-se, já naquele momento, segundo PONTES (2001), uma expansão da região metropolitana, que significava o desenvolvimento de cidades médias que estavam a certa distância da metrópole. O *mapa 06* demonstra a hierarquia, urbana que vem permeando o Brasil nos últimos anos. Segundo esta hierarquia o país conta com número maior de centros regionais, que se localizam em várias regiões, demonstrando a urbanização que foi levada a várias partes do país, onde muitas cidades assumiram papéis e funções diferenciadas, ao longo dos últimos anos.

Mapa 06



Fonte: IBGE, 2001.

Ficava claro que o entendimento de uma cidade média deveria levar em consideração as relações que ela mantinha com centros considerados maiores, pois isto, segundo as diretrizes do II PND, demonstraria quais as principais estratégias de desenvolvimento urbano que o país teria de assumir.

PONTES (2001) nos fala, apresentando o panorama das cidades médias na década de 1970, da relatividade da caracterização do conceito dessas

cidades, que para ela podia ser encarado sob dois prismas. O primeiro levando-se em consideração as ligações que estas cidades estabeleciam no sistema mundial, e que se traduziam nas suas atividades e nos aspectos qualitativos de sua população, e o segundo ligado à dimensão geral que se encontrava no sistema nacional.

Com o crescimento populacional do Brasil foram alterados tanto o funcionamento das metrópoles como o do sistema urbano do país; desta forma, os setores intermediários de cidades acabaram ganhando mais notabilidade. Foi nesse primeiro contexto que se definiram como cidades médias aquelas que estabeleciam fortes relações, além das metrópoles, com um sistema urbano-industrial que se apresentava no país, ao contrário daquelas cidades que permaneciam apenas como lugares centrais de regiões voltadas ao sistema agrícola.

O fato era que começava a ser observada, no contexto urbano brasileiro, uma desconcentração industrial²⁰, oriunda das metrópoles, que colocava as cidades médias próximas a elas em uma situação privilegiada.

O Brasil, naquele momento, visava a uma maior inserção no mercado mundial de exportação; e para tanto necessitava de indústrias que deveriam se localizar em locais onde sua inserção fosse fácil, e nada melhor do que dinamizar as cidades médias. Podia-se perceber que as atividades do setor secundário poderiam se deslocar para várias regiões, uma vez que não era tão confinado a um determinado espaço, ao contrário do que acontecia com os setores primário e terciário.

Diante desta constatação surgia a oportunidade de se unir a localização industrial com o setor quaternário, que aparecia com grande força, e que tendiam a se estabelecer e desenvolver nas proximidades de uma metrópole. Assim, as cidades médias desta região de proximidade de metrópoles se

²⁰ Esta desconcentração industrial, segundo muitos estudiosos até mesmo da atualidade, entre eles PONTES (2001), LENCIONE (2001), AZZONI (2001), não pode ser traduzida em saída em massa das indústrias das metrópoles, ou seja, que o setor industrial esteja abandonando os grandes centros urbanos. Para eles o que se tem é uma formação de concentrações secundárias cujo, número decresce a partir do núcleo principal. Mesmo com a saída física de alguns setores industriais da Região Sudeste em favor de outras regiões, a sede destes setores, centros de decisões, continuam sob a tutela de cidades como São Paulo.

desenvolviam com essa associação, da indústria, como por exemplo, São José dos Campos-SP.

O que se apresentava na década de 1970, então, era dar maior visibilidade aos centros médios, visando com isto atenuar desigualdades regionais, além de melhor preparar o país para o contexto exportador, do qual necessitava e desejava fazer parte. BARAT *apud* PONTES (2001:591) afirmava que “*a criação de centros de crescimento (pólos ou complexos industriais com repercussão urbana) ou revigoração de lugares centrais constituem-se em elementos importantes na reorientação das tendências de desestruturação dos espaços nacional e regional*”.

O próprio desenvolvimento econômico do país contribuiu para uma melhor estruturação de nosso setor industrial e ocasionou mudanças espaciais significativas no interior das cidades. A grande intensificação das relações das metrópoles com as cidades que gravitam no seu entorno favoreceu a formação de centros urbanos de porte médio, especialmente nas últimas décadas.

Tem sido exaltado o fato desses centros de porte médio terem sido capazes de elevar suas taxas de crescimento, com grande absorção de mão-de-obra e altos índices de produtividade. Este fato faz com que essas cidades estejam sendo alvo de vários estudos, visto que assumiram papéis de destaque nos noticiários de TV e jornais e revistas do país.

A REVISTA VEJA (JAN/2000) trouxe, em sua reportagem de capa, a seguinte manchete: “*Transbrasiliana/BR-153, o segundo descobrimento*”, na qual colocam claramente os locais nos quais, segundo a revista, está nascendo um novo Brasil. Seriam cidades que, margeadas por esta importante rodovia (que não é a maior e nem a mais movimentada do país) estariam apresentando dinamismo econômico de dar inveja a muitos locais.

Entre as cidades citadas na reportagem encontram-se cidades médias como Uberlândia-MG, Londrina-PR, as quais receberam os seguintes títulos em suas reportagens: “*Quero ser ela: o sonho nos arredores da BR-153 é um dia virar a rica Uberlândia*” e “*Na ponta do lápis: cidades planejadas vencem as adversidades do interior e exibem ótimos padrões de vida, Londrina*”.

As várias políticas adotadas pelos vários governos, em especial a adotada pelo regime militar, trouxeram, para a análise do contexto de cidades médias, contribuições. Entretanto, é válido ressaltar que a política de considerar uma cidade como média, naquele momento em muitos locais não deu certo, uma vez que o capital pode falar mais alto na escolha de uma região.

Nas duas últimas décadas, os estudos a respeito das cidades médias têm defendido o fato de que o termo “cidade média” é diferente do termo “cidade de porte médio”. O primeiro estaria ligado às funções e papéis da cidade na hierarquia urbana. Já o segundo considera o seu tamanho demográfico.

Com a rápida estruturação da rede urbana no país, hoje se tem cerca de 95 cidades que podem ser consideradas médias, espalhadas na sua maior parte nas regiões Sul e Sudeste.

O grande desafio, tanto para estudiosos das temáticas urbanas como para as instituições, tem sido conceituar essas cidades médias, uma vez que esse conceito deve conseguir explicar as particularidades do momento histórico do qual a cidade faz parte. Assim, como dizer que o conceito de cidade média hoje apresentado seja o mesmo instituído em meados da década de 1970?

Sua definição, nos últimos anos, tem deixado os critérios demográficos um pouco de lado para considerar outros fatores. SPOSITO (2001) fala da amplitude de seus bens e serviços, sob forma de valores de troca. Já SANTOS & SILVEIRA (2001:281-283) colocam uma outra reflexão, a questão do consumo²¹, que segundo eles

“deve ser analisada ainda com mais ênfase, uma vez que agora questões como o que é global e o que é local e a maneira como as diferentes aglomerações se relacionam com esta nova ordem são de grande importância no contexto dos estudos das cidades. As cidades médias são aquelas que comandam a produção regional em seus papéis técnicos, embora, em sua

²¹ Santos (1988) fala da questão do consumo, enquanto papel de importância na análise de uma cidade, uma vez que, segundo ele, a análise da urbanização brasileira do pós-guerra, estabeleceu relações entre um considerável aumento do consumo mais elevado e as cidades intermediárias.

dimensão política, esse papel caiba às aglomerações maiores²²”..

As cidades médias, tomando como base estas considerações, segundo SPOSITO (2001), estão na atualidade sendo medidas por duas escalas – a das distâncias espaciais e a conectividade que as redes de transmissão de informações possibilitam –, mostrando o quanto o par espaço e tempo é indubitavelmente indissociável.

As redes urbanas das quais fazem parte as cidades médias estão se organizando cada vez mais em função do consumo. Hoje já se observa este aspecto, na definição do papel de uma cidade média. O que se vê é que, em função deste consumo, acaba-se por definir uma concentração econômica de empresas industriais que já não mais necessitam de contigüidade territorial para viabilizar um empreendimento. O lugar de tomada de decisão não necessita necessariamente ser o mesmo local onde se encontra a produção industrial.

Ainda segundo SPOSITO (2001), o que se observa é o deslocamento de unidades de produção dos grandes grupos das áreas metropolitanas (localização típica do período fordista) para cidades de porte inferior, no que diz respeito à hierarquia urbana (localização identificada com o sistema produtivo flexível), que oferecem, segundo estas unidades de produção, entre outros fatores, boa situação geográfica, qualidade de vida²³.

Neste contexto, as cidades médias ganham destaque, pois grande parte das vezes reúnem condições para receber esses investimentos, aumentando sua oferta de emprego, especialmente aqueles ligados aos setores que exigem uma maior qualificação de mão-de-obra.

²² As cidades médias, dentro de uma classificação demográfica, seriam algo próximo ao que Santos (1993) chamava de cidade regional. Estas seriam cidades já possuidoras de uma função de relação, desempenhando um papel regional cuja importância varia de uma civilização para outra, de um continente para outro.

²³ Qualidade de vida é um termo que também apresenta uma gama de debates. Em relação à obviedade do que significa qualidade de vida pode-se fazer alusão ao que Cecília Meireles apud Herculano (1998:79) diz da liberdade: “todos entendem o que é”, ou seja, mesmo que as pessoas não tenham um conceito elaborado acerca de qualidade de vida, todos sabem “mais ou menos” o que isto significa. O que há de consenso a respeito deste tema é o fato de que, quando se tem boas condições ambientais e possibilidades de consumo de bens e serviços de diferentes naturezas, isto se constituiria em atributos dessa qualificação.

Essas cidades, por atrair determinados tipos de investimentos e profissionais considerados de alto grau de intelectualidade, acabam por proporcionar um aumento da própria capacidade de consumo do seu mercado, já que seu morador possui um alto poder aquisitivo.

Em cidades como Uberlândia-MG e Londrina-PR multiplicaram-se, por exemplo, nos últimos 10 anos, o número de instituições de ensino privado superior, voltadas ao oferecimento de cursos que formam os vários profissionais requisitados por empresas que se instalaram nestas cidades, como administração, alguns setores de engenharia, informática, mestrados profissionalizantes, entre outros.

Hoje a cidade de Uberlândia (MG) conta com cerca de 10 instituições que trabalham com ensino superior, com destaque para Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Centro Universitário do Triângulo (UNIT), Universidade de Minas (UNIMINAS); Faculdade Politécnica de Uberlândia (FPU) e UC (Universidade Católica), além de um número razoável de instituições que mantêm cursos de especialização em áreas como marketing, propaganda, gerenciamento, etc.

Um dos fatores impulsionadores deste deslocamento acentuado de unidades industriais para as cidades médias bem como de empresas, está relacionado ao fato de que houve uma extraordinária melhoria nos sistemas de transportes e de telecomunicações. Isto fez com que os custos com tais eventos também diminuíssem e, conseqüentemente, a relativa participação desses custos no preço de mercadorias.

Esta baixa nos preços de transporte pode, por exemplo, deslocar para o interior das cidades médias consumidores das cidades menores que estão à sua volta, já que estas cidades médias oferecem excelentes condições de oferta de equipamentos comerciais e serviços. No que se refere aos sistemas de comunicações, mesmo elas sendo dotadas de alta tecnologia para conexão e articulação, os custos certamente são maiores para a realização desta comunicação.

Podemos exemplificar tal situação com a cidade de Uberlândia-MG. Ela é conhecida nacionalmente pela presença, em seu espaço territorial, de grandes empresas. Entre elas destaca-se o setor de comércio atacadista, que é

reconhecido como o maior de toda a América Latina, com empresas como Martins, Armazém do Comércio – ARCOM, Peixoto, etc.

Essas empresas trabalham com sistema de distribuição de mercadorias por todo território nacional. Pensando-se em custos de transporte, quanto menores forem estes, melhor será para elas. Atualmente essas empresas têm investido alto em tecnologia para agilizar e diminuir custos; têm adquirido bandas de comunicação exclusiva por satélite, por onde circulam as informações oriundas dos microcomputadores de seus vendedores.

Ora, em um passado não muito remoto essas informações eram repassadas para a matriz e dali eram distribuídos os pedidos. Era uma forma de distribuição que gerava custos, pois as entregas de mercadorias dependiam de contatos hierarquizados. Hoje, para se realizar uma entrega de um produto em uma dada região, basta acionar uma unidade de transporte mais próxima a este local (um caminhão, no caso), este se deslocará para lá²⁴.

As facilidades de transporte e de comunicação, desta forma, têm diminuído custos, elevado lucros e possibilitado que mercadorias, bens e serviços estejam ao alcance de um número maior de consumidores.

O comércio de bens e serviços, em virtude da localização geográfica dessas cidades médias, tem desconcentrado atividades que até então eram exclusivas de grandes centros. Podemos notar que grandes redes de supermercados e hipermercados, novas formas de comércio (*shoppings centers*, franquias) estão presentes no cotidiano destas cidades. A atuação destes setores é notadamente perceptível em cidades médias, de rendas mais elevadas, o que também faz com que a circulação de pessoas que buscam tais atividades aumente²⁵.

As cidades médias têm apresentado atributos que as tem colocado em destaque frente à nova organização sócio-econômica do país. Entretanto, elas merecem ser melhor estudadas uma vez que estão recebendo grandes investimentos que as têm destacado no país. Os fluxos migratórios são

²⁴ Estas empresas contam com bases de centralização de mercadorias em várias cidades e regiões do país. Desta forma não se faz necessário que essas mercadorias saiam da matriz, no caso em Uberlândia, pois podem sair dos postos avançados.

²⁵ Têm-se tornado comuns, caravanas de pessoas que percorrem mais 100 Km em busca de acesso ao consumo de bens e serviços (supermercados, roupas de *griffes*, por exemplo).

exemplos de setores da sociedade que têm buscado tais cidades para se estabelecer, numa tentativa de reprodução de sua vida material e ou social.

João Marcos²⁶, 51 anos, mecânico, casado, natural de Goiânia-GO e morador na cidade de Uberlândia-MG há 22 anos chegou na cidade em meados da década de 1980, época em que o país enfrentava um período difícil na economia. Tem o seguinte pensamento a respeito dos motivos que o levaram a deixar sua cidade e migrar para a cidade de Uberlândia-MG: *“eu era recém-casado e mesmo estando em uma capital onde as coisas ainda são melhores que em São Paulo, porque lá é uma cidade muito grande, eu vim para cá para poder arrumar um emprego melhor e não me arrependo, crio meus filhos com mais tranquilidade, já tenho minha casa e carrinho, além do que quando cheguei aqui a cidade não era tão boa e eu creio que também a ajudei a crescer e se tornar o que é hoje”*.

2.2 A questão da desconcentração financeira

Um forte crescimento da participação das cidades médias em relação a outros grupos de cidades tem se apresentado nas duas últimas décadas. Essas cidades, em face de um número acentuado de pessoas que nelas se inserem, enfrentam um novo desafio, o de financiar suas próprias infra-estruturas.

Este financiamento, em parte, é originado pela transferência de encargos do governo federal às administrações municipais. Entretanto, com o aumento intenso da população nessas cidades, novos serviços urbanos acabam sendo demandados e conseqüentemente um número maior de recursos financeiros acaba por se fazer necessário.

A fuga da população das cidades metropolitanas em busca das localidades das periferias metropolitanas, ou mesmo de outras cidades médias não-metropolitanas, é entendida como uma fuga dos maiores custos das metrópoles e também pelo direcionamento dos grandes investimentos produtivos para essas cidades.

Com a promulgação da constituição de 1988 o país, após o período militar, conhece novamente uma demanda por descentralização e

²⁶ Em 07/08/2001.

democratização de poder, o que também incluía a questão financeira. É neste momento que se via, na elevação dos municípios a entidades administrativas com poderes para gerir suas próprias receitas tributárias, o desejo de descentralização surgir com forças não conhecidas até então no cenário do Brasil²⁷.

São, de uma forma geral, os próprios governos locais que colocam uma série de argumentos para que esta descentralização financeira aconteça de forma rápida, ou seja, os recursos destinados ao atendimento de demandas locais devem ser captados e geridos pela instância municipal de governo, uma vez que ela está mais próxima dos beneficiários do investimento público. Outro argumento é que com os recursos das prefeituras municipais, haveria maior flexibilidade na dotação desses investimentos, uma vez que a própria população beneficiada passa a tomar parte na formulação das políticas públicas.

Entretanto, muitos analistas entre eles AFONSO et alli (1988), são categóricos ao afirmar que a descentralização no Brasil teria sido apenas um movimento de “municipalização das receitas”, sem o devido planejamento da descentralização dos encargos entre os entes da Federação.

Ainda há que ser mais bem estruturadas, por parte das instâncias governamentais, as atribuições de funções e fontes de financiamento apropriadas a cada componente da nossa sociedade brasileira²⁸. Houve, é claro, uma grande expansão das receitas municipais frente às federais e estaduais, porém elas ainda encontram dificuldades no quesito arrecadação local, que ainda é muito pequena frente ao que é realmente necessário.

O que acontece é que ainda há uma discrepância tremenda no conjunto de arrecadação dos quase 5 mil municípios espalhados nas diferentes regiões

²⁷ LEVY apud SANTOS, COSTA E ANDRADE (2001) afirma que as políticas de descentralização não formam uma peculiaridade do caso brasileiro. Ao contrário, elas vêm sendo adotadas como instrumentos da melhora na gestão dos serviços públicos, bem como na alocação mais eficiente dos gastos públicos desde fins da década de 1970, contexto marcado pelo debate sobre redefinição do papel do setor público na economia. Desta forma as várias políticas difundidas, por exemplo, pelo Banco Mundial, iam ao encontro destas idéias, ou seja, a não interferência do Estado em determinados setores. As privatizações começam a ter destaque nesta época.

²⁸ AFONSO et alli (1988), apresentaram os seguintes valores de arrecadação entre 1997 e 1998: União 4,1% anuais, Estados 5,8%, municípios cerca de 12,6% anuais.

do país, ou seja, há diferenças marcantes de arrecadação entre esses municípios.

Em trabalho recente apresentado por SANTOS, COSTA E ANDRADE (2001), pode ser observado que em uma amostra de cerca de 4.629 municípios instalados em 1996, (número que aumentou conforme demonstra o *mapa 08*), nas últimas duas décadas, para os quais havia disponibilidade de dados, mais da metade, 2.440, só arrecadava tributos num valor inferior a R\$ 10,00 *per capita*, embora, 1792 municípios se localizem nas regiões Sudeste e Sul.

O *mapa 07* mostra que a divisão político-administrativa dos municípios brasileiros alterou-se de maneira significativa entre as décadas de 1940-1990. As unidades da federação tiveram um aumento de municípios sendo constituídos, mostrando a dispersão demográfica que começou a tomar conta do país, especialmente entre os anos de 1950/60, e depois, entre 1980/1990.

Pode ser observado ainda que as arrecadações dos maiores municípios são oriundas da modernização fazendária, melhorias dos sistemas de avaliação do valor das propriedades imobiliárias e do crescimento dos serviços à frente do comércio e da indústria. Já nos menores municípios o aumento na arrecadação pode ser atribuído à regulamentação e ao início de cobrança de impostos e taxas, que não eram cobrados nessas unidades até uma década atrás, segundo AFONSO et alli (1998).



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Depart. de Geografia, Anuário Estatístico do Brasil 1993.

As principais fontes de receitas próprias dos municípios são o Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que contribuem com cerca de 12,3% e 10,0%, respectivamente, nas receitas municipais. Aqui cabe uma ressalva, pois para muitos municípios tem sido mais fácil tributar os setores de serviço (ISS), do que os indivíduos, através do (IPTU), pois os primeiros estão concentrados em grandes empresas e o segundo em cadastros de imóveis municipais, o que torna a tributação um

tanto quanto delicada, visto que ele pode refletir na questão eleitoral, futuramente.

Parece um paradoxo, mas os pequenos municípios não conseguem gerar, em muitos casos, rendas suficientes para atender a modestos gastos, pois como arrecadar com uma baixa população com baixos rendimentos? Porém, ao apresentarem essas características, acabam por não sofrerem pressão no que diz respeito à expansão de suas infra-estruturas. Já os grandes municípios, que têm condições de arrecadar mais recursos, sofrem com os constantes investimentos que têm de ser realizados em infra-estrutura, visando ao atendimento de uma população que em municípios alvos de migrações aumenta a cada dia. Estes têm até que buscar outras formas de financiar seus gastos.

Os mais importantes recursos que chegam até aos municípios são o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que complementam de forma bastante interessante a demanda de recursos adicionais, tão necessários aos grandes municípios.

O que causa certa indignação a esta gama de municípios maiores é o fato de que os recursos do FPM acabam por beneficiar os municípios menores, ou seja, os critérios de partilha não são capazes de direcionar os recursos para os municípios que realmente necessitam de uma complementação financeira às suas próprias receitas, uma vez que são mais populosos, têm mais problemas, e a pobreza acaba sendo maior. Isto acontece porque uma Lei Complementar, a de número 63, de 9/12/1989, estipulou os seguintes coeficientes de distribuição dos recursos do FPM:

- 10% para municípios capitais;
- 3,6% para os municípios do interior com população acima de 152.216 habitantes;
- 86,4% para os municípios do interior

Já no que se refere ao ICMS, as transferências de recursos são realizadas com base no repasse de $\frac{1}{4}$ proporcionalmente ao valor adicionado no território de cada município. Aqui também ocorre um outro problema, uma vez que os municípios que acabam sendo beneficiados são os que apresentam

maior desempenho econômico, e não aqueles que apresentam uma expansão em sua população e que, na maioria dos casos, não possuem uma base econômica local. Isto é bem observado nas cidades que estão situadas na periferia das regiões metropolitanas, ou seja, são na maior partes das vezes estas as localidades que apresentam sérios problemas urbanos, como a falta de água, esgotos encanados, moradia, entre outros graves problemas.

Problemas existem, é claro, mas de uma forma ou de outra esses repasses de recursos por parte das instâncias maiores de governo são muito importantes para a complementação financeira de arrecadação para os municípios. Portanto, de qualquer forma a descentralização financeira se apresenta como um caminho bastante importante para que problemas locais possam ser mais bem administrados por aqueles que estão mais próximos aos desejos das populações locais, qual seja, os governos municipais, e isto pode levar a uma população e até a uma gestão pública bem mais comprometidas com as políticas públicas em nosso país.

A população pode deixar, neste caso, de ser apenas mera expectadora na elaboração de políticas e passa a agir de forma eficaz na elaboração dos critérios de alocação dos recursos. Em cidades que recebem um número considerável de migrantes, como o caso das cidades médias, este pode ser um caminho para que os problemas de ordem urbana que elas começam a enfrentar possam ser resolvidos e minimizados da forma mais rápida e eficiente.

É indiscutível o fato de que a participação das cidades médias no contexto nacional em muito evoluiu, considerando-se décadas anteriores. Só para contextualizar, em 1970 elas representavam apenas 12,6% da população brasileira, e hoje perfazem 24,4%! O *mapa 08* demonstra a evolução do número de cidades médias no país de 1970 até 1991. Se essas cidades dobraram sua participação na população total do nosso país, em contrapartida as maiores cidades caíram de 18,2% para 17,1%.

De forma mais abrangente, demonstrada nos itens anteriores, já foram mencionados fatos que demonstram não se trata de um processo em curso de despolarização da população, até porque muitas cidades médias situam-se em regiões metropolitanas e, portanto, sua dinâmica demográfica não pode ser

estudada separadamente, sem influências das cidades maiores ao redor das quais elas gravitam.

Muitas cidades médias, mesmo não fazendo parte do cenário das regiões metropolitanas, estão de certa forma se “metropolizando”, no sentido de que algumas delas vêm-se tornado núcleos de um “pólo regional”, como o caso da cidade de Maringá-PR, que atrai populações que se fixam em grande parte em sua periferia, sendo esta é constituída por outros municípios.

As cidades médias, frente a esta nova ordem que tem sido colocada, têm demonstrando de certa forma que há uma necessidade grande de possuírem um lado financeiro adequado, diante do compromisso que assumem neste processo de descentralização financeira do país, já que, considerando o acentuado número de migrantes que recebem, são cidades que estão sofrendo forte pressão de demanda por novos investimentos públicos em infra-estrutura urbana e social.

Estes investimentos são cobrados pelas populações que estão presentes nas cidades médias e mesmo os migrantes são quase que unânimes em afirmar que as cidades têm que lhes oferecer melhores condições sociais, uma vez que também são parte importante na sua consolidação.

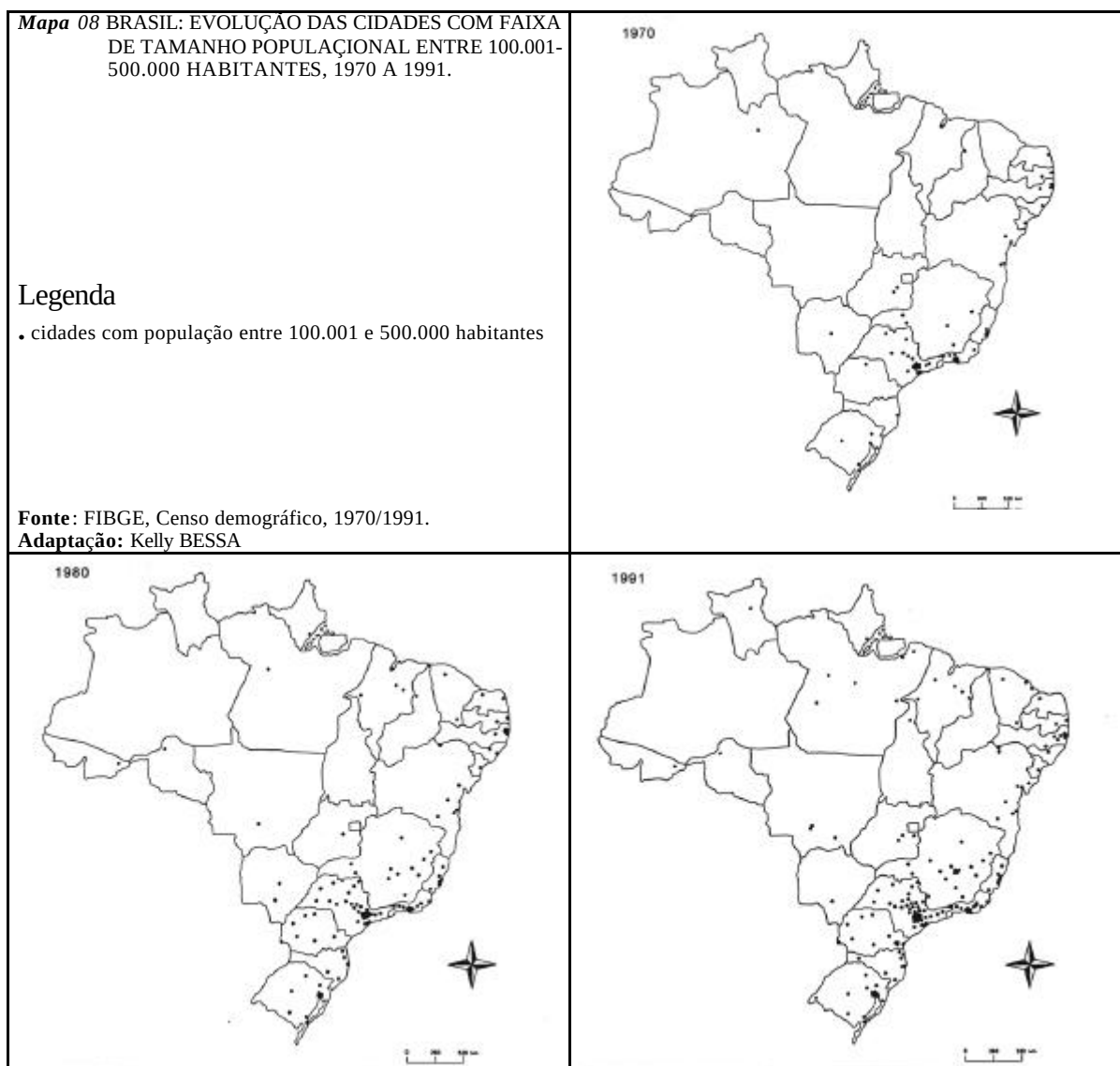
Mapa 08 BRASIL: EVOLUÇÃO DAS CIDADES COM FAIXA DE TAMANHO POPULACIONAL ENTRE 100.001-500.000 HABITANTES, 1970 A 1991.

Legenda

- cidades com população entre 100.001 e 500.000 habitantes

Fonte: FIBGE, Censo demográfico, 1970/1991.

Adaptação: Kelly BESSA



Como destino dos fluxos migratórios do país, na década de 1980 foi observado que as cidades médias se constituíram em importantes centros limitadores do crescimento das metrópoles, uma vez que cerca de 3,9 milhões de migrantes foram atraídos por estas cidades. Vale ressaltar, contudo, que segundo ANDRADE, SANTOS e COSTA (1999) este número de migrantes atraído pelas cidades médias ainda ficou abaixo daquele atraído pelas regiões metropolitanas, que girou, em toda a década de 1980, em torno de 4,6 milhões.

Este número de migrantes apresentado pelas regiões metropolitanas ocorreu em virtude da presença, na região, de cidades médias que se situam

em sua periferia, demonstrando o quanto as cidades médias têm tido importância na dinâmica migratória apresentada pelo país.

Entretanto, as cidades médias têm apresentado receitas inferiores ao que realmente necessitariam para atuar de forma mais constante em suas políticas públicas. O que pode ser observado é o fato que elas não estão obtendo os resultados esperados na ampliação de suas fontes de recursos, no momento em que há um significativo aumento das necessidades de implementação de novos investimentos públicos²⁹.

Dois fatores podem ser colocados como motivos desta não adequação financeira das cidades médias. O primeiro, devido ao acentuado crescimento demográfico apresentado por elas ao longo da década de 1980, que pode ter pego de surpresa uma reorientação de busca dos investimentos em vários setores. O segundo, e ligado a este, está no fato de que o crescimento deveria ter sido sustentado, na medida em que os investimentos do setor industrial vissem, nas cidades médias, locais para a fuga das deseconomias de aglomeração.

Ainda diante desta transferência de encargos tradicionalmente afetos ao governo central para as administrações municipais, pode-se observar que, no que concerne aos índices de serviços públicos oferecidos, há melhores condições de vida para as populações que vivem nas cidades médias do interior, uma vez que sua dinâmica econômica é menos dependente de serviços de educação e qualificação maior de sua mão de obra, do que nas cidades metropolitanas³⁰.

As cidades médias não são homogêneas, e este fato faz com que qualquer análise a respeito delas possa parecer inadequada ao estudo de algumas situações. Novos têm sido os recortes espaciais na economia mundial e brasileira. As redes urbanas, que deveriam ser distribuídas hierarquicamente, se apresentam de forma separada, o que dificulta os estudos metodológicos como no caso das cidades médias.

²⁹ ANDRADE, SANTOS e COSTA (2001) apresentam estudos a respeito desta participação financeira das cidades médias, ou seja, analisam as suas receitas, o grau de dependência dos municípios em relação aos repasses intergovernamentais. Neste trabalho podem ser encontrados os dados utilizados para construção dos indicadores.

³⁰ Não estamos afirmando aqui que as cidades médias não apresentem qualidade em ensino, até porque as populações residentes nestas cidades têm contado com um crescimento considerável no número de instituições de ensino dos vários níveis.

Não se percebe mais uma rede urbana com distribuição decrescente de número de cidades à medida que se tem um aumento do tamanho populacional. À medida que tais fatos ocorrem o que se apresenta é uma formação de pólos regionais que começam a constituir nós em suas próprias redes; contudo, o tamanho populacional não é o critério que deva determinar um pólo regional.

Na análise acerca da questão financeira das cidades médias pode ser observada uma clara disparidade entre às cidades nordestinas frente as cidades médias sulistas e sudestinas. Outro ponto é que aquelas cidades médias que estão localizadas nas regiões metropolitanas, se comparadas àquelas que estão no interior, apresentam um setor financeiro e um serviço público com uma situação mais precária.

2.3 Os fluxos migratórios nas cidades médias

Parte significativa do dinamismo demográfico apresentado pelas cidades médias brasileiras é devida à contribuição dada pelos saldos migratórios. Aliás, este era um dos objetivos que o governo federal do país apresentava, já na década de 1970, para a implementação dos centros intermediários, ou seja, eles funcionariam como alternativa de atração locacional para os fluxos migratórios que tendiam a se dirigir às regiões metropolitanas.

Como já em parte mencionado, a participação das cidades médias no movimento migratório foi bastante acentuada nas últimas décadas, com enfoque principal entre os anos de 1980/91. Dados apresentados pelo censo de 80 e contagem populacional revelam que, dos 7,3 milhões de pessoas que migraram, 45% tiveram como destino as cidades de porte médio³¹.

Os centros urbanos médios localizados no Estado de São Paulo podem ser considerados como aqueles que mais atraíram migrantes. Entre as cidades

³¹Cidades de porte médio devem ser diferenciadas de cidades médias, uma vez que as primeiras têm como principal característica o número de pessoas que nelas existem, diferente das segundas, que abarcam mais do que o número de habitantes, ou seja, para se defini-las é preciso considerar muitas outras características como, por exemplo, as das funções que exercem perante outras cidades que cercam.

médias que estão localizadas em regiões metropolitanas, as de São Paulo também receberam um número significativo de migrantes.

Todos os municípios podem ser analisados como áreas que atraem e que também expulsam pessoas, uma vez que podem ser áreas onde as pessoas enxergam alguma possibilidade para se reproduzirem materialmente, como áreas onde já não encontram nenhuma perspectiva futura para tal reprodução.

O que se tenta aqui apresentar é o fato de que existem cidades médias que nestas últimas décadas tem tido a capacidade tanto de atrair migrantes como de expulsá-los, em certo sentido. ANDRADE, SANTOS e SERRA (2000), na *tabela 05* apresentam dados a respeito do grau de influência desses saldos migratórios no período compreendido entre 1980 até 1991.

Tabela 05

Saldo Migratório para as Cidades Médias (CMs) e Regiões Metropolitanas (RMs), Distribuição Percentual do Saldo Total e Distribuição Percentual da Imigração Total — Período 1980/91

CMs e RMs	Saldo Migratório		Participação no Total de Imigração de A e B (%)
	Quantidade	% do Total	
(A) CMs	1.368.831	47,3	46,1
Do Norte e Centro-Oeste	296.720	10,3	5,8
Do Nordeste	79.070	2,7	7,1
Do Sul	148.784	5,1	8,8
Do Sudeste	844.257	29,2	24,4
RJ, MG, ES	287.370	9,9	9,6
SP	556.887	19,2	14,8
(B) RMs	1.525.353	52,7	53,9
Belém	71.049	2,5	2,2
Fortaleza	197.472	6,8	4,1
Recife	134.483	4,6	3,1
Salvador	176.388	6,1	3,6
Belo Horizonte	233.462	8,1	5,1
Rio de Janeiro	26.993	0,9	6,7
São Paulo	267.032	9,2	20,4
Curitiba	207.501	7,2	4,0
Porto Alegre	210.965	7,3	4,7
Total (A + B)	2.894.186	100,0	100,0

Fonte: Tabulação própria a partir da Fundação IBGE: Censos Demográficos de 1980 e 1991.

No referido período que a *tabela 05* mostra, percebemos que tanto as regiões metropolitanas como as cidades médias receberam mais migrantes do que os enviaram para outras unidades federativas do país, dada a positividade dos saldos migratórios³². Ainda segundo os dados apresentados pela *tabela 05*,

³² Saldo migratório refere-se quantidade de imigrantes menos o número de emigrantes. Entretanto, ANDRADE, SANTOS e SERRA (2000) nos colocam que o saldo migratório é uma medida cujo valor pode resultar de enormes diferenças entre os fluxos migratórios.

pode ser percebido, que, do total de migrantes, cerca de 1,4 milhões se estabeleceram nos centros de porte médio, com destaque para as migrações dirigidas à Região Sudeste, que deste total corresponderam a aproximadamente 1/3.

O fluxo migratório foi, durante a década de 1980, responsável por cerca de 30% do crescimento demográfico das cidades médias. O censo de 1980, bem como a contagem populacional de 91, além de confirmarem tais dados, pode mostrar que tais índices sobem para 50%, no caso das cidades localizadas no Norte e Centro-Oeste do Brasil³³.

As cidades médias, como vem sendo apresentado, apresentam diferenças significativas de acordo com as regiões onde se localizam. Portanto, são heretogêneas, e no que se refere aos fluxos migratórios também se podem perceber diferenças significativas. Encontram-se cidades que apresentam forte atração de migrantes, aquelas que são tidas como emissoras, as estáveis e até mesmo aquelas que são apenas de passagem de migrantes.

Quando nos colocamos em contato com os índices de emigração de uma cidade, estamos de certa forma nos informando do grau de frustração que uma dada localidade desperta nas pessoas que ali residem, ou até mesmo das áreas que estão ao seu entorno. Além disto podemos começar a compreender o porquê de determinadas áreas, ao contrário, serem alvos de imigrações.

A migração é um componente urbano tão interessante que existem casos onde uma dada região perde seu dinamismo econômico e mesmo assim continua sendo alvo de fluxo migratório. Isto pode levar à ocorrência posterior de uma nova etapa migratória, uma vez que o sujeito da ação irá buscar novamente encontrar, em uma outra localidade, a satisfação de um desejo ou de uma necessidade, emprego, por exemplo.

Ao abordar as escalas espaciais nota-se que, do total de imigrantes entre as décadas de 1980 e 1991, percebe-se que a Região Sudeste foi a que

Exemplificando tal situação eles consideraram tal situação, onde duas cidades que apresentam saldo de 10 mil habitantes. Uma pode se referir à diferença entre 310 mil imigrantes e 300 mil emigrantes, enquanto a outra, num cenário de grande estagnação, tenha atraído 15 mil pessoas e expulsado outras 5 mil.

³³ Sem dúvida alguma aqui este alto índice está vinculado à forte expansão da fronteira agrícola neste momento no país, bem como pela forte exploração dos recursos naturais destas duas regiões. Estes dois fatores mensurados contribuíram de forma significativa com o grande desenvolvimento que estas regiões apresentaram.

recebeu o maior número de migrantes em suas cidades médias, conforme pode ser analisado na *tabela 06*.

Tabela 06

Cidades médias: imigr. e saldos migratórios, segundo escalas espaciais selecionadas de 1981-1991.			
Escalas temporais	Imigrantes	Imigrantes (81/91) População (91%)	Saldo migratório população (91%)
Cidades Médias do NO/CO	495.954	34,5	20,6
Cidades Médias do NE	610.279	19,2	2,5
Cidades Méd. do RJ, MG e ES	814.386	18,4	6,5
Cidades Médias de SP	1.265.437	24,8	9,6
Cidades Médias do Sul	748.150	19,9	4,0
Cidades Médias	9.934.206	21,1	7,4

Fonte: Contagem populacional de 1991 apud SERRA, 2001.

ANDRADE, SANTOS e SERRA (2000) consideram que existem no país cinco cidades médias que apresentam baixas taxas tanto de emigração como de imigração – são as chamadas estáveis. Destas, três estão localizadas no interior do Estado do Rio de Janeiro, o que pode ser reflexo, por um lado, do esvaziamento econômico desse estado, bem como pelo fato de que aqui o objetivo de inserção de cidades médias como diques de fluxo migratório para região metropolitana, não foi alcançado.

As cidades médias estagnadas seriam aquelas que os autores definem como possuidoras de altas taxas de emigração. Seriam, no total, quatro cidades: Sobral-CE, Teófilo Otoni-MG, Lajes-RS e Jundiaí-SP, que apresentaram, durante a década de 1980, saldo migratório negativo. Isto pode ser explicado porque as três primeiras cidades são sedes de municípios com população rural alta, fazendo com que houvesse forte processo de saída do campo em busca das cidades. Já Jundiaí, pode estar perdendo população para as cidades vizinhas, uma vez que faz parte de uma área onde se observa uma conurbação da região metropolitana de São Paulo.

As cidades com altas taxas de imigração, combinadas com baixas taxas de emigração são, segundo ANDRADE, SANTOS e SERRA (2000), as que

representam o grupo mais dinâmico, uma vez que crescimento econômico e demográfico se apresenta de forma intrínseca. São oito as cidades médias representantes deste grupo e estão localizadas no entorno de capitais estaduais ou em regiões metropolitanas³⁴. Destacam-se aqui Santos-SP, Campinas-SP e Vitória-ES.

Mesmo parecendo impossível a existência de localidades que tanto recebem migrantes como os expulsa, ao mesmo tempo, segundo ANDRADE, SANTOS e SERRA (2000) existem cidades médias possuidoras de tais características, que segundo eles implica forte situação de fluidez, onde essas cidades médias desempenhariam papel de etapas intermediárias dos fluxos migratórios. São as denominadas cidades de passagem. Aqui se encontram sete cidades, quatro localizadas na área da fronteira amazônica e três no Paraná.

Os deslocamentos de migrantes nas cidades médias se apresentam de certa forma com várias origens, podendo-se dar destaque maior àqueles realizados pelos migrantes dentro dos seus estados de origem. A *tabela 07* demonstra a origem dos imigrantes ao longo da década de 1980-1991.

Tabela 07

Cidades médias: imigr.e saldos migratórios, segundo escalas espaciais selecionadas, 1991.					
Escalas temporais	Imigrantes rurais (%)	Migração intra-estadual (%)	Migração intra-regional (%)	Migração inter-regional (%)	Taxa anual de cresc. urbano (%)
Cidades Médias do NO	29,4	50,2	10,4	36,8	5,71
Cidades Médias do NE	33,7	67,1	12,9	20,4	3,39
Cidades Médias do SE	18,9	69,5	13,8	18,0	2,90
Cidades Médias de SU	27,5	70,6	13,5	18,2	2,86
Cidades Médias do CO	17,3	53,9	18,8	25,1	6,72
Cidades Médias	22,9	67,3	14,1	19,5	3,19

Fonte: Contagem populacional de 1991 apud SERRA, 2001.

Portanto, os fluxos migratórios nas cidades médias também se apresentam de forma diferente de acordo com as regiões onde se inserem e também apresentam características diferenciadas, de acordo com a proximidade ou não de uma metrópole, apresentando saldos migratórios distintos. Além disto, no contexto das cidades médias, estudar a inserção dos

³⁴ Regiões metropolitanas aqui podem ser institucionalizadas ou não.

fluxos migratórios se apresenta de forma inevitável uma vez que tais fluxos acabam por ter conteúdos significativos na participação populacional de tais cidades. O *diagrama 01*, apresentado em trabalho de ANDRADE, SANTOS e SERRA (2000), demonstra de forma clara a classificação das cidades médias de acordo com suas taxas de emigração e migração, bem como das regiões metropolitanas. A taxa de emigração para Uberlândia por exemplo é média segundo o diagrama e a de emigração alta.

Diagrama 01

Classificação das Cidades Médias e Regiões Metropolitanas segundo Taxas de Imigração e Emigração para a Década de 80

		Emigração		
		Baixa	Média	Alta
Imigração	Baixa	Recife	Belém	
		Salvador	São Paulo	
		Rio de Janeiro	Santarém	Sobral
		Belo Horizonte	Jequié	Teófilo Otoni
		Porto Alegre	Cachoeiro do Itapemirim	Jundiaí
		Nova Friburgo	Taubaté	Lages
		Petrópolis	Barra Mansa/Volta Redonda	
		Campos	Ponta Grossa	
		Divinópolis	Uruguaiana	
		Pelotas/Rio Grande		
	Média		Mossoró	
			Caruaru	
			Parnaíba	
			Campina Grande	
			Feira de Santana	Arapiraca
			Juiz de Fora	Juazeiro do Norte/Crato
			Sete Lagoas	Itabuna/Ileus
			Poços de Caldas	Vitória da Conquista
			Uberaba	Governador Valadares
			Montes Claros	Timóteo/Ipatinga/Coronel Fabriciano
		Fortaleza	Guarujá	Presidente Prudente
		Curitiba	São Carlos	Americana
		Franca	Rio Claro	Santos
		Piracicaba	Jacareí	Londrina
		Mogi Guaçu	São José dos Campos	Guarapuava
			Ribeirão Preto	Passo Fundo
			Sorocaba	
			Araraquara	
			Limeira	
			Araçatuba	
			Marília	
			Blumenau	
			Itajaí	
			Joenville	
			Caxias do Sul	
			Santa Maria	
			Criciúma	
	Alta	Aparecida de Goiânia	Juazeiro/Petrolina	Cascavél
		Várzea Grande	Anápolis	Marabá
		Luziânia	Cariacica	Maringá
		Serra	Vila Velha	Dourados
		Praia Grande	Uberlândia	Imperatriz
		Sumaré	São Vicente	Foz do Iguaçu
		Santa Bárbara d'Oeste	Bauru	Rondonópolis
		São José	São José do Rio Preto	

Fonte: Tabulação própria a partir da Fundação IBGE: Censos Demográficos de 1980 e 1991.

2.4 O imigrante no mercado de trabalho das cidades médias

Quando há alguma referência ao quesito emprego, diante da situação econômica que vem sendo vivenciada no Brasil nas últimas décadas, naquilo que é concernente à questão migratória este tem sido um aspecto que merece destaque no entendimento do porque dos fluxos migratórios.

Isto porque, no caso específico das cidades médias, tem-se apresentado no seu interior uma falta de políticas públicas que abarquem tal situação, uma vez que parece não fazer parte dos ideais dos promotores de políticas públicas saber quais têm sido as taxas de ocupação dos migrantes, os salários e até mesmo a questão de quantos trabalham de carteira assinada no interior das cidades médias.

Uma pergunta parece pertinente neste momento: até que ponto o crescimento das cidades médias foi e ainda é importante, no sentido de proporcionar vantagens aos imigrantes que se dirigem para este grupo de cidades?

Uma análise que contemple o grau de adaptação dos imigrantes nas cidades médias acaba sendo de extrema importância para as políticas públicas, para que elas possam ser prioritárias para os rumos do desenvolvimento urbano nacional.

Como vem sendo abordado, é nítida a importância das cidades médias como pólos de atração de imigrantes, o que contribuiu de forma significativa com o seu crescimento demográfico. Não é tarefa fácil saber como se dá a integração dos imigrantes no mercado de trabalho. SERRA (2001) nos fala, da dificuldade de se analisar tal inserção uma vez que uma ampla compreensão do grau de integração dos imigrantes não corresponderia ao conjunto de informações disponíveis.

No universo das análises torna-se importantíssima a compreensão de quais seriam os níveis em que se dá esta ocupação, a distribuição dos imigrantes em classes de renda, além do grau de cobertura legal das relações de trabalho, como a posse de carteira de trabalho.

A caracterização do que venha a ser uma cidade média, no estudo da inserção no mercado de trabalho destes migrantes, também muda de acordo

com a característica de cada migrante, ou seja, existem divergências que têm como origem o tempo de chegada de cada indivíduo a uma determinada cidade, o grau de escolaridade, a sua adaptação à vida urbana, idade, entre outros fatores.

O imigrante de uma cidade média é fator essencial de análise, na medida em que ele serve como ponto de referência para a determinação do maior dinamismo no setor econômico, por exemplo, de uma cidade. Isto não quer dizer que este dinamismo econômico é fruto de salários altos no interior destas cidades, e sim que os imigrantes que ali chegaram são pertencentes a um grupo seletivo.

Algumas cidades médias possuem em seu interior determinados ramos de economia local que necessitam de pessoas que tenham mão-de-obra qualificada, e uma vez que tal mão-de-obra não se encontra no interior destas cidades, ela acaba vindo de fora, em muitos casos, o que é um prato cheio para grupos seletivos de imigrantes.

Dependendo da localidade de uma cidade média, encontram-se graus de inserção no mercado de trabalho diferenciados para os imigrantes que nelas existem.

As cidades médias localizadas na Região Nordeste, segundo ANDRADE, SANTOS e SERRA (2000), são as que apresentam o nível mais baixo de rendimento aos imigrantes, ou seja, cerca de $\frac{3}{4}$ deles recebem menos de dois salários mínimos. Além disto, mesmo entre aqueles migrantes que possuem ganho superior a 10 salários mínimos, encontram-se os menores índices entre as regiões brasileiras.

Muitas têm sido as análises que afirmam que geralmente o imigrante é um sujeito que tem rendimento superior ao dos trabalhadores nativos das cidades médias. Entretanto, quando a referência é aos trabalhadores que ganham cerca de dois salários mínimos, tanto nativos como imigrantes recentes se apresentam de forma igual, ou seja, independente da situação deste trabalhador, no interior das cidades médias o nível de pobreza é alto. É bem verdade que o nível de pobreza, para aqueles que ganham pouco, ainda é maior nas Regiões Norte e Nordeste do país.

Esta relativa igualdade entre o imigrante e os nativos nos níveis mais baixos de rendimento vem indicar, entretanto, que os imigrantes têm oportunidades piores de inserção no mercado de trabalho. Já que nos percentuais dos residentes imigrantes e nativos, nos níveis superiores de rendimento, em uma região metropolitana, o imigrante tem mais oportunidade de ascensão.

No tocante ao fator posse de carteira de trabalho encontra-se uma inserção no mercado de trabalho menos estável³⁵ para os imigrantes do que para a população residente nativa das cidades médias. A situação para o imigrante ainda é pior nas cidades médias das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Este fato ocorre porque é nestas regiões que se encontra um contingente maior de imigrantes de origem rural, que supostamente são menos qualificados do que os imigrantes de origem urbana residentes nessas localidades.

A taxa de ocupação oferece segundo ANDRADE, SANTOS e SERRA (2000), maior nivelamento entre trabalhadores imigrantes e os não migrantes das cidades médias. Aqui se destaca o fato de que as chamadas redes de solidariedade aparecem de forma marcante nos processos de migração, uma vez que as oportunidades que atraíram um imigrante a uma cidade média, em muitos casos, se apresentaram de forma concreta na sua vida, através do contato com um parente ou amigo que já havia migrado antes.

Pode-se falar em três grupos distintos de imigrantes que são encontrados no interior das cidades médias, segundo SERRA (2001):

1. imigrantes de origem rural não qualificados;
2. imigrantes de origem urbana não qualificados;
3. imigrantes de origem urbana qualificados.

O primeiro grupo, o dos imigrantes de origem rural não qualificados, são originários de um processo que teve seu ponto máximo de ocorrência no início da década de 80, no Brasil, até início dos anos 90, qual seja o êxodo rural, que nesses períodos alcançou a cifra considerável de 13 milhões de e 4,6 milhões de habitantes respectivamente. As características principais são:

³⁵ A estabilidade aqui apresentada é dada, segundo ANDRADE, SANTOS e SERRA (2000), pela posse da carteira de trabalho.

idade variando entre 20-45 anos, moradia no local há cinco anos, último deslocamento originário de uma área rural e ainda estudaram menos de quatro anos.

Esse processo de saída do campo em busca da cidade, por parte de imigrantes rurais, teve como destino, além das regiões metropolitanas, as cidades médias. Entre esses imigrantes, as melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho são observadas nas cidades médias da Região Norte, como Santarém e Marabá. Esta inserção, por sua vez, se apresenta de forma superior por parte deste grupo de migrantes, por incrível que pareça àqueles outros grupos de imigrantes de outras regiões, fato gerado pelo fato de estarem situados em uma faixa etária entre 20-45, onde as chances de emprego são muito maiores.

O senhor Jales Silva³⁶, 45 anos, casado e pai de três filhos, é caseiro de profissão, viveu parte de sua vida em fazendas da região de Monte Carmelo-MG. Está em Uberlândia-MG há três anos e contou um pouquinho de sua experiência como migrante. *“Eu queria estar morando em uma fazenda, não me acostumo muito por aqui, eu só vim porque minha esposa precisou fazer tratamento na medicina, daí quando ela acabou meus filhos também quiseram ficar por aqui, eles queriam estudar e por isto juntei minhas economias e mudamos, hoje trabalho com uns bicos e pedreiro, ganho pouco”*.

Jales Silva veio do rural para o urbano e não tem uma estabilidade no mercado de trabalho, mesmo em uma cidade média. Comentou sobre a dificuldade de adaptação, falta de dinheiro, mas espera a qualquer momento arrumar um emprego de caseiro e voltar ao mundo rural. Além disto reclamou bastante dos meios públicos, que não o ajudam a se estruturar melhor.

A estabilidade de emprego para este grupo de imigrantes, entretanto, está abaixo do que se poderia esperar. A migração realizada por estes imigrantes foi dirigida a um grupo de cidades médias tidas como cidades de passagem, que são caracterizadas por uma estabilidade no setor de emprego, cidades médias em áreas de fronteira. Este tipo de imigrante, de maneira geral, ainda dá preferência a uma migração que se destina às regiões

³⁶ Em 20/08/2001.

metropolitanas brasileiras, uma vez que ainda é muito divulgada a idéia de que são nestas localidades que a oportunidade de emprego pode aparecer de forma mais constante.

De um modo geral, a inserção deste grupo de imigrantes no mercado de trabalho das cidades médias demonstra que eles acabam tendo rendimentos inferiores aos dos outros grupos de imigrantes, especialmente aqueles que se situam em uma faixa salarial não maior do que dois salários mínimos.

O segundo grupo de imigrantes, denominados imigrantes de origem urbana não qualificados, faz parte de cerca de $\frac{3}{4}$ dos fluxos migratórios ocorridos desde a década de oitenta no contexto urbano brasileiro, ou seja, migração urbana-urbana. Eles são caracterizados por morarem há cerca de cinco anos no local, idade entre 20-45 anos, menos de quatro anos de estudo e têm como último deslocamento uma área urbana.

Não é mais novidade para nenhum setor da sociedade brasileira que o país se constitui, em sua maioria, por uma sociedade urbana. Diante deste novo quadro, os movimentos migratórios também alteraram suas perspectivas de orientação, ou seja, é notório que as migrações ocorrem com mais intensidade dentro do contexto urbano. Desta maneira poder-se-ia se pensar se o grupo aqui analisado de imigrantes teria algum privilégio no momento de se inserir no mercado de trabalho, uma vez que já está de certa forma, com uma cultura urbana.

Isto realmente pode ser comprovado, uma vez que é nítido o fato de o imigrante de origem urbana ter maior desenvoltura no agir e até no modo como se relaciona com os canais de comunicação, no momento da busca de um posto de emprego. ANDRADE, SANTOS e SERRA (2000) apontam um fato singular, verificando que a inserção de imigrantes rurais não qualificados é maior do que a dos imigrantes urbanos não qualificados.

Mas como acontece tal situação? O fato é que, nas camadas mais inferiores da sociedade, os imigrantes urbanos não qualificados preferem permanecer desempregados a aceitar exercer qualquer tipo de trabalho. De uma certa forma os migrantes urbanos ainda mantêm um certo *status* que os fazem ser um tanto quanto mais exigentes, mesmo quando estão desempregados.

Já quando se analisa a questão da estabilidade no emprego, os imigrantes urbanos não qualificados, quando comparados ao primeiro grupo, apresentam-se bem mais amparados pela legislação trabalhista brasileira. Além disto, eles têm um rendimento superior aos dos imigrantes de origem rural, uma vez que são mais aceitos no interior das cidades médias.

A doméstica Maria de Fátima³⁷, 35 anos de idade, moradora na cidade de Uberlândia-MG há quase cinco anos, é um caso típico de imigrante urbana não qualificada. Ela migrou porque conseguiu emprego em uma residência na cidade, por indicação de uma conhecida. Natural da cidade de Araxá-MG, em entrevista ela concedeu o seguinte depoimento, em que diz “*o motivo que me trouxe para cá foi o emprego; minha comadre me indicou para trabalhar na casa de família, o salário é até bom, tenho cesta, vale transporte, mas a vida não é fácil, lá em Araxá as coisas andavam meio fracas, mas o que fazer, eu preciso deste emprego, pelo menos ela assinou a minha carteira*”.

Nota-se por este depoimento que redes sociais e estabilidade de emprego são atributos que acabam por auxiliar e muito a vida de um imigrante em qualquer cidade, o que não é diferente em uma cidade média.

Os imigrantes urbanos qualificados são caracterizados assim por possuírem de 12 anos de estudo para cima, terem vindo de áreas urbanas, cinco anos de moradia no local, e idade entre 20 e 45 anos. São o grupo de imigrantes que possui mais capital acumulado, o que os faz um grupo sempre benquisto nos locais onde se inserem.

Quando houve a oportunidade de entrevistar pessoas ligadas a algumas secretarias municipais da cidade de Uberlândia-MG, percebe-se que, quando se falava em migrantes, este grupo dos qualificados era em parte enaltecido perante os demais grupos: “*a cidade de Uberlândia, pode se vangloriar de receber muitos empresários, profissionais liberais, estudantes, eles ajudam no crescimento da mesma*”, _ Leopoldo Teles³⁸, chefe do setor de atendimento ao migrante, setor subordinado à Secretaria Municipal de Ação Social da cidade.

³⁷ Em 20/08/2001.

³⁸ Em 16/07/2001.

Os indicadores de renda apontam este tipo de imigrante entre aqueles que melhor se inserem no mercado de trabalho das cidades médias. Segundo ANDRADE, SANTOS e SERRA (2000), apenas 13% destes estão situados em uma faixa salarial inferior a dois salários mínimos. Na outra ponta, os que ganham acima de 10 salários mínimos abarcam 30% do percentual levantado, o que é um valor alto quando comparado à participação dos imigrantes não qualificados, que perfazem apenas 1% do total.

Assim como nos outros dois grupos, os imigrantes possuem melhor estabilidade e rendimentos no interior das cidades médias localizadas nas regiões Sul e Sudeste do país. De qualquer forma, os imigrantes urbanos qualificados possuem oportunidades melhores de emprego diante da população nativa das cidades médias, e até são bem vistos aos olhos dos poderes políticos locais. Vale salientar que enfrentam um certo desprestígio diante de moradores locais, que os consideram como “ladrões de boas oportunidades”, uma vez que conseguem boas colocações em determinados setores da sociedade local.

É o caso de João Marcelo³⁹, 30 anos, que vive com a família em Uberlândia-MG há quatro anos. Nascido e criado em São Paulo-SP, é formado em Engenharia de Computação e chegou à cidade para trabalhar em uma empresa que implementa redes de telemática⁴⁰. Ele deu as seguintes declarações, a respeito de ser um migrante: *“meus colegas de trabalho dizem brincando que aqui tem muito paulista, mas quando fui contratado meu chefe me disse que eles precisavam de um profissional como eu e que aqui não tinha. Eu estudei muito, falo outros idiomas, fui contratado por possuir algumas características que são essenciais no mercado de trabalho atual, competi com muitos, mas tinha o perfil que a empresa desejava no momento. Ser migrante é um fato que encaro com naturalidade, mas sinto que muitas pessoas não se sentem bem por eu estar ocupando um cargo e não ser daqui. Mas fazer o quê, paciência. Quanto a morar em uma cidade média eu gosto, aqui é menos estressante do que em uma capital como São Paulo, por*

³⁹ Em 18/07/2001.

⁴⁰ Ciência que trata da manipulação e utilização da informação através do uso combinado de computador e meios de telecomunicação.

exemplo. Não pretendo ir embora daqui tão cedo, meu salário é bom e a minha família está bastante adaptada!”

O migrante, de qualquer forma, também acaba enfrentando situações difíceis no seu processo de inserção em uma cidade, e isto ocorre de formas até mais difíceis em algumas cidades médias. Mesmo sabendo que poderiam ter ganhos superiores nas regiões metropolitanas, muitos ainda preferem as cidades médias, por ainda possuírem uma qualidade de vida bastante interessante.

2.5 Pobreza da população: problema social que atinge até mesmo as proeminentes cidades médias

Ao analisar-se a questão da pobreza no contexto das sociedades, vários deveriam ser os aspectos abordados para que a compreensão fosse mais abrangente. Antes de apresentar como a pobreza se insere no contexto das cidades médias, achou-se por bem explicitar algumas linhas de pensamento que definem a pobreza, de modo geral.

A literatura acerca da questão da pobreza é apresentada por muitos estudiosos como um problema restrito em si mesmo. Outros preferem defini-la dentro de uma dimensão econômica, e outros ainda a estudam com ênfase em questões políticas.

Existem, entretanto, entre as definições diferentes, um consenso na idéia de que *“a pobreza está relacionada ao não acesso a algum padrão de vida considerado essencial ou mínimo para uma vida adequada em sociedade”*, segundo ANDRADE, SANTOS e SERRA (2001:2).

Comumente o que se encontra a respeito da pobreza é a idéia difundida, nos países em desenvolvimento, a qual seja, a de que ela deva ser abordada considerando-se apenas aquilo que é essencial para a vida do indivíduo.

O padrão de vida de uma pessoa deve ser definido seguindo-se as seguintes linhas de pensamento, encontradas em diversas literaturas a respeito da pobreza⁴¹:

⁴¹ ANDRADE, SANTOS e SERRA (2001), em trabalho recente apresentam de forma mais detalhada as linhas de abordagens a respeito da pobreza.

- ❖ *a abordagem da linha de pobreza*: esta linha de pensamento trabalha com a idéia de um mínimo de bem-estar que pode ser adquirido no consumo de bens em quantidades consideradas essenciais.
- ❖ *a abordagem das necessidades básicas*: esta linha de pensamento trabalha com a idéia de que a pobreza é a condição dos indivíduos cujo consumo não atinge as metas especificadas em uma estratégia de desenvolvimento visando à abolição da pobreza absoluta.
- ❖ *a abordagem da participação*: aqui o problema da pobreza é visto em termos da falta dos recursos necessários aos indivíduos para a sua participação social ou interação, entendidas de forma ampla, ou seja, acesso a um nível de consumo de bens e fruição de atividades que estejam em conformidade com o padrão costumeiro na sociedade daqueles indivíduos.
- ❖ *abordagem da capacidade*: esta linha de pensamento leva em consideração a capacidade do indivíduo de possuir ou não recursos que lhe permita ter acesso a um conjunto de capacidades, como a de sobreviver e ter boa saúde, assegurar a reprodução biológica, liberdade de expressão, entre outras.

As linhas de pensamento a respeito da pobreza são complementares, uma vez que priorizam alguns aspectos em detrimento de outras. Esclarecida essa questão, pode-se começar a refletir a respeito de como a pobreza se insere no contexto das cidades médias.

Como ponto de partida ANDRADE, SANTOS e SERRA (2001) escolhem, como principal critério na análise, a definição de que pobres seriam as pessoas pertencentes às famílias cuja renda *per capita* é inferior a ½ salário mínimo.

As cidades médias, tão enaltecidas nas últimas décadas por vários setores da sociedade, apresentam em seu interior uma parcela considerável de população que também vive em situação de pobreza. O fato de a cidade ser

rica não quer dizer que em seu interior não possam ser encontrados todos os problemas sociais pertinentes à sociedade brasileira.

A PNAD, de 1988, para se ter uma idéia, apresentava que 28,4% da população brasileira vivia em situação de pobreza, ou seja, vivia com renda inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Na década de 1970 o número de pobres residentes nas cidades médias era pequeno se comparado aos números apresentados em nível nacional, 8,9% e 13,1%, respectivamente.

Com a evolução, já no final da década de 1970 do número de habitantes no Brasil, estes números começam a ser alterados, uma vez que também se alterou a oferta de emprego e houve uma elevação dos rendimentos médios da população, a ponto de diminuir o nível de pobreza no país, e conseqüentemente nas cidades médias. Entretanto, esta aparente diminuição dos seus índices, era mascarada por uma maior espacialização por todo o país.

A pobreza, nos grandes centros, entre 1970 e 1980, era relativamente maior do que nas cidades médias, porque nestas podia ser encontrado um custo de vida inferior ao apresentado pelas regiões metropolitanas. Podemos acompanhar, nas *tabelas 08 e 09*, a evolução da quantidade de pobres e nível de pobreza nas cidades médias, de 1970 a 1991, comparadas aos índices nacionais.

Tabela 08

Brasil: população pobre nas regiões metropolitanas e nas cidades médias de 1970-1991.													
Agrup. Seleccion.s	População (1.000 habitantes)						Quantidade de pobres (P)						Variação em P entre 1970 e 1991 (%)
	1970		1980		1991		1970		1980		1991		
	Hab.	%	Hab.	%	Hab.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
Regiões metropolitanas	23574	25,3	34992	29,4	42570	29,0	7721	13,1	5308	11,6	10383	16,2	34,5
Cidades Médias	10061	10,8	14527	12,2	19691	13,4	5324	8,9	3775	8,3	6495	10,1	24,1
Brasil	93139	1000,0	119003	100,0	146825	100,0	59106	100,0	45371	100,0	64197	100,0	8,6

Fonte: Calculado a partir de informações de PNUD/IPEA/IBGE apud ANDRADE, SANTOS e SERRA, 2001.

Tabela 09

Brasil: nível de pobreza nas regiões metropolitanas e nas cidades médias de 1970-1991.				
Agrupamentos selecionados	Nível de pobreza (%)			Variação na proporção de pobres entre 1970 e 1991 (%)
	1970	1980	1991	
Regiões metropolitanas	36,3	16,1	25,6	-38,5
Cidades Médias	56,8	26,7	34,0	-40,1
Brasil	67,9	39,5	45,5	-33

Fonte: Calculado a partir de informações de PNUD/IPEA/IBGE apud ANDRADE, SANTOS e SERRA, 2001.

Quando a análise recai sobre a década de 1980, observa-se que os dados se apresentavam de forma assustadora, uma vez que naquele momento houve um aumento de pobres no país. As cidades médias, que continham cerca de 8,3% o total de pobres, teve seus índices aumentados para 10,1%. O número de pobres aumentou em virtude da estagnação econômica enfrentada pelo Brasil naquele momento. A população não crescia e a concentração de pobres aumentava, especialmente nas regiões metropolitanas.

Entre as cidades médias brasileiras, as que apresentam maior nível de pobreza são aquelas pertencentes às regiões Norte e Nordeste, sendo que estas possuem também baixos índices de redução desta pobreza. No período entre 1970 e 1991 pode-se constatar que 73% da população residente em cidades médias estava localizada nas Regiões Sul e Sudeste, justificando assim o fato de que a maior parte dos pobres das cidades médias, 53% do total também se situe nessas duas regiões. No caso das regiões Norte e Nordeste, se comparadas ao Sul e Sudeste foi nítido que aumentou o índice de pobreza em seu interior, ou seja, em 1970, do total de pobres do país em cidades médias, 31% estavam nestas regiões; no início dos anos de 1990, saltou para 40% a sua participação.

Pode-se concluir que as cidades médias das regiões Sul e Sudeste conseguiram diminuir os índices de pobreza entre a sua população, o que não ocorreu com as cidades médias das regiões Norte e Nordeste. As *tabelas 10 e 11* darão mais visibilidade para a compreensão de como, dependendo da localização de uma cidade média, os níveis de pobreza variam.

Tabela 10

Cidades médias: dimensão e evolução da população pobre segundo a localização regional de 1970-1991.													
Agrup. reg. das Cid. médias	População (1.000 habitantes)						Quantidade de pobres (P)						Variação em P entre 1970 e 1991 (%)
	1970		1980		1991		1970		1980		1991		
	Hab.	%	Hab.	%	Hab.	%	Hab.	%	Hab.	%	Hab.	%	
Norte	163	1,6	252	1,7	481	2,4	144	2,5	131	3,4	313	4,7	118,4
Nordeste	1.971	19,6	2.704	18,6	3.655	18,6	1.630	28,5	1.528	39,4	2.383	35,6	46,2
Sudeste	5.252	52,2	7.738	53,3	10.271	52,2	2.306	40,3	1.308	33,7	2.424	36,2	5,1
Sul	2.310	23,0	3.165	21,8	4.115	20,9	1.358	23,8	658	17,0	1.119	16,7	-17,6
Centro-Oeste	365	3,6	668	4,6	1.168	5,9	278	4,9	256	6,6	458	6,8	64,5
Conj.das Cid. médias	10.061	100,0	14.527	100,0	19.691	100,0	5.714	100,0	3.879	100,0	6.695	100,0	17,2

Fonte: Tabulação a partir dos dados do IDH-M apud ANDRADE, SANTOS e SERRA, 2001.

Tabela 11

Cidades médias: dimensão e evolução da população pobre segundo a localização regional de 1970-1991.				
Agrupamentos regionais das cidades médias	Nível de pobreza (%)			Variação na proporção de pobres entre 1970 e 1991 (%)
	1970	1980	1991	
Norte	88,2	52,0	65,2	-26,0
Nordeste	82,7	56,5	65,2	-21,2
Sudeste	43,9	16,9	23,6	-46,3
Sul	58,8	20,8	27,2	-53,8
Centro-Oeste	76,2	38,4	39,2	-48,5
Conjunto das cidades médias	56,8	26,7	34	-40,1

Fonte: Tabulação a partir dos dados do IDH-M apud ANDRADE, SANTOS e SERRA, 2001.

O destaque das tabelas citadas fica para as cidades médias da região Centro-Oeste, que tiveram uma variação do nível de pobreza entre os anos analisados bastante reduzidos, já que esta região aumentou o número de população, uma vez que as cidades médias desta região são cidades que, com certeza, têm suas bases econômicas ligadas a centros hierarquicamente superiores.

No que é concernente à pobreza nas cidades médias, quando a referência é a dinâmica migratória pode-se perceber que existem diferenças de grau de pobreza, ou seja, o grau de pobreza do imigrante varia de acordo com o agrupamento do qual uma cidade média faz parte, quando se analisa o seu fluxo migratório⁴². Como já abordado anteriormente, tem-se quatro distintos grupos de cidades médias segundo ANDRADE, SANTOS e SERRA (2001):

- ❖ *cidades de atração*: combinam altas taxas de imigração com baixas taxas de emigração;
- ❖ *cidades de repulsão*: combinam altas taxas de emigração e baixas taxas de imigração;
- ❖ *cidades de passagem*: combinam altas taxas de emigração e imigração;
- ❖ *demais cidades*: combinam média taxa de imigração com média taxa de emigração; e baixa taxa de imigração com baixa taxa de emigração.

⁴² O diagrama 01, já apresentado neste trabalho, apresenta as cidades médias e como elas se relacionam com respeito à imigração e à emigração.

As cidades de atração são as que apresentam os menores índices de pobreza. Essas cidades receberam um fluxo migratório que para ali se dirigia em busca de melhores condições de vida, considerando que as cidades médias eram vistas como com oportunidades de trabalho e nível salarial. Em 1980 seu nível de pobreza era de apenas 20,6% entre os imigrantes. O número de pobres não aumentou, uma vez que mesmo com toda a dificuldade enfrentada pelos migrantes, foi neste tipo de cidade em que eles melhor conseguiram se inserir.

As cidades de repulsão apresentavam, em 1980 um elevado nível de pobreza (31,4%), uma vez que sua própria dinâmica fazia com que sua população buscasse outras alternativas para reproduzirem seu modo de vida. As cidades médias de passagem apresentavam o maior índice no nível de pobreza (43,3%) pois, como o próprio nome diz, elas são centros que demonstram uma incapacidade em absorver fluxos migratórios, e quando o fizeram foi às custas da população não migrante, que preferiria emigrar.

De um modo geral o nível de pobreza entre as populações migrantes das cidades médias demonstram que elas não estão livres de presenciar, no seu interior, os problemas que toda a sociedade brasileira também enfrenta, ou seja, a forma como são vistas as questões financeiras, a pobreza, os fluxos migratórios, entre outros aspectos, que são determinados e ocorrem em virtude da dinâmica urbana na qual estão inseridas.

As cidades médias têm a oportunidade de trabalhar melhor alguns aspectos da dinâmica urbana brasileira, uma vez que têm sido alvo de constantes estudos e redirecionamentos de investimentos. Mesmo assim elas têm demonstrado que ainda não estão preparadas para gerir todas as pressões de uma sociedade que acredita que elas são a tábua de salvação para resolver inúmeros problemas, que nossa sociedade enfrenta. Os fluxos migratórios são um bom exemplo disto.

Os que hoje se dirigem as estas cidades médias não mais encontram tantas facilidades observadas em anos anteriores; os níveis de qualidade de vida, tão abertamente anunciados, já começam mostrar sinais de estrangulamento. São favelas que surgem, criminalidade, fragmentação do espaço urbano, entre outros problemas.

É necessário considerar que uma cidade média deve não só apresentar ótimos índices de vida a seus habitantes, mas as políticas públicas que ali são implementadas devem levar em consideração aspectos que envolvam a sua dinâmica espacial. Deve haver consciência, de parte de se seus dirigentes, da responsabilidade perante as cidades menores que gravitam no entorno, pois muitas cidades médias têm papel fundamental na oferta de saúde e educação, entre outras coisas, na região que abrangem.

CAPÍTULO 3 MIGRAÇÃO E CRESCIMENTO URBANO EM UMA CIDADE MÉDIA: UBERLÂNDIA EM ANÁLISE

3.1 A migração no Estado de Minas Gerais

Minas Gerais é um estado que se apresenta, de forma geral, com uma estrutura bastante heterogênea no que diz respeito às regiões que o formam. Tem como regiões de melhores níveis sociais, as suas porções Sul/Sudeste, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, além da área central do estado, regiões fortemente interligadas à economia do Estado de São Paulo, O *mapa 09* ilustra a posição de Minas no contexto brasileiro, bem como os estados com os quais faz fronteira.

Segundo a FJP (1997), os valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴³ de 1991 davam para essas regiões média de 0,80. Em contrapartida, também apresenta, em áreas como o Norte do estado e os vales dos Rios Jequitinhonha e Mucuri, níveis sócio-econômicos bastante precários, com um IDH próximo a 0,52. As demais regiões possuem IDH variando entre 0,63 e 0,72.

⁴³ O IDH é um índice criado pela ONU no início da década de 1990, que além do aspecto renda incorpora, com pesos iguais, a longevidade e a educação, em uma análise de uma população. Regiões com valores abaixo de 0,5 são consideradas de baixo desenvolvimento humano, entre 0,5 e 0,8 de médio e acima de 0,8 de alto.

**MINAS GERAIS NO CONTEXTO
BRASILEIRO, 2001.**



Fonte: IGA/Cetec, 2001.

Adaptação: Karla Rosário Brumes, 2001.

Mapa 09

Tanto a dimensão dos fluxos migratórios, assim como suas composições são extremamente influenciadas em Minas Gerais, por seus variados aspectos econômicos. Dentre as regiões de Minas Gerais, aquelas muito urbanizadas e de bons indicadores sociais apresentaram um crescimento populacional alto entre os anos de 1970 a 1991, com baixa proporção de pobres e uma renda entre seus moradores consideravelmente alta. Já as regiões pouco urbanizadas, com indicadores sociais precários, no que tange ao crescimento populacional no período e à renda, ficaram com índices considerados baixos.

As imigrações para Minas Gerais cresceram significativamente, entre 1970 a 1991, ampliadas especialmente pela volta dos mineiros ao estado. Além disto, população de imigrantes que vêm de outros estados, se apresenta fundamentalmente mais velha; isto ocorre devido à migração de retorno, com idade ativa, aquela que sai do estado é predominantemente mais jovem.

Nas duas últimas décadas cerca de 812.000 imigrantes entraram no estado, o que colocou com saldo migratório negativo, de cerca de 207.184, segundo o censo de 1991. A região metropolitana de Belo Horizonte, seguida do Sudoeste e Sul, do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba receberam, respectivamente, 23,5%, 18,9% e 18,0% do total de imigrantes interestaduais.

Minas Gerais se apresenta estruturado em instâncias de planejamento conforme o *organograma 02*. Possui 66 microrregiões definidas pelo IBGE, conforme *mapa 10*, com características diferenciadas entre si, ou seja, de forma geral pode-se dizer que o estado possui um saldo migratório negativo considerável. Das 66 microrregiões, na década de 1980, 52 mostraram-se com um saldo migratório negativo, destacando-se as regiões de Caratinga (-32156), Governador Valadares (-28232), Aimorés (-28124) e Itabira (-25995). Na década de 1990, o número de microrregiões com saldo negativo caiu para 46 regiões. Entretanto, na liderança negativa algumas regiões ainda permaneciam as mesmas da década anterior, entre elas Caratinga (-15147) e Ponte Nova (-14193).